

José Edimar de Souza (Org.)

Escola Primária no Rio Grande do Sul no Século XX

Os Grupos Escolares



Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

José Edimar de Souza
(Organizador)

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

ESCOLA PRIMÁRIA NO RIO
GRANDE DO SUL NO SÉCULO
XX: os Grupos Escolares

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2023

Copyright © da Editora CRV Ltda.
Editor-chefe: Railson Moura
Diagramação e Capa: Designers da Editora CRV
Imagem de Capa: Freepik
Revisão: Os Autores

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

E74

Escola primária no Rio Grande do Sul no século XX: os Grupos Escolares / José Edimar de Souza (organizador) – Curitiba: CRV, 2023.
180 p.

Bibliografia

ISBN Digital 978-65-251-5656-9

ISBN Físico 978-65-251-5657-6

DOI 10.24824/978652515657.6

1. Educação 2. História da educação 3. Instituições escolares 4. Instituições educativas
I. Souza, José Edimar de, org. II. Título III. Série

CDU 37

CDD 370.98165

Índice para catálogo sistemático

1. Educação – 370.98165

2023

Foi feito o depósito legal conf. Lei nº 10.994 de 14/12/2004
Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela Editora CRV

Tel.: (41) 3029-6416 – E-mail: sac@editoracrv.com.br

Conheça os nossos lançamentos: www.editoracrv.com.br

Conselho Editorial: Comitê Científico:

- Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)
Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)
Anselmo Alencar Colares (UFOPA)
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)
Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)
Carlos Federico Dominguez Avila (Unieuro)
Carmen Tereza Velanga (UNIR)
Celso Conti (UFSCar)
Cesar Gerónimo Tello (Univer .Nacional
Três de Febrero – Argentina)
Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)
Elíone Maria Nogueira Diogenes (UFAL)
Elizeu Clementino de Souza (UNEB)
Élsio José Corá (UFFS)
Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)
Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)
Gloria Fariñas León (Universidade
de La Havana – Cuba)
Guillermo Arias Beatón (Universidade
de La Havana – Cuba)
Jailson Alves dos Santos (UFRJ)
João Adalberto Campato Junior (UNESP)
Josania Portela (UFPI)
Leonel Severo Rocha (UNISINOS)
Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)
Lourdes Helena da Silva (UFV)
Luciano Rodrigues Costa (UFV)
Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)
Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)
Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)
Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)
Simone Rodrigues Pinto (UNB)
Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)
Sydione Santos (UEPG)
Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)
Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)
- Adriane Piovezan (Faculdades Integradas Espírita)
Alexandre Pierezan (UFMS)
Andre Eduardo Ribeiro da Silva (IFSP)
Antonio Jose Teixeira Guerra (UFRJ)
Antonio Nivaldo Hespanhol (UNESP)
Carlos de Castro Neves Neto (UNESP)
Carlos Federico Dominguez Avila (UNIEURO)
Edilson Soares de Souza (FABAPAR)
Eduardo Pimentel Menezes (UERJ)
Euripedes Falcao Vieira (IHGRRGS)
Fabio Eduardo Cressoni (UNILAB)
Gilmara Yoshihara Franco (UNIR)
Jairo Marchesan (UNC)
Jussara Fraga Portugal (UNEB)
Karla Rosário Brumes (UNICENTRO)
Leandro Baller (UFGD)
Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)
Luciana Rosar Fornazari Klanovicz (UNICENTRO)
Luiz Guilherme de Oliveira (UnB)
Marcel Mendes (Mackenzie)
Marcio Jose Ornat (UEPG)
Marcio Luiz Carreri (UENP)
Maurilio Rompatto (UNESPAR)
Mauro Henrique de Barros Amoroso (FEBF/UERJ)
Michel Kobelinski (UNESPAR)
Rafael Guarato dos Santos (UFG)
Rosangela Aparecida de Medeiros
Hespanhol (UNESP)
Sergio Murilo Santos de Araújo (UFCEG)
Simone Rocha (UnC)
Sylvio Fausto Gil filho (UFPR)
Valdemir Antoneli (UNICENTRO)
Venilson Luciano Benigno Fonseca (IFMG)
Vera Lúcia Caixeta (UFT)

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
----------------	---

Giana Lange do Amaral

INSTITUIR, DESIGNAR E REORGANIZAR O ENSINO PRIMÁRIO: um modo de apresentar os grupos escolares	13
---	----

José Edimar de Souza

I – PARTE OS GRUPOS ESCOLARES DA REGIÃO NORTE

1. OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL	19
--	----

Alex Antônio Vanin

Djiovan Vinícius Carvalho

Gizele Zanotto

2. A (AUTO)FORMAÇÃO DAS PROFESSORAS DO GRUPO ESCOLAR RURAL RIO BRANCO DE 1966-1974	35
---	----

Isabel Rosa Gritti

Silvana Maria Gritti

II – PARTE GRUPOS ESCOLARES DA REGIÃO DA SERRA GAÚCHA

3. SERRA GAÚCHA: um pedaço do Rio Grande do Sul	47
---	----

Vania Herédia

4. GRUPOS ESCOLARES DE SÃO MARCOS, RS: influência do movimento de renovação pedagógica (1920-1960)	59
---	----

Elisângela Cândido da Silva Dewes

5. DE GRUPO ESCOLAR DE NOVA BASSANO A ESCOLA ESTADUAL PADRE COLBACHINI (1936-1987): entrelaçamentos entre ensino público e confessional.....	73
--	----

Gisele Belusso

José Edimar de Souza

Fernando Ripe

6. O GRUPO ESCOLAR DE CARLOS BARBOSA: Memórias e culturas escolares (Garibaldi, RS, 1935-1950)	89
---	----

Cassiane Curtarelli Fernandes

7. ASPECTOS DA CULTURA ESCOLAR DO GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL CATULO DA PAIXÃO CEARENSE (1950)..... 105
Samanta Vanz

8. GRUPO ESCOLAR ONZE DE AGOSTO, NOVA PRATA, RS: as festividades escolares (1960-1970)..... 119
Weslei Vivan
José Edimar de Souza

III – PARTE

GRUPOS ESCOLARES DA REGIÃO DO VALE DOS SINOS

9. O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO VALE DOS SINOS: uma perspectiva histórica (século XX) 135
Daniel Luciano Gevehr
Dilani Silveira Bassan

10. RITUAIS ESCOLARES NA ESTAÇÃO BARÃO, RS: horas cívicas do grupo escolar professora Maria Edith Selbach (1937-1944)..... 151
Fernanda Rodrigues Zanatta
Terciane Ângela Luchese

11. OS GRUPOS ESCOLARES EM CANOAS, RS: processos e percurso de implantação na primeira metade do século XX 165
José Edimar de Souza

POSFÁCIO 173
Leandro Forell
Fabiana Gazzotti Mayboroda

ÍNDICE REMISSIVO 177

PREFÁCIO

Este livro constitui-se em uma coletânea de textos sobre grupos escolares no Rio Grande do Sul (RS) ao longo do século XX, partindo de uma perspectiva regional e local da História da Educação, mas que não está desvinculada de um contexto maior – nacional e internacional. Portanto são significativas as reflexões aqui propostas para se pensar a implementação da escola primária em distintas regiões de um estado da federação que por si só também apresenta suas singularidades em relação aos demais estados brasileiros.

Ao organizar esta bela coletânea, José Edimar de Souza desafiou os autores a trazerem aspectos históricos regionais e institucionais, trajetórias, práticas de escolarização, sujeitos, relações e articulações, interfaces entre os interesses públicos e privados definidos pelo Estado, que constituíram os grupos escolares localizados em três regiões do estado: a região norte, a região da serra gaúcha e a região do Vale dos Sinos. São textos que fazem emergir aspectos da cultura escolar da escola primária em tempos e espacialidades específicas. A dimensão regional presente nesta obra possibilita que sejam ampliadas as lentes do historiador sobre espaços que se definem por articulações constituídas ao longo da história gaúcha. E a escola como instituição, para além de impulsos e motivações que são culturais, se inscreve “em contextos dotados de determinadas características sócio-históricas com as quais coabita e interage” (ESCOLANO, 2017, p. 118).

No Brasil, é importante destacar que os grupos escolares (que no início do século XX, no Rio Grande do Sul, denominavam-se Colégios Elementares), materializavam dispositivos da cultura política republicana desenvolvida em nível municipal e estadual a partir de iniciativas públicas e privadas. O poder público, por sua vez, era o responsável pela fiscalização das escolas, os métodos de ensino, os conteúdos, a disciplina e o exercício da docência.

No que tange ao Rio Grande do Sul, há fatos que envolvem sua história política que, obviamente, perpassam o econômico, o social e o cultural, articulados e resultantes de ser ele parte de um todo que é a nação brasileira. Ou não ser, haja vista as ideias separatistas e de identidade com os colonizadores espanhóis que ocorrem desde os primórdios da ocupação de seu território e que se concretizam durante uma década com Revolução Farroupilha e assombram desde o século XIX até os dias atuais. Ainda hoje há os que pensam que separados e independentes, os gaúchos podem ser mais! O fato de ser um território disputado com os espanhóis desde o século XVII e, tardiamente incorporado à coroa portuguesa, e também apresentando em relação ao Brasil uma unidade (quem sabe, mais imaginária do que real) em oposição à diversidade do país, se soma a singularidades geográficas do estado. Dentre elas, o clima, suas

distintas regiões topográficas e formas de ocupação e uso da terra em seu território, bem como sua localização fronteiriça com o Uruguai e a Argentina. Quem sabe aos olhos de alguns sejamos um “quase país”. Nossa proximidade histórica com os vizinhos da região platina sinaliza muito para isso.

No Rio Grande do Sul o belicismo e o militarismo estão presentes desde a ocupação de nosso território pelos espanhóis e portugueses bem como na sua constituição como parte da nação brasileira. Eles aparecem na defesa dos interesses nacionais e regionais (Revolução Farroupilha, disputas políticas e territoriais com os países platinos e Guerra do Paraguai) e, por vezes, de forma concomitante, nas disputas armadas internas entre membros da elite político-econômica gaúcha. O estado desenvolve uma tradição militar que adentra século XX sob a égide do Positivismo do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) que dominou o estado durante toda a Primeira República e continuou a ecoar sua ideologia nas décadas posteriores.

A hegemonia do PRR foi fortemente contestada pela oposição, oriunda também das classes dominantes do estado que não tiveram seus interesses político-econômicos contemplados pelo modelo republicano implantado no país e pela constituição do PRR. Assim, formaram-se dois grupos políticos antagônicos representando interesses de duas regiões geográficas e socioeconômicas distintas, que passaram a disputar o poder no RS durante a Primeira República: o grupo ligado à pecuária tradicional, da região da campanha gaúcha, até então a mais rica, localizada na metade sul do estado, e o grupo oriundo de municípios da metade norte, de economia mais diversificada, com o predomínio da presença de imigrantes (AMARAL, 2023). Nesse contexto é reforçada a ideia de que guerra e a política são a mesma coisa. Há uma rígida polarização política, onde quem não é amigo, é inimigo. Tudo isso trazendo o que intelectuais vão apontar como uma característica que está na gênese de aspectos da cultura gaúcha: o confronto entre “nós e eles” ou entre “nós e os outros”, dualidade que acaba por ser um dispositivo acionado quando há conflitos de interesses entre grupos em situações de crise, sinalizando relações de força.

E eu acrescentaria mais dualidades que adentram o século XX e que reverberam no campo da História da Educação no Rio Grande do Sul, sinalizando para questões étnicas, raciais, de gênero, geracionais, religiosas, partidárias, ideológicas, institucionais, dentre outras. Essas são temáticas que vêm sendo trazidas em estudos acadêmicos e que se alinham a peculiaridades (também duais) da cultura gaúcha, tais como: o caráter nacional e transnacional, tão necessário em regiões de imigração; o caráter nacional e regional, dadas as singularidades históricas do estado e dos municípios; o caráter regional e local, reiterando que o estado possui espaços geográficos, econômicos e culturais distintos entre si.

Os estudos reunidos neste livro são referências importantes àqueles que buscam a compreensão da história de instituições educacionais responsáveis pela universalização do ensino elementar no século XX, e sua particular inserção na história da educação gaúcha. São textos que interpretam e dialogam com transformações ocorridas na implantação da escola primária e que levam à compreensão da educação institucionalizada como atribuição da esfera pública, com similitudes que perpassam relações de poder local, regional e nacional. E assim trazem um interessante percurso sobre a história e a memória de grupos escolares, em que o regional assume contornos identitários e culturais que possibilitam a compreensão da consolidação da escola primária no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Pelotas, RS, setembro de 2023.

Giana Lange do Amaral¹

1 Graduada em Estudos Sociais e História. Professora em escolas públicas e privadas de Pelotas de 1986 a 2002. Mestre em Educação (UFPeI). Doutora em Educação (UFRGS). Estágio pós-doutoral (PUC/RS) e na Universidade de Lisboa (UL). Professora titular na Faculdade de Educação (UFPeI), onde é docente do Programa de Pós-Graduação em Educação. Líder do grupo junto ao CNPQ "Centro de Estudos e Investigações em História da Educação" (CEIHE) e bolsista produtividade PQ2/CNPq.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Giana Lange do. Práticas do municipalismo junto à educação na emergente República Brasileira: a ação dos intendentos e dos Conselhos Municipais na cidade de Pelotas, RS. *In*: CARVALHO, Carlos Henrique de; GONÇALVES NETO, Wenceslau (org.). **O município e a educação no Brasil Republicano**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2023. p. 167-188. No prelo.

ESCOLANO, Augustín. **A escola como cultura**: experiência, memória e arqueologia. Campinas: Alínea, 2017.

INSTITUIR, DESIGNAR E REORGANIZAR O ENSINO PRIMÁRIO: um modo de apresentar os grupos escolares

A temática do ensino primário tem me acompanhado nos últimos anos. Desde a pesquisa de mestrado concluída em 2011 e de doutorado em 2015, a história da escola, do ensino público, das culturas e das práticas de escolarização se traduziu em desdobramentos de investigações que busquei qualificar e ampliar a partir da temática da história e dos processos de institucionalização de diferentes tipos de escolas de ensino primário.

Em 2021, com a conclusão da pesquisa “*Modos de organizar a escola primária no RS (1889-1950): histórias, memórias e práticas educativas*”, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e em 2022, do estudo “*Instituições escolares no Vale do Rio dos Sinos e na Serra Gaúcha: práticas e processos de escolarização na primeira metade do século XX*”, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) foi possível identificar um número grande de instituições no Estado do Rio Grande do Sul a serem investigadas. Como argumentam Nosella e Buffa (2004), tratam-se de escolas nonagenárias e ainda centenárias que avançaram a contemporaneidade consolidando-se como instituições públicas tradicionais cuja referência encontra-se além da monumentalidade da arquitetura escolar. Nesse sentido, memórias de egressos, de docentes e mesmo documentos identificados em arquivos apresentaram um universo potente de pesquisa.

Contudo, foi necessário estabelecer alguns critérios para poder ampliar a temporalidade e também aprofundar a análise buscando documentos nos acervos das próprias escolas. Portanto, esta obra apresenta os primeiros resultados dos projetos “*Grupo Escolar no Vale do Sinos e na Serra Gaúcha no século XX: histórias, culturas e práticas*”, financiados pela FAPERGS – processo número: 21/2551-0002214-0 e “*Grupo Escolar no Rio Grande do Sul no século XX: culturas e práticas em perspectiva regional*”, financiado pelo CNPq, processo número: 403268/2021-4.

A escolha pelos Grupos Escolares também foi um dos critérios utilizados para poder melhor conhecer e compreender como o processo de ampliação da oferta da escola pública ocorreu em três regiões distintas do Estado. As escolhas não foram aleatórias, mas estão relacionadas as redes de pesquisas estabelecidas ao longo dos anos e dos documentos que já compõe um pequeno acervo pessoal que venho organizando junto aos orientandos e pesquisadores colaboradores destes projetos.

A temática regional nos auxilia na compreensão dos modos utilizados para que a escolarização pública fosse implantada no Rio Grande do Sul. Do ponto de vista da dimensão espacial, de análise do território. Milton Santos (2002, p. 63) argumenta que o espaço geográfico é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” E podemos inferir que as três regiões analisadas apresentam semelhanças, mas também singularidades, que são próprias da construção social, dos aspectos físicos e culturais que as caracterizam e as identificam.

Milton Santos (2002) ainda acrescenta que os espaços regionais necessitam ser estudados, uma vez que as formas espaciais e as ações são conteúdo social. Ao alterar o espaço se altera a si mesmo e as formas de um determinado momento do passado podem perder sua função original. Além disso, mesmo que não trate do espaço social como Santos (2002), podemos refletir sobre as influências que Lefebvre (2000) desempenharam na elaboração do conceito de território, lugar e espaço para Santos (2002), pois o espaço social está contido no espaço geográfico; e é resultado das realizações humanas. Portanto, entendemos que o espaço é uma construção social que compreende as relações sociais e não pode ser resumido ao espaço físico.

Considerando o Decreto nº 19.818, de 13 de agosto de 1969, que reclassifica escolas públicas estaduais, já investigamos XX instituições. Nesse sentido, ao todo as três regiões¹ compreendem XX municípios e XX instituições. Da região do Vale dos Sinos, dos 14 municípios que compõe a região, 8 municípios foram mapeados e das 84 instituições, 11 Grupos escolares já foram investigados. No que se refere a região da Serra Gaúcha dos 33 municípios 10 já foram mapeados e das 93 instituições 19 já foram investigadas, em relação a região norte, apenas um município e instituição foi mapeado.

O livro está organizado em três eixos, um para cada região investigada, contando com um capítulo de contexto e onze trabalhos desenvolvidos por dezessete pesquisadores vinculados a diferentes universidades e também ao Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM). O capítulo de contexto da região Norte ficou sob a responsabilidade de Alex Antônio Vanin, Djiovan Vinícius Carvalho e Gizele Zanotto, o da região da Serra Gaúcha por Vânia Herédia e o do Vale do Sinos, por Daniel Luciano Gevehr e Dilani Silveira Bassan, os autores evidenciam o percurso e os processos de constituição territorial analisando aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais em dimensão regional.

1 A definição das regiões se deu a partir da classificação que é realizada pelo Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDES.

No primeiro eixo, Isabel e Silvana Gritti abordam a questão da formação de professoras Grupo Escolar Rural Rio Branco, de Passo Fundo, entre 1966-1974. No segundo eixo, as temáticas da reorganização e renovação pedagógica, bem como os processos de institucionalização são debatidos por *Elisângela Cândido da Silva Dewes*, que analisa o Grupos Escolares De São Marcos, entre 1920 e 1960; *Gisele Belusso*, *José Edimar de Souza* e *Fernando Ripe*, investigam o Grupo Escolar de Nova Bassano, atual Escola Estadual Padre Colbachini; *Cassiane Curtarelli Fernandes*, com o trabalho do Grupo Escolar de Carlos Barbosa, Garibaldi, RS, entre 1935 e 1950. O aspecto da cultura escolar é tema dos dois últimos textos que compõe o segundo eixo, quando *Samanta Vanz* evidencia os aspectos da cultura escolar do Grupo Escolar Municipal Catulo da Paixão Cearense, de Caxias do Sul, na década de 1950 e no trabalho de *Weslei Vivian* e *José Edimar de Souza* com as festividades escolares no Grupo Escolar Onze De Agosto, Nova Prata, entre 1960 e 1970. O último eixo é dedicado aos estudos de Barão e também Canoas. O primeiro, assinado por *Fernanda Rodrigues Zanatta* e *Terciane Ângela Luchese* argumenta sobre as práticas e culturas escolares abordando os ritos escolares do Grupo Escolar Professora Maria Edith Selbach, entre 1937 e 1944. E o último, de *José Edimar de Souza* evidencia aspectos da implantação dos grupos escolares em Canoas no início do século XX.

Ao mesmo tempo em que identificamos com os estudos que compõe esse livro originalidade e potencialidade nos documentos, fotografias e narrativas, percebemos que a produção de novas pesquisas contribui para conhecer e compreender a realidade da escola pública primária graduada nessas regiões. Guardadas as particularidades de colonização, ocupação, organização social e cultural dessa parte do Estado, não se inviabiliza com as análises aproximar e estabelecer comparações com outras regiões, com a realidade mais ampla do processo de implantação da escola pública no nosso país. Como argumenta Saviani (2005), apenas com o regime republicano é que o poder público assume a tarefa de organizar e manter integralmente escolas tendo como objetivo a difusão da educação.

Campo Bom, setembro de 2023.

*José Edimar de Souza*²

Universidade de Caxias do Sul – UCS

2 Graduado em História, em Pedagogia, em Geografia, Bacharel em Biblioteconomia. Mestre e Doutor em Educação, com estágio de pós-doutorado em Educação. Professor e pesquisador da Área de Humanidades e dos programas de Pós-Graduação em Educação e em História da Universidade de Caxias do Sul – UCS. Pesquisador PqG Gaúcho. Membro da diretoria da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras (ANPHCTB), gestão 2021-2023. Membro da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE) gestão 2021-2023. Membro titular do Comitê de Assessoramento da FAPERGS (2022-2024). Consultor Ad Hoc titular da Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul -SICT. Vice-líder do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM).

REFERÊNCIAS

LEFEBVRE, Henri. **La Production de L'Espace**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2002.

SAVIANI, Dermeval. História da Escola Pública no Brasil. Questões para pesquisa. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas, SP: Atores Associados: HISTEDBR, 2005. p. 1-29.

I – PARTE
OS GRUPOS ESCOLARES
DA REGIÃO NORTE

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

1. OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

*Alex Antônio Vanin¹
Djiovan Vinícius Carvalho²
Gizele Zanotto³*

Introdução

A porção norte do estado do Rio Grande do Sul foi paulatinamente ocupada a partir das primeiras décadas do século XIX. Isso se deu, em grande parte, em virtude do deslocamento de diversos indivíduos e núcleos familiares, destacando-se os moradores da Província de São Paulo, a partir da utilização de caminhos e rotas comerciais que ligavam as províncias mais meridionais do Império.

Neste capítulo vamos nos ater à institucionalização do território norte do atual estado do Rio Grande do Sul via criação de vilas, freguesias, distritos e municípios, bem como à ampliação populacional derivada das iniciativas do poder público e de empresas privadas na tentativa de povoar, administrar e

- 1 Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo. Atua como bolsista PROSUC/CAPES, analisando o período de desenvolvimento da política indigenista do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no Rio Grande do Sul. Mestre (2020) e Licenciado (2018) em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Membro efetivo do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF) e Editor-chefe da Acervus Editora.
- 2 Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF). Mestre (2020) e Licenciado (2017) em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Atualmente é membro do Instituto Histórico de Passo Fundo, ocupando o cargo de Presidente. É membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Membro fundador e atual presidente da Associação de Amigos do Arquivo Histórico Regional (AMAHR). Membro da Academia Passo-Fundense de Letras. Atualmente é colaborador da Acervus Editora; é pesquisador da Arkhé Assessoria e Consultoria Histórica. Membro fundador da Rede de Pesquisa em Acervos e Patrimônio Cultural (REPAC).
- 3 Graduada em História (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), mestra e doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003 e 2007) e pós-doutora pela Universidad de Buenos Aires (2014). É professora nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UPF (2021-) e do curso de especialização em História e Gestão de Acervos na mesma instituição. É ainda coordenadora do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC), do Laboratório de Estudos das Crenças (LEC-PPGH), da Rede de Pesquisa em Acervos e Patrimônio Cultural (REPAC) e do Arquivo Histórico Regional (AHR). Membro do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF). Foi vice presidente da ANPUH-RS (Gestão 2018-2020). Membro fundador da Rede de Pesquisa "História e Catolicismos no Mundo Contemporâneo" (<https://ppghupf.wixsite.com/historiaecatolicismo/>) e investigadora associada da Rede de Pesquisa "Direitas, História e Memória" (<http://direitashistoria.net/>). Membro cooperador de Civitas – Forum of Archives and Research on Christian Democracy (<https://civitas-farcd.eu>).

desenvolver a região com a criação de novos povoados, de meados do século XIX ao início do século XX, especialmente. Nesse sentido, a crescente ampliação demográfica no norte do estado teve como uma de suas consequências a demanda pela instituição de aulas, grupos escolares, colégios, ginásios e, já em meados do século XX, uma universidade que desse condições não só da alfabetização, mas do desenvolvimento profissional e humano de sua população. Para tanto, vamos discutir, a partir de documentos oficiais, narrativas de historiadores e memorialistas, relatórios e outras fontes, a organização territorial e investimentos educativos a partir, sobretudo, da sede do município de Passo Fundo. Antes de iniciar há que se ressaltar que o estudo da história da escolarização em Passo Fundo segue incipiente, um campo aberto ao investimento investigativo, tão necessário à compreensão da região.

A ocupação do norte do Rio Grande do Sul (séc. XIX a meados do século XX)

A instalação de fazendeiros, posseiros, viajantes, tropeiros, militares, na primeira metade do século XIX, esteve em consonância com a necessidade de ocupação do território. Na concepção dos gestores do governo imperial, promover o povoamento nas regiões consideradas “inabitadas”, em especial na região norte, visto que realizava a ligação com o oeste missioneiro, protagonista do comércio de muares, de onde as tropas seguiam em direção à Província de São Paulo, era de fundamental importância. Desses caminhos, a Estrada ou Caminho das Tropas era a rota principal, que conectava a Província de São Paulo, atravessando a de Santa Catarina e singrando-a de São Pedro do Rio Grande do Sul em sua porção norte. Nessa última, o trecho iniciava no Registro de Santa Vitória, na entrada dos Campos de Vacaria, e se estendia até a região missioneira, alcançando a fronteira com a Argentina. Seguindo no sentido contrário, dos Campos de Vacaria se seguia para Lages, na Província de Santa Catarina, e para Sorocaba, Província de São Paulo, onde ocorria a feira de negociações e comercialização do gado (RODERJAN, 1991).

Posteriormente, novas rotas foram abertas em razão da centralidade do comércio de muares, o encurtamento das distâncias, melhores condições de travessia e possibilidade de burlar o fisco das coletorias de impostos. Diversas expedições de exploração foram organizadas a fim de abrir, reabrir e legitimar esses caminhos. Ao longo desses caminhos, foram criadas estruturas de ocupação, tendo em vista o oferecimento de condições para o assentamento de luso-brasileiros envolvidos na prática do tropeirismo. Junto a isso, buscava-se desenvolver uma dinâmica de relações econômicas que permitiriam a instalação de estancieiros.

Dito isso, vale ressaltar que o povoado de Passo Fundo estava inserido nessa extensa rota de deslocamento humano, tributário da experiência que foi o ciclo do tropeirismo no Sul do Brasil. Na Figura 1, em recorte de um mapa elaborado em 1841, destacamos o trecho da Estrada das Tropas entre Vacaria e Cruz Alta (Ponto 4). Na marcação, vê-se a localização da estrada e sua passagem pelo rio Passo Fundo e pelo arroio Pinheiro Torto, assim como as localidades de Carazinho (Ponto 1), Mato Castelhamo (Ponto 2) e Campo do Meio (Ponto 3), circunscritas ao território do distrito de Passo Fundo e inseridos no mesmo traçado.

Figura 1 – RUIZ DE ARAUJO, Antonio, 1841. Mappa da Provincia de S. Pedro do Sul, e terrenos adjacentes das provincias limitrofes



Fonte: Biblioteca Nacional da França – Gallica. Acesso em: 24 ago. 2021.

Ao longo da Estrada das Tropas entre Cruz Alta e Vacaria, nesse trecho da região do que posteriormente seria o distrito de Passo Fundo, diversos paulistas instalaram-se em tempo muito próximo, ligados a diferentes formas de apropriação e/ou aquisição de suas propriedades. Como indica Xavier e Oliveira (1990), fazendeiros fixaram-se a esse traçado, como Rodrigo Félix Martins, na Fazenda São Benedito, Alexandre José da Motta, na Estância Nova, Bernardo Paes de Proença, no Passo do Erval, Manoel José das Neves e Manoel Alves da Cunha no que se tornaria, posteriormente, o povoado de Passo Fundo.

Contudo, é necessário ressaltar que a área que passou a ser apossada por paulistas era habitada por diferentes populações indígenas, que há centenas de anos ocupavam o território, conforme atestam os sítios arqueológicos existentes nos municípios de Casca, Passo Fundo e Água Santa.

Durante o século XVII, o território que hoje compõe a região recebeu europeus, sobretudo jesuítas espanhóis que fundaram uma redução jesuítica no ano de 1632. A redução de *Santa Teresa del Curiti* era uma das dezoito reduções existentes em solo sul-rio-grandense, durante o primeiro ciclo missionário, que constituíam a chamada província do Tape, localizada na região que atualmente corresponde à metade norte do estado do Rio Grande do Sul. Nas reduções, os indígenas foram aldeados e seus territórios ocupados, criando povoados missionários e ampliando o domínio espanhol na região.

Entre 1637 e 1638, novos grupos inseriram-se na região. A saber, os bandeirantes participaram de expedições que tinham como objetivo desbravar territórios ainda inexplorados pelos portugueses. As entradas e bandeiras fizeram, portanto, parte do processo de interiorização do território, pois os colonizadores, por meio da captura dos indígenas para servir de escravizados e guias nessas expedições, foram adentrando o território tendo como objetivo sua exploração, que se limitava, em muitas regiões, às áreas litorâneas. Os aventureiros procuravam riquezas minerais e caçavam índios para vendê-los como escravos.

Ao chegarem à província do Tape, os bandeirantes expulsaram os jesuítas castelhanos das reduções de *Santa Teresa del Curiti* e de *São Carlos Del Caapi*, já os indígenas foram capturados e feitos de escravos. A expulsão dos jesuítas ocasionou a dispersão de centenas de cabeças de gado bovino, equino e ovino.

Ademais, no local da antiga redução, os bandeirantes estabeleceram o Fortim de Santa Teresa ou Posto Arraial do Igaí ou dos Pinhais, que serviu, por mais de três décadas, como base luso-brasileira. Durante o século XVII, o espaço passou por um processo de conquistas e apropriação das terras indígenas na forma de colonização, ampliando as fronteiras.

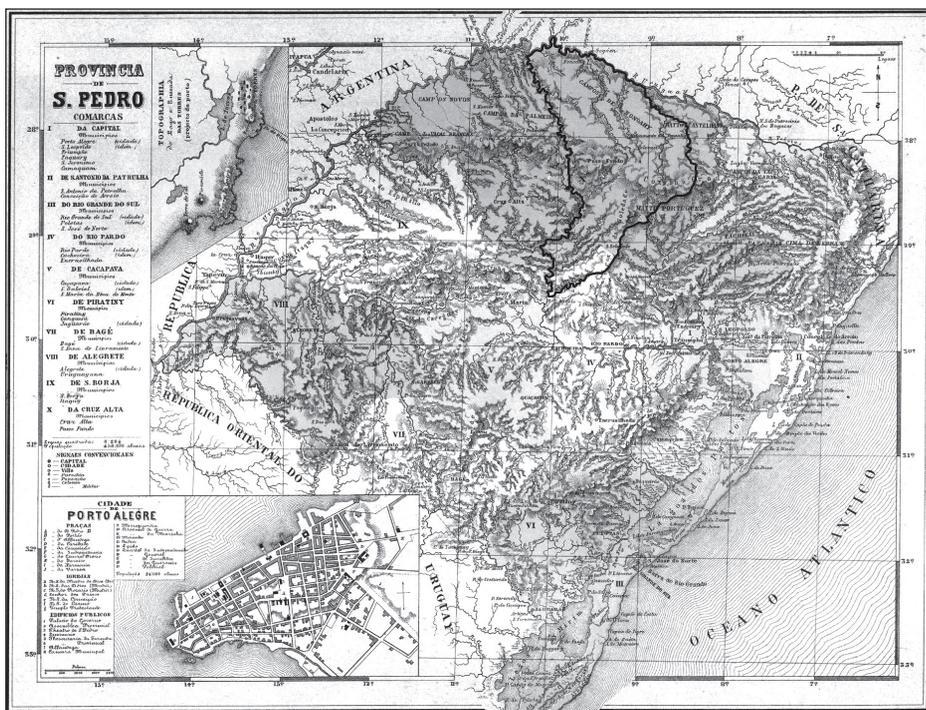
Somente no século seguinte, após a Guerra Guaranítica (1753-1756) e a definição dos limites das terras entre portugueses e espanhóis, no ano de 1801, a região, onde hoje está o município de Passo Fundo, foi anexada ao território português. Com a dispersão dos povos indígenas pelo território do Rio Grande de São Pedro, a miscigenação entre diferentes etnias contribuiu para o desenvolvimento da região.

Por volta de 1827, a área, onde hoje está a cidade, foi ocupada pelo Cabo Manoel José das Neves. A ocupação regional foi esparsa e lenta, todavia, contínua, gerando novas organizações administrativas que pudessem melhor dar conta do amplo território abrangido por Passo Fundo. Com o tempo, o território de Passo Fundo foi desmembrado de Cruz Alta, seu “município-mãe”, e, com isso, elevado à categoria de município.

Ao se emancipar, Passo Fundo tinha uma área aproximada de 24.000 km². Por se tratar de uma área de grande extensão, seus limites só foram definidos em 1858 através do estabelecimento de sete distritos: 1º – Vila do Passo Fundo; 2º – Campo do Meio; 3º – Nonohay; 4º – Jacuhyzinho; 5º – Restinga; 6º – Soledade; 7º – Lagoão. Naquele momento, os limites externos do município eram, devido à extensão do território, significativos: ao sul, dividia-se com o município de Rio Pardo; ao norte, com o estado do Paraná, alcançando o rio Uruguai; a oeste, com Cruz Alta; e, ao leste, com Vacaria⁴.

Figura 2 – Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com a demarcação aproximada dos limites do município de Passo Fundo, em 1857

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização



Fonte: Elaboração dos autores. Mapa do Atlas do Império do Brasil, organizado por Candido Mendes de Almeida, em 1868. Biblioteca Nacional de Portugal. Adaptado por Alex Antônio Vanin.

Oliveira (1990, p. 83) informa que, em 1858, no recenseamento realizado naquele ano, foram elencados 8.208 habitantes, entre livres, libertos e escravizados.

4 Até o fim do Período Imperial, ou seja, 1889, Passo Fundo sofreu apenas uma alteração significativa em relação aos seus limites territoriais, com a emancipação de Soledade no ano de 1875. Na ocasião, o novo município passou a ter sede na Vila de Soledade e levou consigo o distrito de Lagoão e parte do distrito da Restinga. Em 1874, Passo Fundo teve desmembrado o distrito de Nonoi, que foi anexado ao município de Palmeira, emancipado de Cruz Alta naquele ano.

Contudo, não foram contabilizadas as populações indígenas, o que poderia elevar o número de moradores do recém-criado município, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Número de moradores do município de Passo Fundo (1858)

	Livres	Libertos	Escravos	Total
1º	1.534	11	281	1.826
2º	505	13	147	665
3º	372	7	72	451
4º	980	15	315	1.310
5º	938	39	217	1.194
6º	980	16	315	1.311
7º	1.080	26	345	1.451
		127	1.692	8.208
TOTAL		1.819		

Fonte: OLIVEIRA, 1990. Adaptado pelos autores.

Após a emancipação, a população do município de Passo Fundo passou a crescer gradativamente, de acordo com a Tabela 2. Em decorrência do próprio crescimento populacional, o número de “aulas” foi sendo ampliado. Em 1859, havia em todo o território municipal apenas uma aula de instrução primária para o sexo masculino, provisionada pelo governo provincial e lecionada pelo professor Joze Vicente de Abrantes e Silva duas vezes ao dia (COPIADOR, 2022).

Em 1874, o deputado passo-fundense Antônio Ferreira Prestes Guimarães externou, na Assembleia Legislativa, sua preocupação com a instrução pública no município, relatando o atraso do ensino e o analfabetismo. Dizia ele: “É de lamentar profundamente o atraso da instrução pública neste município. Convém alguma coisa fazer que reanime a esperança abatida num assunto de tamanha gravidade” (GEHM, 1976, p. 14).

Um marco importante, entre tantos, pela educação no município, foi a criação de uma escola pública sob a regência de Ana Luiza Ferrão Teixeira, em 1898. Essa escola deu origem ao Colégio Elementar, hoje Escola Protásio Alves, do qual trataremos em seguida, um avanço no sistema educacional e que se tornou destaque na região norte do Rio Grande do Sul.

Após a Proclamação da República e ao longo das primeiras décadas do século XX, Passo Fundo passou por outros processos de perdas territoriais e, conseqüentemente, de reorganização administrativa e transformação populacional: em 1900, com o surgimento de Guaporé, e em 1902, com a criação de Capoeirê, o município ficou organizado da seguinte maneira: 1º distrito

– Cidade; 2º – Campo do Meio; 3º – Coxilha; 4º – Carazinho; 5º – Tope; 6º – Colônia Guaporé; 7º – Capoeê. Em 1905, foi suprimido o distrito do Capoeê e incorporou-se seu respectivo território aos distritos de Coxilha e Pontão do Sarandi. No mesmo ano, foi criado o distrito de Colônia Alto Jacuí. Assim, o município passou a ter a seguinte divisão administrativa: 1º distrito – Cidade; 2º – Campo do Meio; 3º – Coxilha; 4º – Carazinho; 5º – Tope; 6º – Pontão do Sarandi; 7º – Colônia Alto Jacuí (sede distrital em Tapera). A extensão do município era de 9.072 km², com uma população de 25.194 habitantes.

Nas primeiras décadas do século XX, a preocupação do poder público era ampliar o grau de escolaridade, pois a instrução apenas primária era insuficiente. Com poucos recursos, a Intendência Municipal concedeu importantes incentivos à criação de mais educandários. Assim, surgem as escolas particulares, que ampliam o número de matrículas, abrangendo a população que crescia. Para termos um panorama desse acréscimo populacional, utilizamos os dados demográficos de Passo Fundo (desde o “grande município-mãe” de vários outros até a territorialidade atual), o que segue:

Tabela 2 – Crescimento populacional de Passo Fundo (1858-2020)

<u>POPULAÇÃO DE PASSO FUNDO (1858-2020)</u>	
1858	8.208
1860	8.618
1875	8.912
1890	19.000
1900	21.254
1910	41.766
1920	65.528
1930	75.000
1940	76.529
1950	546.717
1960	717.258
1970	831.532
1980	865.187
1991	900.826
2000	168.458
2010	184.826
2020	204.722

Fonte: DAL MORO; KALIL; TEDESCO, 1998 (de 1858 a 1991) e IBGE (2000 a 2020).

A centralidade de Passo Fundo como município e o crescente incremento populacional (como vemos na Tabela 2), a conformação de novas colônias, vilas e distritos (como visto), também trouxe ao debate público a necessidade de formação escolar para a população. Nesse sentido, afora as incipientes e descontinuadas iniciativas para dar conta da escolarização primária entre os habitantes do amplo território, conforme Vergueiro (1967), poucas aulas foram organizadas e providas pela Intendência até 1911, quando houve a abertura do Colégio Elementar, posteriormente denominado Grupo Escolar Protásio Alves, pelo governo estadual. Entre 1889 e 1910 tivemos aulas providas, de maneira descontinuada e, em geral, somente para alunos do sexo masculino, em Nonoai, Campo do Meio, Pulador, Não-Me-Toque, Saldanha Marinho, Tope, Pontão, Capoerê, São Bento, Pessegueiro e Passo Fundo. Proposições de aulas particulares também foram iniciadas, com vida curta. Por resolução dos Irmãos Maristas foi aberto o Colégio São Pedro, que funcionou de 1907 a 1910. Nesses estabelecimentos particulares, a Intendência contribuiu com o pagamento para alunos pobres, tentativa de ampliar o acesso aos grupos de menor condição econômica e estimular a formação e desenvolvimento de outras categorias no município. Segundo Rosso e Siqueira (*apud* DIEHL, 1998, p. 92),

Em todo o vasto interior do país, havia algumas precárias escolinhas rurais, em cuja maioria trabalhavam professores sem qualquer formação profissional, que atendiam às populações dispersas em imensas áreas. Em Passo Fundo, as poucas aulas existentes estavam espalhadas por um território bastante grande, já que, nessa época, a extensão territorial abrangia diversos municípios que hoje não mais pertencem a Passo Fundo.

Naquele cenário dos primeiros anos da República, muitas congregações religiosas já estavam se instalando nas zonas de colonização, vindas da Europa a pedido de padres, comunidades e gestores para dar conta do campo religioso e da educação. Embora em Passo Fundo as iniciativas confessionais, católicas e não católicas, tivessem gerado instituições exitosas a partir dos anos 1920, o Colégio São Pedro já sinalizava uma atenção especial ao tema educativo entre os passo-fundenses. Malfadada a iniciativa dos maristas, seguiram-se as subvenções municipais e estaduais, com destaque para a criação, em 1911, do Colégio Elementar, aberto com 169 estudantes matriculados, de ambos os sexos, e que seguiu ampliando o número de matriculados a mais de mil, até fins da década de 1940, quando outras instituições vieram melhor distribuir o alunado no município (VERGUEIRO, 1967, p. 11).

O Colégio Elementar foi instituído pelo Decreto nº 1.706, de 1º de março de 1911. Com a progressiva ampliação do número de alunos e o

estado calamitoso da edificação na qual as aulas eram ministradas, em 1927, quando os matriculados totalizaram 890, foi autorizada pelo então presidente do estado, Borges de Medeiros, a construção de um prédio para a instituição. Inaugurado em 1929, a edificação passou a atender mais de mil estudantes do primário. Alguns anos depois, em 1939, foi alterado seu nome para Grupo Escolar Protásio Alves, em homenagem ao médico, professor e primeiro diretor da Faculdade de Medicina do Rio Grande do Sul. Com a criação do Ginásio Estadual de Passo Fundo em 1963 e a reforma do sistema de ensino no país em 1972, o Grupo Escolar e o Ginásio foram unidos numa única instituição, que ainda funciona no centro da cidade (DAL PAZ, 2007).

Afora a ampliação da infraestrutura do município (sede e distritos), o movimento pela fragmentação político-administrativa seguia, visando melhor capitanear os ganhos políticos e melhor gerir o território e a população. Em 1918, foi elevado à categoria de município o distrito de n. 8 de Passo Fundo, com a denominação de Erechim, tendo por sede a vila Boa Vista, outrora povoado do Paiol Grande. Em 1919, começou a ser povoada a sede de Sarandi e foi criado o 8º distrito, com terras do antigo distrito de Alto Jacuí, com o nome de Coronel Gervásio (hoje Tapera).

Durante a década de 1920, novos distritos foram criados, fragmentando ainda mais o território do município. Em 1922, foi criado o 10º distrito, Sete de Setembro, e, também, transferida a sede do 6º distrito, de Pontão, para a Sede Sarandi. Em 1924, foi criado o 11º distrito, chamado Colônia Ernestina. No mesmo ano, foi transferida a sede do 9º distrito, Boa Esperança, para São Jacob (atual Selbach), a pedido dos moradores. Esse fato gerou um descontentamento por parte de muitos moradores eleitores, tendo como consequência a criação do 12º distrito. Em 1926, foi criado o 13º distrito, Tamandaré, com parte dos territórios do 4º e 6º distritos. Em 1929, foi criado o 14º distrito, nomeado de Sede Teixeira (hoje Tapejara), com territórios desanexados do 2º e do 10º.

No período da primeira e segunda década do século XX religiosos, como vimos, passaram a ocupar-se também da educação, visto a demanda e a impossibilidade de atendimento público. Em 1908, lembra Medeiros (2007), as Irmãs de São José fundaram a Escola Nacional Rainha da Paz em Lagoa Vermelha, os Metodistas instituíram, em 1919, o Instituto Ginásial (que iniciou as aulas em 1920) e, em 1923, as Irmãs de Nossa Senhora iniciaram os trabalhos do Colégio Notre Dame e do Colégio São José em Não-Me-Toque (ZANOTTO, 2011; VANELLI; BILUCZYK, 2019; VANELLI, 2021). A decisão por abrir uma escola para meninas, de matiz católico em Passo Fundo foi tomada enquanto as Irmãs de Notre Dame viajavam ao Brasil para estabelecerem-se em Não-Me-Toque. Nesse entremeio, os padres locais combinaram que parte

do grupo ficaria na sede do município, visto que, segundo registros, “a casa de Não-Me-Toque era muito pequena para tantas Irmãs juntas e a fundação de uma escola católica em Passo Fundo era uma urgente necessidade, para criar um contraponto contra os metodistas” (CONGREGAÇÃO, 2008), que iniciaram aulas três anos antes (PITTHAN; RÖSING; CARVALHO, 2020). Em 1927, segundo Vergueiro (1967), foi ainda aberto o Ginásio Nossa Senhora da Conceição, pelos Irmãos Maristas, e a Escola Normal Oswaldo Cruz. O Instituto Educacional Metodista, o Colégio Notre Dame e o Colégio Nossa Senhora da Conceição ofereciam curso primário e ginásial, nove anos de estudos em regime de internato. Com isso, famílias da região matricularam seus filhos nessas escolas e a cidade passou a ser um polo educacional. Todavia, uma importante questão a ser referenciada, como lembram Rosso e Siqueira (*apud* DIEHL, 1998, p. 94), é que a ampliação das oportunidades escolares atendeu sobretudo aos imigrantes, deixando indígenas, caboclos e negros em nova desvantagem, aliada à perda de territórios, ausência de políticas públicas em seu benefício, desconfiança em seu trabalho e produção.

A década de 1930 trouxe mudanças significativas na porção territorial de Passo Fundo. Por decreto estadual de 24 de janeiro de 1931, o 4º distrito, Carazinho, foi emancipado, levando consigo o 7º, 8º, 9º e 12º e partes dos 6º e 13º distritos, respectivamente Não-Me-Toque, Coronel Gervásio, São Jacob, Boa Esperança, Segunda Sede Sarandi e Tamandaré. Em 1933, o município voltou a ter 11 distritos, com a criação do distrito de Sertão. Em 1935, foi criado, com partes do 2º, 3º e 7º distritos, respectivamente, Campo do Meio, Coxilha e Sede Teixeira, o 10º distrito de Passo Fundo, sob a denominação de Água Santa. Em 1936, o Ato Municipal n. 16 alterou a denominação das sedes do 6º distrito: a Primeira Sede passou a ser Sede Lápido, enquanto a Segunda Sede Sarandi passou a ser Júlio Mailhos. No mesmo ano, foi criado o 12º distrito, sediado em Águas da Rondinha. Em 1938, todas as sedes distritais foram elevadas à categoria de vilas. Por fim, em 1939, por decreto estadual, foi criado o município de Sarandi, fazendo com que Passo Fundo perdesse sua ligação territorial com o rio Uruguai e o estado de Santa Catarina.

Na década de 1950, momento de expressivas transformações em todo o país, as Leis Municipais n° 151 e 152, de 27 de janeiro de 1950, criaram, respectivamente, os distritos de Ciríaco e Trinta e Cinco (atual David Canabarro). A população apurada no Censo de 1950 era de 101.887 habitantes espalhados pelo território do município.

Em 1954, o distrito de Marau emancipou-se de Passo Fundo. Em 1957, momento em que Passo Fundo comemorou seu Primeiro Centenário, o território correspondia a cerca de 4.109 km², uma área aproximadamente seis

vezes menor do que no momento da emancipação. Há que se destacar que na década de 1950 Passo Fundo se consolidou economicamente como município de perfil agropecuário. Segundo dados da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (INSTITUTO, 1959, p. 26), “em consequência do crescente desaparecimento dos pinhais, que outrora foram o fato preponderante da economia do município, juntamente com a pecuária, a agricultura está se tornando a principal atividade econômica, onde pontifica o trigo.”

Em decorrência do aumento populacional ocorrido durante a década de 1950 e a criação de diversos bairros, ocorreu a ampliação no número de escolas. O relatório de gestão do prefeito Daniel Dipp demonstra que, em 1951, as escolas somavam o número de 168, alcançando 220 estabelecimentos em 1954. Essa ampliação no número de escolas reflete também no aumento no quadro de funcionários do magistério municipal, que, em 1951, contava com 238 professores e, em 1954, aumentava para 318 (DIPP, 1954, p. 6). Ora, a cidade que vislumbrava o progresso precisava possibilitar à população o acesso à instrução, saúde e alimentação. No ano de 1951, funcionavam no município 15 escolas estaduais, 157 municipais e 13 particulares; no decorrer da década, outros grupos escolares nas vilas foram construídos para atender a população que crescia nas periferias da cidade.

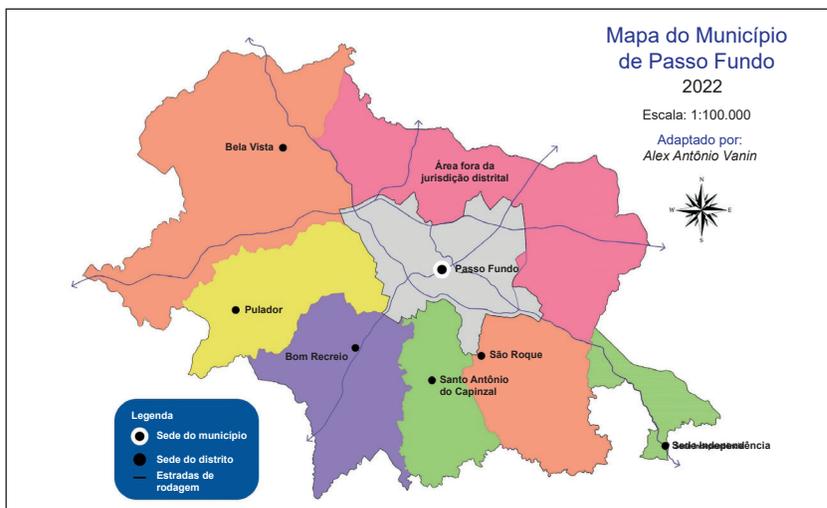
Passo Fundo, município privilegiado em termos logísticos, por ser referência de um entroncamento rodoferroviário, estava dinamizado na década de 1950. Processos políticos, econômicos e culturais eram empreendidos em prol da modernização cidadina, de sua urbanização, industrialização, saneamento, asfaltamento, ampliação da rede de iluminação, pelo lançamento do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU, elaborado ainda em 1953), mas também pela constituição de uma memória específica da cidade que, em 1957, comemoraria seu centenário. Nos denominados “anos dourados” daquela década, a cidade de Passo Fundo viu consolidar ainda mais sua centralidade educacional regional, foi criado o Hospital Municipal, inaugurado um novo aeroporto, instalada a Diocese de Passo Fundo (hoje Arquidiocese), criada a Rádio Municipal, instituído o Corpo de Bombeiros, fundados o Conservatório de Música e o curso de Belas Artes (ambos por iniciativa da Prefeitura em parceria com o Rotary Club), inaugurado o CTG Lalau Miranda, entre tantas outras ações que transformaram profundamente a cidade.

Ainda no início de 1950, ideias para a criação de uma universidade em Passo Fundo ganham adeptos na comunidade. Diante disso, gestores e munícipes, preocupados com a educação não só de seu território, mas dos municípios da região, e, também, pela necessidade de oferecer cursos superiores para formar novos professores, apoiaram a iniciativa. A mobilização aconteceu de imediato e, no mesmo ano, foi criada a Sociedade

Pró-Universidade. Em 1956, deu-se início ao funcionamento da Faculdade de Direito e, em seguida, Dom Cláudio Colling promoveu um encontro com representantes de várias entidades educacionais do município com o propósito de formar o Consórcio Universitário Católico. Também em 1956, o Consórcio recebeu autorização para o funcionamento dos cursos superiores de Filosofia, Pedagogia e Letras Anglo-Americanas. A Universidade de Passo Fundo (UPF) foi criada em 1968, com a fusão dessas duas entidades, resultado de diálogos iniciados ainda na década anterior. Atualmente, a UPF, somente na graduação, oferece cursos e tem suas ações norteadas e sustentadas por quatro pilares: ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica. Para muito além da formação, a universidade é ator fundamental no desenvolvimento do ambiente inovador.

Na década de 1960, o distrito de Ciríaco foi emancipado e levou consigo parte do território de Rio Telha, Muliterno, São João Bosco e Campo do Meio. Em 1965, foi criado o município de David Canabarro, através do distrito de Trinta e Cinco e parte de Muliterno e São João Bosco. No ano seguinte, 1966, foi criado o distrito de Pontão. Já o fim da década de 1980 foi marcado pelo processo de redemocratização brasileira e pela promulgação da nova Constituição Federal, em 1988. A Carta Constitucional possibilitou maior autonomia para os entes municipais, além de uma maior flexibilização no que diz respeito aos processos de emancipação, o que ocasionou, no pós 1988 e princípios da década de 1990, a criação de mais de mil novos municípios em todo o país. Foi nesse contexto que, em 1988, o distrito de Ernestina emancipou-se, seguido de Coxilha, Mato Castelhana e Pontão, em 1992.

As alterações territoriais definidas ao longo das décadas de 60, 70 e 80 acabaram por definir os atuais limites do município de Passo Fundo. Ao longo dos anos, o território sofreu diversos desmembramentos, claramente em razão das diferentes dinâmicas de desenvolvimento das localidades de seu entorno. A constante mudança no traçado e contorno de seus limites denotam o crescimento da região de Passo Fundo, mas também evidenciam o crescimento do distrito sede. Atualmente, o território é de aproximadamente 784,407 km², entre área urbana e área rural, esta última dividida em seis distritos, mais a sede, sendo: 1º Cidade, 2º Bela Vista, 3º Pulador, 4º Bom Recreio, 5º São Roque, 6º Independência e 7º Santo Antônio do Capinzal.

Figura 3 – Município de Passo Fundo (2022)

Fonte: Produção e adaptação: Alex Antônio Vanin.

Considerações finais

Este capítulo teve o objetivo de apresentar um panorama sobre o processo de desenvolvimento do município e do sistema educacional no município de Passo Fundo. A tentativa de condensar múltiplos processos históricos, perpassando pela História da Educação na região norte do estado, evidenciou a necessidade de uma análise mais acurada da implementação da instrução pública na região, dos métodos de ensino e da inserção e circulação de professores pela região, estudos ainda descuidados pela historiografia. A ampliação de pesquisas que demonstram a relação entre os processos educativos e a própria formação de professores, em cotejo com outras dinâmicas históricas (economia, religiosidade e política, por exemplo) carecem de realização. Nesse sentido, este ensaio também teve por objetivo levantar possibilidades de estudos futuros, na medida em que Passo Fundo chega à terceira década do século XXI como integrante da rede de cidades educadoras. A iniciativa de adesão da gestão municipal à Carta das Cidades Educadoras representa, se não o compromisso, o desejo do poder público em fazer da cidade um espaço educativo e de seus cidadãos agentes pedagógicos. Eis a Passo Fundo que vivenciamos hoje, consolidada como cidade de serviços – educacionais e da área de saúde, sobretudo -, e município de perfil agropecuário. Certamente, o investimento em ensino foi e é parte do que consolida Passo Fundo como referência regional, todavia, mais meandros desse progressivo desenvolvimento, quanto ao ensino primário e secundário, ainda têm muito a ser explorados.

REFERÊNCIAS

BATISTELLA, Alessandro; KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Antologia do município de Passo Fundo: a cidade e a região durante os séculos XVII, XVIII e XIX. *In*: BATISTELLA, Alessandro (org.). **Passo Fundo**: sua história. Passo Fundo: Méritos, 2007.

BRINGMANN, Sandor Fernando. **Índios, colonos e fazendeiros**: conflitos interculturais e resistência Kaingang nas terras altas do Rio Grande do Sul (1829-1860). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CAFRUNI, Jorge E. **Passo Fundo das Missões**: estudo histórico do período jesuítico. Porto Alegre: Gráfica e Editora A Nação, 1966.

COPIADOR de Ofícios e Ordens da Câmara Municipal da Vila do Passo Fundo (1857-1867). Passo Fundo: Acervus, 2022.

CONGREGAÇÃO das Irmãs de Notre Dame no Brasil. **Resumo dos Anais do Distrito Missionário de São José 1923-1936**. v. I. Passo Fundo: s.e., 2008.

D'AVILA, Ney Eduardo Possapp. Passo Fundo: terra de passagem. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1996.

DAL MORO, Selina Maria; KALIL, Rosa Maria Locatelli; TEDESCO, João Carlos (org.). **Urbanização, exclusão e resistência**. Estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

DAL PAZ, Santana Rodrigues. Colégio Elementar. *In*: LECH, Osvandré (org.). **150 Momentos mais importantes da história de Passo Fundo**. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 138-139.

DAMIAN, Heleno Alberto; DAMIAN, Marco Antonio. **Páginas da belle époque passo-fundense**. Passo Fundo: Passografic, 2008.

DIEHL, Astor Antônio (org.). **Passo Fundo**: uma história, várias questões. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

DIPP, Daniel. **Relatório apresentado à Câmara Municipal de Vereadores**: Sobre os exercícios de 1952 a 1954. Passo Fundo: Tipografia Elite, 1954.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. XXXIV Volume. Rio de Janeiro, 1959.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Passo Fundo. **IBGE**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passofundo/panorama>. Acesso em: 15 ago. 2023.

FRANCISCO, Aline Ramos. **Kaingang**: uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Planalto Meridional. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2013.

GEHM, Delma Rosendo. **Passo Fundo através do tempo**. Passo Fundo: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 1982.

GOLIN, Tau. **A Fronteira**: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre: L&MP, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

MEDEIROS, Márcia Maria de. **Cara ou Coroa**: católicos e metodistas no Planalto Médio gaúcho (início do século XX). Passo Fundo: Ed. UPF, 2007.

MIRANDA, Fernando B. Severo de; MACHADO, Ironita P. **Passo Fundo**: presentes da memória. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier. **Annaes do município de Passo Fundo**: aspecto histórico. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 1990.

PITTHAN, Eduardo; RÖSING, Tania M. K.; CARVALHO, Djiovan V. (org.). **Instituto Educacional de Passo Fundo**: 100 anos de história. Passo Fundo: Acervus, 2020.

RODERJAN, Roselys. **Raízes e pioneiros do Planalto Médio**. Passo Fundo: UPF Editora, 1991.

RÜCKERT, Aldomar A. **A Trajetória da terra**: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul (1827-1931). Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

VANELLI, Natália Carla; BILUCZYK, Roberto. Primeiros passos do ensino privado em Passo Fundo. *In*: VANIN, Alex Antônio; CARVALHO, Djiovan Vinícius. **Passo Fundo Estudos Históricos**. v. I. Passo Fundo: Ed. Acervus, 2019. p. 272-302.

VANELLI, Natália Carla. **A formação de “bons cristãos e virtuosos cidadãos”**: atuação dos irmãos Maristas em Passo Fundo (1929-1950). 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2021.

VERGUEIRO, Nicolau Araújo. **A história do ensino em Passo Fundo**. Passo Fundo: Faculdade de Filosofia de Passo Fundo, 1967.

VERZELETTI, Santo Claudino. **A contribuição e a importância das correntes imigratórias no desenvolvimento de Passo Fundo**. Passo Fundo: Imperial, 1999.

ZANOTTO, Gizele. O Trabalho Educacional das Irmãs de Notre Dame. **Arquivo Histórico Regional**. 2011. Disponível em: <https://www.upf.br/ahr/memorias-do-ahr/2011/notre-dame>. Acesso em: 25 ago. 2023.

TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia (org.). **A formação étnica de Passo Fundo**: história, memória e patrimônio. Erechim: AllPrint Varella, 2017.

TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio. **Entre a espada, a cruz e a enxada**: a Colônia Militar de Caseros no norte do Rio Grande do Sul (1858-1878). Erechim: AllPrint Varella, 2018.

2. A (AUTO)FORMAÇÃO DAS PROFESSORAS DO GRUPO ESCOLAR RURAL RIO BRANCO DE 1966-1974

*Isabel Rosa Gritti¹
Silvana Maria Gritti²*

Introdução

Quando tratamos de formação de professores no Brasil, precisamos salientar que ela vai ocorrer de forma desigual, ou seja, que a institucionalização da formação para professores, proposta na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 4.024/61, não vai eliminar a dualidade na formação de professores. A formação que vinha sendo realizada na Escola Normal Rural, para aqueles que atuavam nas escolas rurais, a partir da LDB passa a ser realizada em Escolas Normais Regionais, não mais nas Escolas Normais Rurais. O período de análise da formação do professor, a partir do seu espaço de trabalho, que vai do ano de 1966 até 1974 vai sofrer alteração a partir de 1971, com o estabelecimento da Lei 5692 de 1971, que vem alterar importantes dimensões da LDB 4.024/61.

Trazemos este contexto para evidenciar que o que designamos de autoformação de professores do Grupo Escolar Rural Rio Branco ocorre concomitante

- 1 Possui graduação em Estudos Sociais pelo Centro de Ensino Superior de Erechim, (1982), Especialização em História da Educação Brasileira Contemporânea (1988) Mestrado em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1992) e Doutorado em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2002). Atuou como Coordenadora Adjunta da Coordenadoria Regional de Educação do Estado do Rio Grande do Sul – 15ª CRE/Erechim/RS, no período de 2000 a 2002. Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); membro da Diretoria da Obra Promocional Santa Marta (Voluntária) Foi Professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI Campus de Erechim) e Professora Adjunta da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).
- 2 Possui graduação em Pedagogia pelo Centro de Ensino Superior de Erechim (1983) e mestrado em Desenvolvimento Social pela Universidade Católica de Pelotas (2000). Foi professora titular da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões Erechim (03 de 2000 a 03 de 2003). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ciências Humanas. É doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Atuou como bolsista Recém-doutora, atuando como professora no mestrado em Política Social da Universidade Católica de Pelotas. Professora associada da Universidade Federal do Pampa/ Campus Jaguarão desde Agosto de 2008, atuando na área de Educação e Trabalho. Docente permanente do Curso de Mestrado Profissional em Educação e Coordenadora do mesmo Curso. Desde fevereiro de 2021 ocupo o cargo de diretora do Campus Jaguarão da Universidade Federal do Pampa.

a vigência de uma única LDB, mas com transformações significativas trazidas por uma nova organização disciplinada pelas alterações propostas por força de uma Lei que altera a orientação da LDB, no tocante à formação de Professores. Aqui, no caso, trato, especialmente, da eliminação da dualidade na formação referente ao regente e ao professor, ou seja, a partir da Lei 5692/71 forma-se somente professores, não mais regentes de ensino primário.

Paralelamente a essas alterações, a escola rural protagoniza a formação de seus professores. Nosso objetivo neste texto é trazer à luz essa formação, que denominamos de autoformação, desencadeada pelos seus sujeitos. Para isso, vamos buscar nas atas das reuniões das professoras o registro dessa formação no período de 1966 a 1974.

O Grupo Escolar Rural Rio Branco

A análise da formação dos professores, a partir da escola, se dá no cerne da escola na concepção de grupo escolar. A Escola Rural Isolada Rio Branco, passa a assumir o *status* de grupo escolar. Assim, vamos encontrar o seguinte registro da reunião com os pais e as professoras da Escola Rural Isolada Rio Branco, na data de onze de setembro de mil novecentos e sessenta e seis (11 de setembro de 1966): “[comunica] o recebimento do Protocolo o qual visou a transformação da referida Escola para Grupo Escolar Rural”. Nessa reunião, o “Excelentíssimo Senhor Intendente que se achava presente e relatou que breve ‘futuramente’ teríamos no grupo um operário rural demonstrando para isso o Senhor Interventor vivo interesse nesse sentido”. Pelo registro e pela presença ilustre do intendente, na reunião, que anuncia a novidade, pode-se dizer que a promoção da Escola Rural Isolada para Grupo Escolar revestia-se de um importante sentido para a comunidade e o Governo.

Também precisamos destacar que as transformações que se processam na organização da escola coincidem com as transformações nos processos da base produtiva da sociedade, sustentada na expansão e intensificação da industrialização como base do processo produtivo da sociedade. Destacamos a fala do intendente que anuncia a intenção futura de uma inovação no quadro dos trabalhadores da escola: o operário rural. Pela designação do novo futuro trabalhador no elenco da escola, fica a evidência de um projeto novo de ensino, a partir da escola. A escola não passaria a dispor de um trabalhador rural, mas, sim, de um operário rural. Podemos propor que, a partir da escola, já se pensava na transformação dos agricultores em operários “[...] preparando-os para a expulsão da terra e a formação de um mercado de mão-de-obra urbana” (GRITTI, 2003, p. 89).

O registro da trajetória do grupo escolar inicia-se com como “aula pública” na região da Colônia Erechim. As aulas públicas, a partir do ano de 1917, ganham um novo impulso, contraditoriamente, com a extinção pelo

Estado da 11^a (décima primeira) aula pública no território de Erechim, o que mobiliza a comunidade “com o que nasceu a ideia de criar o município, até então colônia Erechim” (CASSOL, 1979, p. 15). Na condição de Município, passa a criar suas “Aulas Públicas”, que mais tarde chegam ao *status* de grupos escolares. Assim, “o agora Grupo Escolar, tem até o momento um histórico de mais de trinta anos, uma vez que em 1932 era “aula pública localizada no Lajeado Branco, oitavo distrito do município de Erechim”. Alterando várias vezes sua denominação, o “Grupo Escolar Rural” encerra suas atividades no ano de 2017 alegando reduzido número de alunos, doze (12). Tal redução não foi nem é exclusiva desse estabelecimento. As áreas rurais vêm reduzindo significativamente sua população, e por variadas causas, e, no caso do Distrito mais tarde Linha Rio Branco, a construção da Barragem de Itá no Rio Uruguai inundou grande área da Comunidade Rio Branco. No ano em que cessa seu funcionamento, a Escola denominava-se Escola Estadual de Primeiro Grau Incompleto Rio Branco” (Livro de Reuniões Pedagógicas).

O Grupo Escolar Rural Rio Branco, assim como o período anterior e o posterior, sempre apresentou um quadro de pessoal instável, ou seja, embora grupo escolar e ensino seriado, nem sempre a escola dispôs de profissionais para que cada série tivesse o atendimento de um professor. As escolas rurais, independentemente de suas designações, sempre enfrentaram dificuldades relacionadas à manutenção de um quadro de professores em número suficiente para atenderem a organização seriada. As escolas rurais, historicamente, foram escolas multisseriadas. Isso demonstra que as escolas rurais não tinham a mesma atenção que as urbanas. Além de serem professores leigos, o número de alunos era elevado. No Grupo Escolar Rural Rio Branco os alunos que o frequentavam e o número de professores são os seguintes:

Tabela 1 – Alunos e Professores do Grupo Escolar Rural Rio Branco 1966-1973

Ano	Número de alunos	Número de Professores
1966	112	2
1967	118	2
1968	138	6
1969	109	4
1970	102	3
1971	63	3
1973	63	4

Fonte: Livro de registros de matrículas.

A elevação da Escola Rural Isolada Rio Branco a Grupo Escolar “representou a grande transformação do ensino primário pelo fato de introduzir inovações substanciais na cultura escolar. Sob o ponto de vista pedagógico, ele se diferenciava da escola isolada por criar a seriação do ensino primário de quatro anos, sendo que cada série tinha um professor, fato que implicava a definição e a ordenação determinada dos saberes escolares nos programas de ensino, bem como o ensino simultâneo.

Para abrigar essa massa estudantil, o modelo de grupo escolar demandou a construção de edifícios escolares próprios e imponentes – edificadas segundo os preceitos médico-higienistas, geralmente localizados nos centros urbanos e marcados por traços neoclássicos (BENCOSTA, 2005). O prédio do grupo escolar foi inaugurado festivamente em 1961. No período denomina-se Escola Rural Isolada de Rio Branco.

Figura 1 – Grupo Escolar Rural Rio Branco



Fonte: Luan Tenutti (2023).

A mudança, no caso de Escola Rural Isolada para Grupo Escolar não muda apenas a designação, traz implícito um novo projeto “político pedagógico” que se ocupa desde as construções, número e natureza dos trabalhadores educacionais, portanto, vem acompanhada de uma série de transformações que vão influenciar uma nova conformação e materialidade da escola, que vai desde o aspecto físico ao pedagógico: “A preocupação com o aspecto

físico da escola estava voltada, exclusivamente, para que a sua construção se impusesse sobre a comunidade rural” (GRITTI, 2003, p. 93).

Assim, no bojo do Grupo Escolar vinha uma nova organização didático-pedagógica e de organização e distribuição dos alunos, agora de forma seriada. E nesse processo, também, se impunha a formação dos professores. É nessa perspectiva que vamos trazer as reuniões semanais que ocorriam no Grupo escolar Rio Branco, que objetivava atualizar e formar os professores para a nova realidade educacional que emergia.

O número de horas de trabalho semanal dos professores era de 44 horas. Dessas, 2 (duas) eram destinadas a estudos pedagógicos e de formação, o que era realizado aos sábados pela manhã. As famosas horas – atividades da atualidade.

As horas pedagógicas ou horas atividades, na atualidade, eram e são destinadas ao estudo e reflexão das práticas docentes e a elaboração do planejamento pedagógico. Atualmente, a formação continuada é realizada nos cursos de pós-graduação, cursos especialmente planejados, seminários e muitos outros e muito, comumente, com leituras, debates e presença de estudiosos/pesquisadores da questão ensino-aprendizagem. No caso das professoras do Grupo Escolar Rural Rio Branco, a formação continuada ocorria por meio de uma autoformação, pois não tinham apoio pedagógico para tal, além de não possuírem a formação inicial uma vez que eram professoras leigas. “Historicamente, o profissional destinado a atuar no meio rural era preparado em nível inferior de escolaridade, razão pela qual não chegava a ser denominado ‘professor’, ou seja, era apenas um ‘regente de ensino primário’” (GRITTI, 2003, p. 110-111). No dizer de Bernardo (2010, p. 113):

a formação continuada é tida como necessária não somente para tentar minimizar as lacunas da formação inicial, mas por ser a escola um espaço (*lócus*) privilegiado de formação e de socialização entre os professores, onde se atualizam e se desenvolvem saberes e conhecimentos docentes e se realizam trocas de experiências entre pares.

A ata número sete do dia vinte e um de outubro de 1966 revela elementos importantes da formação das professoras leigas do Grupo Escolar Rural de Rio Branco, o qual entendemos que se constituiu num processo autoformativo pautado pelo debate em torno de documentos que eram recebidos da Delegacia Regional de Educação. Dessa forma, as exigências e as preocupações administrativas também se fazem presentes junto às professoras, que no processo iam se fazendo professoras e gestoras na escola. Nesse dia de reunião, o documento orientador era um ofício circular que trazia as determinações de que a escola precisava seguir o número de dias e horas do calendário escolar definido pela Secretaria de Estado.

Pela análise dos registos em atas das reuniões que ocorriam nos sábados, com o objetivo de aprenderem as novas orientações e direção que deveriam dar ao ensino, constavam, também, aquelas que colocavam aos professores a responsabilidade de sustentar financeiramente a escola. Pelo registro da ata, da reunião de estudos, pode-se dizer que as reuniões de estudo, que aconteciam aos sábados, na escola, não eram pautadas pela emergência das demandas do cotidiano, mas, sim, tinham como pauta as questões colocadas pela Secretaria de Educação e encaminhadas por meio de correspondência oficial. Essas questões aparecem registradas na Ata Número Sete de 1966, abaixo transcrita:

Aos vinte e um dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e dois reuniram-se as professoras do Grupo Rural de Rio Branco, para reunião de estudos. Assuntos tratados: Debate e explanação da circular número 102/72 recebida nesta semana. Foi debatido também juntamente a maneira de preparar as aulas, isto é diário. Foi resolvido também o assunto da festa beneficente da escola no dia 29 deste. Nada mais havendo a constar lavro esta que vai assinada por mim e os demais presentes.

Na ata que vamos transcrever abaixo, podemos ver que as definições do que discutir chegavam através de diferentes documentos, circulares. Boletins Informativos e pesquisas mostram que as Revistas do Ensino, que eram produzidas pelo Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais – CPOE e chegavam até às escolas, se constituíam em importantes veículos de formação de professores.

O Círculo de Pais e Mestres também aparece nos debates formativos, pela ata de 14 de outubro de 1972 a reunião se ocupa do tema CPM. Assim, consta:

Aos quatorze dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e dois foi realizada reunião de estudos. Foram estudados e debatidos os seguintes: Tema para reunião do C.P.M. assunto conforme ata da referida reunião; Tomado conhecimento de assuntos constantes no Boletim Informativo de julho e agosto cujo recebimento foi em (13-10). Conclusão Achamos ótimo para cada professor ser sócio do Centro. Por nada mais haver a constar lavrei a presente que assino que assino juntamente com os demais presentes”.

O registro não traz claramente uma descrição do teor das discussões, em torno do CPM, mas transparece a preocupação para com a preparação para uma reunião que irá acontecer com o mesmo. Ainda podemos arguir de que o tema CPM estava sendo trazido como ponto de estudo pelo Boletim Informativo. Também, pela conclusão escrita na ata, pode-se dizer que os professores estavam sendo chamados para participarem mais presentemente do Círculo de Pais e Mestres da Escola.

A instituição educativa vê na comunidade e nas famílias, designados parceiros, fontes de bens e serviços destinados a suprir suas deficiências e necessidades. Pais, mães e lideranças comunitárias são envolvidos em mutirões, campanhas, quermesses e promoções de todo tipo, visando melhorar as condições de funcionamento da escola (NETO; GUEDES, 2021, p. 191-192).

A relação da escola com o CPM tem, historicamente, se caracterizado como uma relação “pragmática-utilitária” em detrimento de uma relação baseada na participação, no diálogo e na formação, nos dizeres de Neto e Guedes (2021).

Planejamento e as reuniões pedagógicas

A análise das atas no período de 1966 a 1971 evidencia que o planejamento e as reuniões para tanto foram colocados como mecanismos de controle sobre a escola e os professores, especialmente aos professores dos Grupos Escolares Rurais. Nas atas, as determinações e a rigorosidade na implementação das orientações/determinações expedidas pela Delegacia Regional de Educação ficam explícitas. Assim, a ata de setembro de 1974, registra:

reuniu-se as dez horas na secretaria do estabelecimento os professores que exercem função na mesma para uma reunião pedagógica para tratar os seguintes assuntos: Leitura do estatuto do círculo de pais e mestres; discussão sobre a distribuição de seus membros cada qual com suas respectivas tarefas e outras orientações dadas pela diretora trazidas da delegacia. Atribuição da diretoria: cumprir e fazer cumprir as determinações; organizar o calendário das atividades (Livro de Registros das Reuniões Pedagógicas, 1962-1974).

A relação autoritária fica evidente, na medida em que se constitui pauta de reunião a leitura do estatuto do Círculo de Pais e Mestres e se coloca como elemento de discussão a distribuição dos membros da escola, em cada uma das tarefas e responsabilidades trazidas pelo estatuto.

Em todos os documentos que analisamos, atas das reuniões semanais realizadas na escola, em nenhum encontramos pautas que evidenciassem o enfrentamento da escola de seus problemas cotidianos. Ou seja, os problemas, os temas em debate nas reuniões eram sempre aqueles emanados das orientações oficiais, que chegavam até a Escola através de circulares, boletins informativos e/ou pela diretora como fonte portadora das orientações buscadas junto à Delegacia de Educação.

Nas atas está claramente a característica básica do período Ditatorial vivido pelo país. As instituições escolares são atingidas pela repressão na totalidade de suas ações. Nas atas das reuniões pedagógicas fica claro a presença da Delegacia de Educação na cobrança da política educacional autoritária. Sua presença no Grupo Escolar Rural Rio Branco “cobra” a sua execução. Não encontramos registros nas atas que aludem à presença da Delegacia de Educação discutindo a questão pedagógica com os professores. A impessoalidade é uma característica marcante desse período. Como já demonstramos, as orientações para os debates chegavam até a escola por Boletins Informativos e circulares. Não se visualiza, nos registros, nem liberdade nem autonomia pedagógica no fazer cotidiano, tanto que não identificamos nas pautas das reuniões nenhuma que fizesse alusão ao contexto de inserção da escola e/ou dificuldades diagnosticadas pelas professoras no seu fazer cotidiano de sala de aula.

A formação não envolvia apenas a assimilação das normas e orientações emanadas da Secretaria de Educação e Delegacia Regional de Educação, mas envolvia, também, o planejamento coletivo das atividades da escola e do plano de curso, conforme podemos ver no registro da ata de n. 5 do ano de 1973, abaixo transcrita:

Aos dois dias do mês de junho reuniram-se nesta escola os professores [...] que atuam neste estabelecimento para elaborar o plano de curso globalizado na escola onde foram debatidos os seguintes itens. I – Identificação; II Objetivo o qual foi elaborado pelos presentes de acordo com aquilo que se pode fazer; III- Atividades a serem desenvolvidas: conservação de suas partes páteos de recreação; materiais a serem conseguidos – carimbo – filtro – gravador – ferramentas para o clube agrícola; mesa para a cozinha e conservar a existente; colaborar com a merenda. Uso da biblioteca para uma formação bem preparada. Pontualidade do professor. Reunião com os pais para ver a aprendizagem dos filhos sempre em horários que eles possam vir. Após elaborado o plano foi encerrada esta que vai assinada por mim e pelos presentes.”

É importante destacar que havia, por parte dos professores do Grupo Escolar, a preocupação para com a aprendizagem dos alunos e com a possibilidade de acompanhamento do processo de aprendizagem pelos pais dos alunos. Assim, no registro da ata está explícita a preocupação de reunir os pais para que participassem e acompanhassem o desenvolvimento de seus filhos e para isso o cuidado de organizar a reunião “sempre em horários que eles possam vir”. Como já registramos anteriormente, sobre o professor do Grupo Escolar Rural recaía, não somente a sua responsabilidade de ensinar

aprender ensinando, como, também, a responsabilidade pela manutenção em funcionamento do Grupo Escolar. A ata de número (6) seis esclarece o crescente compromisso repassado aos professores não bastava dominar os processos avaliativos para acompanhar o progresso dos alunos, também cabia aos professores a elaboração e produção do documento de divulgação da avaliação. Dessa forma, o boletim do aluno, que a escola recebia impressa, passa a ser responsabilidade da escola. A ata de nove de junho de mil novecentos e setenta e três traz que: “reuniram-se nesta escola as professoras que lecionam nesta escola para debaterem planejam e adotarem um sistema de avaliação dos alunos tendo sido elaborado um boletim para o aluno sendo que o mesmo não é mais fornecido pela 15ª (Delegacia de Educação)”.

A análise das atas demonstra que, ao longo do tempo, o professor vai, paulatinamente, assumindo fazeres e demanda que, até então, eram responsabilidades da mantenedora. Observa-se também que o crescente acréscimo referente a manutenção e funcionamento da escola não se reverte em autonomia na direção e condução de um projeto de escola construído a partir dela mesma em conjunto com a comunidade de inserção.

Considerações finais

A retrospectiva que realizamos referente ao período de 1966 até 1974, tendo fonte as atas das reuniões dos professores que eram realizadas semanalmente aos sábados na escola, tem evidenciado que a necessidade de formação está ligada às demandas que decorrem das alterações advindas do projeto educativo, que por sua vez se altera, se reorganiza pela imposição das necessidades decorrentes das mudanças na base produtiva da sociedade, ou seja, a forma como a sociedade se produz e se reproduz vai implicar diretamente no processo educativo e obviamente formativo dos professores.

Outra dimensão que chama atenção neste breve histórico, da formação, denominado neste texto de autoformação é de que a formação dos professores se dá em todas as dimensões, que não aquelas estritamente vinculadas ao fazer do ensinar em sala de aula. Queremos dizer que, ao longo do tempo, os professores tiveram que aprender e desenvolver estratégias que contribuíssem para com a manutenção da escola, ou melhor dizendo, a existência da escola ligava-se umbilicalmente ao trabalho dos professores tanto na dimensão pedagógica, como financeira de manutenção e preservação física da mesma.

REFERÊNCIAS

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). *In*: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 141-170.

BERNARDO, Elisangela da Silva. Formação inicial ou continuada de professores em escolas organizadas em ciclo(s)? *In*: XV ENDIPE – ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 2010, Belo Horizonte. **Anais...** Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

CASSOL, Ernesto. **Histórico de Erechim**. Passo Fundo, RS: Berhier, 1979.

ESCOLA Estadual de 1º Grau Incompleto de Rio Branco. Livro de Reuniões Círculo de Pais e Mestres – 1962-1966.

ESCOLA Estadual de 1º Grau Incompleto de Rio Branco. Livros Reuniões Professores – 1962-1974.

GRITTI, Silvana Maria. **Educação rural e capitalismo**. Passo Fundo: UPF Editora, 2003.

NETO, José Batista; GUEDES, Marília Gabriela de Menezes. Círculo de pais e professores: uma contribuição de Paulo Freire à formação de educadores/as. **Revista Educação e Cultura Contemporânea** v. 18, n. 55, p. 189-210, 2021.

II – PARTE
GRUPOS ESCOLARES DA
REGIÃO DA SERRA GAÚCHA

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

3. SERRA GAÚCHA: um pedaço do Rio Grande do Sul

Vania Herédia¹

Palavras iniciais

A crise internacional de 1929 encerra a etapa do capitalismo industrial e afeta todos os mercados, o que provoca repercussões drásticas na economia mundial. Sem sombra de dúvida, nos recantos mais longínquos, a crise instalada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque desencadeia mudanças substanciais nas economias nacionais e internacionais.

No Brasil, tem-se o fim da República Velha e o nascimento de um projeto de nação que traz consigo alterações na Velha Ordem, baseada, substancialmente, no modelo agroexportador, sustentado no latifúndio, na monocultura e nos interesses externos ao País. As oligarquias que haviam governado a nação, por mais de quarenta anos, revezavam-se no poder e se viam diante de uma nova política econômica, que valorizava a produção para o mercado interno e para a substituição às importações.

Nesse contexto, o território rio-grandense já desempenhava um papel importante como fornecedor de mercadorias para o mercado interno, à medida que produzia alimentos para seu abastecimento. A economia rio-grandense atendia mercados regionais pela sua produção especializada e diversificada, o que, no governo de Getúlio Vargas, passa a ser valorizado.²

- 1 Bacharel e licenciatura plena em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1979-1984), graduada em Estudos Sociais Licenciatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1982), graduada em Filosofia- Licenciatura Plena pela Universidade de Caxias do Sul (1973). Mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1978) e Doutorado em História das Américas pela Universidade de Gênova (Sede descentralizada em Turim Itália-1992). Bolsista CNPq e Bolsista Fundação Einaudi Itália. Pós-Doutora em História Econômica pela Università degli Studi di Padova (2003) e Pós-Doutora em Antropologia pelo Museu Nacional (UFRJ) em 2013, como bolsista CNPq. Professora Titular na Universidade de Caxias do Sul (1977-2022) com atuação na graduação e pós-graduação em História e Turismo e Hospitalidade. Sócia correspondente da América Latina – Accademia Olimpica di Vicenza e Membro da Associazione Italiana per il Patrimonio Archeologico Industriale. Membro do Instituto Histórico de São Leopoldo (2006) e Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul (2019). Presidente do Departamento de Gerontologia da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (2018-2021), Membro do Conselho da SBGG. Presidente do Departamento de Gerontologia da SBGG-RS (2013-2016). Coordenação dos Núcleos de Pesquisa no CNPq: Estudos do Envelhecimento (1993-2022) e Estudos migratórios (1993). Publicações nas áreas temáticas envolvidas, principalmente história das migrações, história de empresas e história da indústria.
- 2 Getúlio Vargas foi presidente do Estado do Rio Grande do Sul, antes de assumir a presidência da República, o que se reflete no conhecimento do potencial econômico do seu próprio estado. Ele já havia desempenhado vários cargos políticos, o que lhe dava muita destreza para resolver conflitos e administrar o País.

O governo varguista estimulava as indústrias consideradas “naturais”, como forma de valorizar a matéria-prima local. Essas indústrias tradicionais³ crescem e tornam-se conhecidas fora dos mercados regionais. Ianni (1991), ao tratar das mudanças políticas e econômicas que ocorrem com Getúlio Vargas, na presidência da República, postula que

as economias regionais, baseadas em artigos de subsistência agropecuários, eram chamadas a colaborar para suprir o abastecimento interno do país [...]. O Rio Grande do Sul, tradicional estado de economia periférica, fornecedor do mercado interno brasileiro, aparecia com um sentido preciso, colaborando para a estruturação deste novo modo de acumulação de capital que se gerava, e onde o setor agropecuário tinha o papel de fornecer alimento a baixo preço (IANNI, 1991, p. 30).

O Rio Grande do Sul colaborou, portanto, para o crescimento do mercado interno, por meio de sua produção primária. A região nordeste do estado, nesse período, se destacava pela produção de vinho, de diversas farinhas, de madeira, de produtos para a metalurgia, a produção têxtil, a indústria de alimentos, dentre outras.⁴

Caxias do Sul e a Serra Gaúcha

É importante lembrar que a Província do Rio Grande do Sul, principalmente na região localizada no nordeste do estado, havia sido ocupada por emigrantes europeus num Programa de Colonização Agrícola, que tinha como finalidade fundar núcleos agrícolas, a fim de abastecer a região e promover sua ocupação. Antes da Lei de Terras de 1850, o governo imperial havia anunciado a concessão de léguas para a fundação de colônias, inspiradas no sucesso da Colônia de São Leopoldo.

A colonização alemã ocupara toda a planície dos vales do rio Caí e do rio dos Sinos, parando nos primeiros contrafortes da Serra em Nova Petrópolis e Feliz, Santa Maria da Soledade e Maratá, tendo como principais centros

3 A política de Getúlio Vargas, na primeira fase de seu governo (1930-1934), valorizou as indústrias consideradas naturais por beneficiarem a matéria-prima local, como “o vinho, a banha, conservas de frutas, óleos vegetais, produtos têxteis e farinha de trigo, dentre outros. Muitos dos produtos considerados naturais, produzidos por empresas locais, passaram a ter estímulo à sua produção e comercialização” (HERÉDIA, 2007, p. 40). Vargas acumulava a experiência de governador do Estado do Rio Grande do Sul, quando se torna presidente. Recebe o apoio dos caxienses por meio da Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul, que acreditavam que a política econômica instalada beneficiaria o estado.

4 Segundo dados oficiais da Prefeitura de Caxias do Sul, em 1932 “a produção industrial cresceu rapidamente em confronto com a produção agrícola. As principais indústrias eram a têxtil, a metalúrgica, a de madeiras e a de alimentos” (HERÉDIA, 1997, p. 71).

São Leopoldo, Novo Hamburgo e Montenegro. Espalhou-se rapidamente ao longo dos rios navegáveis em direção ao Oeste, evitando a escalada abrupta da Encosta da Serra. A parte superior da Encosta da Serra, situada entre os Campos de Cima da Serra, ao Norte, e as colônias alemãs do Sul, estava ainda deserta em 1870. Os colonos alemães tinham chegado somente até os primeiros contrafortes da Serra, a 300 metros de altitude. Além, dominava a floresta virgem, densa e impenetrável, a serra abrupta que cortava o RS de Leste a oeste em dois territórios distintos (MANFROI, 1975, p. 57).

Portanto, a partir de 1869, o governo da Província do Rio Grande do Sul decidiu colonizar esta região, que denominou “região colonial italiana”. Chama a atenção que toda a ocupação feita aqui foi distinta de outras regiões do estado, onde havia grandes extensões de terra. Esta região foi ocupada por emigrantes italianos, que se beneficiaram da Política de Colonização e administraram lotes coloniais que mediam em média 22 a 25 hectares.⁵ O tamanho do lote anunciava “uma terra de minifúndios” ao contrário de outras regiões onde havia grandes extensões de terra, algumas monoculturas e a atividade pecuária.

O valor à propriedade privada é uma característica da ocupação desta região, uma vez que a posse da terra foi um elemento fundamental de inserção dos emigrantes nas localidades estabelecidas e na economia das mesmas. Para entender os diversos deslocamentos que essa população emigrante fez, é necessário identificar as características desse processo emigratório. Em primeiro lugar, os emigrantes que haviam se instalado na região não vinham sozinhos e, conseqüentemente, a emigração do grupo familiar implicava em condições econômicas que pudessem garantir seu sustento. Logo, emigrantes que viajavam com a família, de prole elevada, com disponibilidade de trabalho familiar e com certa bagagem técnica – decorrente do lugar de proveniência –, fizeram sua história. Essas características representavam condições para transformar o local em oportunidades e realizar, em parte, o sonho que induziu a emigração. O grande sonho do emigrante era o acesso à terra, e esse Programa permitia tal feito.

5 Em 1824, o lote colonial era de 77 hectares. Em 1848, o lote colonial diminuiu para 48 hectares. Durante a colonização italiana, os lotes não passavam de 25 hectares (MANFROI, 1975, p. 70).

A economia desta região se estruturou baseada, inicialmente, em atividades primárias que permitiram a acumulação e colaboraram na transformação da atividade primária em secundária. Começa com o desmatamento tanto do lote quanto em áreas, onde abrem estradas e constroem as picadas que foram usadas como meios de comunicação para o transporte em geral.

As principais culturas da região estiveram ligadas a culturas de subsistência, que foram, com o tempo, qualificadas e se tornaram, por meio do excedente da produção, produtos importantes no mercado. A uva, o milho, o trigo, a erva-mate, o feijão, a cevada e as frutas se tornaram produtos beneficiados, e o resultado desse beneficiamento colocou vários como produtos de exportação: o vinho, as diversas farinhas e outros produtos. Desses produtos, um dos mais importantes foi o vinho. O tema do vinho foi um assunto que reapareceu em diversos períodos da história econômica da região. Afinal, o vinho havia se transformado no produto que caracterizava sua economia, e os comerciantes e governantes não desistiram de defendê-lo dos falsificadores do produto. A história do vinho remete aos diversos momentos, nos quais o principal produto de exportação da região foi adulterado, e teve que lutar para qualificá-lo e mantê-lo no mercado.

A produção do vinho foi tão importante que o local era conhecido como uma região da vitivinicultura, onde a indústria do vinho era sua principal fonte de riqueza. Essa denominação não retirava a importância das demais atividades primárias, que foram o embrião da industrialização na região, como a produção de madeira, a fundição, a fabricação de farinha, a indústria de tecidos, dentre tantas outras.

A chegada de Vargas ao poder, mesclada com a crise econômica mundial, faz com que haja uma preocupação com a economia do País, voltada para seu desenvolvimento interno. Nesse cenário, alguns municípios tendem a crescer. Durante as duas guerras mundiais, o Município de Caxias do Sul colabora com a economia nacional, produzindo objetos de interesse militar, principalmente na Segunda Guerra Mundial, quando a capacidade industrial do Município cresce, porque algumas indústrias são declaradas de interesse militar.

No término dessa guerra, o Município possui uma capacidade industrial instalada, o que garante seu crescimento industrial, no modelo que se instala com Juscelino Kubitschek, de cunho desenvolvimentista. A economia, que no período de Vargas investiu na substituição às importações, mostra os benefícios do modelo, com a criação e expansão do mercado interno brasileiro. Esses benefícios se estendem até a chegada dos militares ao poder em 1964, quando, novamente, é alterado o modelo econômico com a entrada do capital estrangeiro no País. O modelo Associado Dependente vigora até a entrada do modelo neoliberal (1964-1989) no Brasil, no governo de Fernando Collor de Mello. O Município de Caxias do Sul, conhecido então pela sua vocação industrial, cresce, e suas indústrias absorvem um contingente bastante significativo de mão de obra de fora.

Caxias do Sul e os municípios em seu entorno tiveram uma série de benefícios que são prova do potencial econômico de que dispunham. Além de contar com meios de comunicação como a Estação Férrea, instalada desde 1910, também tinha facilidade de transportar sua produção pela Estrada Federal BR-116, que foi construída nos anos de 1940 e ligava toda a Serra à capital do estado, bem como a centros maiores. A construção dessa estrada estimulava o transporte rodoviário, cuja intenção era, de forma gradativa, substituir o transporte férreo. Vale lembrar que a Estação Férrea de Caxias chegou a dispor de, além do transporte de cargas, trem diário a Porto Alegre.

Em 1951, Caxias do Sul funda uma Delegacia do Centro de Indústria Fabril, o que comprova a força da indústria na economia local e regional, pela representação que adquire com essa instituição. Na década de 50, do século XX, o crescimento de várias indústrias no setor metalomecânico faz com que o Município cresça e, conseqüentemente, precise de mão de obra para sua expansão. Essa mão de obra que vêm de fora gera demandas às quais o Município precisa responder.

As migrações internas, de municípios com características semelhantes, começam a ocorrer à medida que algumas sedes avançam no processo de industrialização. Essas migrações, que trazem mão de obra do interior para as cidades, vão ser frequentes até a década de 70. A prova desses contínuos deslocamentos familiares é o crescimento de matrículas nas escolas municipais centrais e o fechamento de algumas escolas rurais. Se tomarmos como exemplo o Município de Caxias do Sul, que foi praticamente o centro da colonização italiana desta região, vê-se que, além do crescimento das matrículas no Município, crescem também as moradias periféricas, que darão nome aos novos bairros na cidade. Ocorre uma diminuição das escolas rurais e o crescimento de escolas nas zonas urbanas, o que comprova o crescimento da cidade, da indústria e da população.

As indústrias tradicionais são substituídas por indústrias de natureza dinâmica, e o Município de Caxias do Sul ganha um Distrito Industrial que se localiza na RS-122. O empresariado não defendia a mesma posição quanto à localização desse Distrito, pelo fato de acreditarem que o mesmo deveria estar nas diversas saídas da cidade, com o objetivo de escoar a produção, na proximidade de rodovias. Mesmo assim, o Distrito Industrial é criado na gestão de Victório Trez, pelo “Decreto n° 3.219, de 15 de fevereiro de 1971” (HERÉDIA, 2007, p. 93). A criação desse Distrito estimula a expansão do bairro Desvio Rizzo, por se tornar um espaço nas proximidades de indústrias, para a habitação da mão de obra.

Um dado necessário para a compreensão do crescimento econômico da região da Serra gaúcha é que, no governo de Synval Guazzelli, houve um reconhecimento do potencial industrial da região, e a mesma é definida por

lei como um dos mais importantes complexos metalomecânicos do estado. “O Decreto nº 28.366, de 22/2/79 definiu o complexo metalomecânico da região de Caxias do Sul” (HERÉDIA, 2007, p. 95), que favorece toda a região pelos benefícios que comporta essa legislação. Esse Decreto reconhece a força do parque industrial que cresceu, gradativamente, e que teve papel essencial no desenvolvimento econômico da região, pelo desempenho da indústria metalúrgica, mecânica, elétrica e química.

Na trajetória econômico-política e social desta região, destaca-se a educação como fator de promoção de desenvolvimento social, por meio da presença de uma série de escolas, e, mais tarde, pela oferta de formação superior. Caxias do Sul tornou-se um polo de educação, o que é comprovado pela atuação de escolas de primeiro e segundo graus, pelo desempenho de escolas técnicas e de algumas faculdades isoladas. Em 1967, a Universidade de Caxias do Sul é fundada e colabora para a formação de quadros de profissionais liberais na região, o que modifica o perfil dos profissionais. A Universidade de Caxias do Sul, de natureza comunitária, voltada para o desenvolvimento regional, nasce como uma associação e se torna mais tarde uma fundação de direito privado.

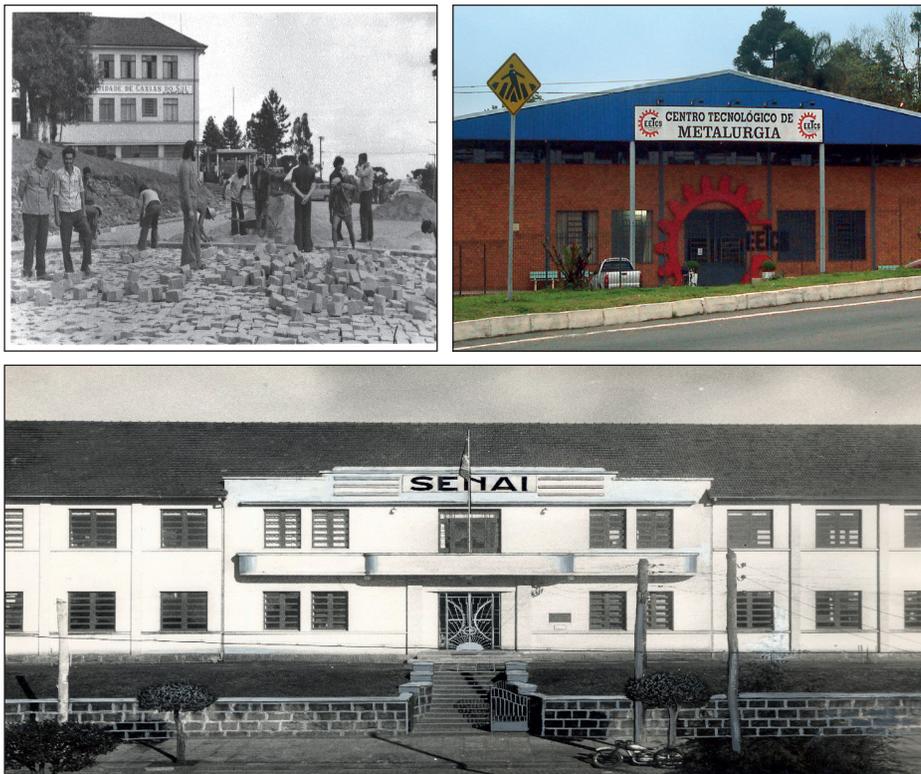
É importante destacar que, na década de 40, do século XX, é fundada a Escola Nilo Peçanha em Caxias do Sul, que se torna vetor de formação profissional. Caxias do Sul recebe uma das primeiras Escolas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), pelo fato de ter, em seu território, indústrias com capacidade industrial instalada para a formação de mão de obra especializada. O município era reconhecido pela sua produção industrial, e o prefeito municipal na época, Dante Marcucci, facilitou a vinda da escola com a doação de terrenos, pois tinha ciência da necessidade de formação profissional de mão de obra para a economia do município.

Os resultados dessa escola foram decisivos na formação de lideranças empresariais, que tiveram formação baseada na relação entre teoria e prática, financiada pelo próprio empresariado. Em 1944, as indústrias que apoiaram a vinda da escola do Senai foram indústrias metalúrgicas, de tecelagem, de vestuário entre outras.

Além da Escola do Senai, Caxias do Sul também dispõe de uma Escola Estadual Técnica,⁸ que foi criada em 18 de novembro de 1969 para preparar mão de obra para o polo industrial. Essa escola, que se localiza nas proximidades da Universidade de Caxias do Sul, nasce por interesse do empresariado, que visualiza a demanda de mão de obra profissional. A criação da escola tinha como objetivo formar profissionais que dessem conta das questões tecnológicas, que vinham sendo adotadas na indústria. Essa escola mais tarde se tornou um Centro Tecnológico de Metalurgia (HERÉDIA, 2023, p. 179).

8 A Escola Estadual Técnica de Caxias do Sul foi fundada em 1969, fruto de uma demanda empresarial na cidade de Caxias do Sul (HERÉDIA, 2023, p. 179).

Figura 2 – Foto atual do Centro Tecnológico de Metalurgia, localizado na Escola Estadual Técnica de Caxias do Sul. Foto da Universidade de Caxias do Sul e da Escola Nilo Peçanha (Senai) em Caxias do Sul



Fonte: Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul.

Para entender as demandas que nascem na educação, derivadas do setor econômico, é necessário analisar o perfil da população do seu município. No caso do Município de Caxias do Sul, a população com maior expressão se localizava nas áreas rurais e, à medida que cresce a indústria, essas características se modificam. Até os anos de 30, do século XX, a população rural é maior que a população urbana; na década seguinte, a população quase se equivale e, vinte anos depois, a população urbana ultrapassa a população rural; na década de 60, praticamente, a população urbana duplica em relação à rural.

Os dados expostos, no quadro abaixo, mostram como o crescimento populacional colaborou com o crescimento econômico do Município. É possível fazer algumas inferências acerca do crescimento da população com o processo migratório e a relação das demandas nas escolas municipais.

Quadro 1 – População no Município de Caxias do Sul (1930-1970)

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	RURAL	URBANA
1930	32.622	22.647	9.975
1940	39.677	19.554	20.183
1950	58.594	22.791	35.833
1960	101.852	32.583	69.269
1970	144.871	30.863	114.008

Fonte: Recenseamento do Município de Caxias do Sul em 1931, 1940, 1950, 1960, 1970, IBGE. *In*: DALLA VECCHIA *et al.*, 1997, p. 58.

Entre 1965 a 1975, o Município de Caxias do Sul tem uma mudança significativa na situação da educação municipal. Aumentam as matrículas na zona urbana e decrescem as matrículas na zona rural. Essa constatação reflete o aumento da população na zona urbana, o crescimento industrial que caracteriza o período e a demanda de formação educacional.⁹

No ano de 1975, constatou-se um fato importante na rede de ensino, que foi o crescimento quantitativo na zona urbana de 1.869 para 4.751 matrículas e um decréscimo na zona rural, o que representou uma inversão nos índices percentuais, atingindo 61,47% de matrículas para a zona urbana e 38,53% de matrículas para a zona rural (DALLA VECCHIA *et al.*, 1997, p. 148).

O município tem um acentuado êxodo rural que reflete o crescimento da cidade e de sua indústria. A indústria de transformação absorve a mão de obra pela demanda que possui. De todos os municípios da Serra gaúcha, Caxias do Sul se destaca economicamente, juntamente com Bento Gonçalves, Flores da Cunha e Farroupilha.

Quadro 2 – Movimentação do alunado na rede municipal de ensino de Caxias do Sul, segundo localização

ANO	TOTAL	URBANA	RURAL
1965	4.219	719	3.500
1970	6.348	1.869	4.479
1975	7.729	4.751	2.978

continua...

9 A pesquisa sobre a rede municipal no Município de Caxias do Sul, publicada em 1997 – coordenada por Marisa Formolo Dalla Vecchia, Felisbela Pereira Ramos e Vania B. M. Herédia –, revela que houve mudança na oferta de vagas nas escolas do Município, na zona urbana, em relação à zona rural. A pesquisa comprova haver alteração na matrícula dos alunos da rede municipal, devido ao crescimento do êxodo rural e à força do processo de industrialização.

continuação

ANO	TOTAL	URBANA	RURAL
1980	9.254	7.438	1.816

Fonte: Livro de Atas, Matrículas e Frequências, 1965/1970. SMEC. Relatório de Dados SEC. Setor de Estatística. SMEC: Número de alunos da Educação Pré-Escolar, Especial e de 1º Grau. In: DALLA VECCHIA, Marisa *et al.*, 1997, p. 150.

O registro acerca das matrículas evidencia o crescimento da demanda na zona urbana, em relação à rural e, também, indica a presença de deslocamentos populacionais. As migrações foram características desta região e, em cada um de seus períodos históricos, teve marcas próprias. Até os anos 70, os processos migratórios se restringiam, principalmente, às migrações internas do próprio estado. Entre 1976-1986, a mão de obra absorvida na indústria de Caxias do Sul provinha dos seguintes municípios:

Bom Jesus, Cambará do Sul, Canela, Esmeralda, Lagoa Vermelha, São Francisco de Paula, São José do Ouro, Vacaria, Antônio Prado, Bento Gonçalves, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Nova Petrópolis, Nova Prata, Veranópolis, Carlos Barbosa, São Marcos, Cachoeira do Sul, Casca, Marau, Nova Bassano, Passo Fundo e Santa Maria (CONTE, 1987, p. 24).

Segundo Medeiros (1958), as cidades surgidas nas áreas de migração tiveram características distintas das demais e refletem como viviam aqueles que lá se instalavam. É oportuno lembrar que essas áreas de migração no Rio Grande do Sul, no passado, referiam-se às áreas de migrações históricas, financiadas em grande parte pelo Estado brasileiro, seja no acesso à terra, na possibilidade do crédito, seja na oferta de outros benefícios.

Considerações finais

As migrações no século XX referem-se a migrações internas e, principalmente, entre estados da Federação, que são representadas por migrações intraurbanas (HERÉDIA, 2012). As cidades marcadas pelas migrações possuem forte cultura do trabalho, pois aquele que migra para se instalar precisa trabalhar. A cultura do trabalho faz parte da história desta região, e foi um elemento propulsor do desenvolvimento econômico de muitas comunidades.

Município de Caxias do Sul é uma demonstração do potencial das cidades médias brasileiras, cujo acolhimento de migrantes esteve sempre voltado para o mundo do trabalho e, em cada período histórico, teve marcas distintas em seu processo de desenvolvimento econômico (MOCELLIN; HERÉDIA, 2018). Da agricultura familiar ao comércio colonial, das pequenas fábricas às grandes indústrias, de serviços a um polo do setor terciário, reflete uma caminhada de êxitos, forjada pelo trabalho de muitos e pela capacidade de promover transformação.

REFERÊNCIAS

CONTE, Odacir. Características da mão-de-obra em Caxias do Sul. **Boletim Informativo da Câmara de Indústria e Comércio**, Caxias do Sul, n. 132, maio 1987.

DALLA VECCHIA, Marisa Formolo; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RAMOS, Felisbela. **Retratos de um saber: 100 anos de história da rede municipal de ensino de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Ponto Um, 1997.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Memória e identidade**. Caxias do Sul: Belas Letras; Maneco, 2007.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Processo de industrialização na zona colonial italiana**. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Apontamentos para uma história econômica: de colônia a município**. Caxias do Sul: EDUCS, 1993. Cadernos de pesquisa.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Engrenagens da memória: trajetória de Jones Francisco Mariani**. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 2023.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. Um município marcado por migrações. *In*: HENRICHS, Liliana Alberti (org.). **Histórias de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Secretaria da Cultura. Departamento de Memória e Patrimônio Cultural, 2012.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: Grafosul; IEL; DAC/SEC, 1975.

MEDEIROS, Laudelino Teixeira. **O processo de urbanização no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia (UFRGS), 1958.

MOCELLIN, Maria Clara; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. Dinâmicas migratórias, trabalho e diferenciação social: o caso das migrações em Caxias do Sul. **Revista Século XXI**, Edição semestral, v. 8, n. 1, jan./jun. 2018.

PELLANDA, Ernesto. Aspectos Gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul. *In: ÁLBUM Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1950.

SABBATINI, Mario. **La regione di colonizzazione italiana in Rio Grande do Sul**. Firenze: Cultura Cooperativa Editrice/Consiglio Nazionale delle Ricerche, 1975.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme *et al.* **Mercados regionais de trabalho no Rio Grande do Sul**: manifestações da reestruturação produtiva em quatro regiões selecionadas. Porto Alegre: FEE, 2005.

4. GRUPOS ESCOLARES DE SÃO MARCOS, RS: influência do movimento de renovação pedagógica (1920-1960)

Elisângela Cândido da Silva Dewes¹

Palavras iniciais

Este é um breve estudo sobre os Grupos Escolares de São Marcos, RS, e a respectiva relação com o movimento de renovação das práticas pedagógicas nesta região do Rio Grande do Sul entre os anos de 1920 e 1960. É desenvolvido na perspectiva da História Cultural, por meio da interlocução com acepções de Chartier (2002) que, para este estudo, propõe reflexões sobre as representações construídas em torno de um modelo de modernidade instituído para os Grupos Escolares, em consonância com a ideia de que “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 2002, p. 17).

Buscando compreensões sobre as construções de sentido a partir das representações propagadas junto a um contexto escolar nesta região, desenvolve-se um percurso metodológico fundado na análise documental histórica, a partir de jornais, atas escolares, instrumentos da imprensa pedagógica, fotografias, entre outros acessados no Arquivo Histórico João Spadari Adami, pela Hemeroteca Digital e no Acervo do Centro de Documentação da Secretaria de Educação do RS.

Esclarecidas as balizas que norteiam este estudo, percebe-se a relevância em situar acerca do “espaço” de investigação. São Marcos está localizado na região Nordeste do Rio Grande do Sul – serra gaúcha, aproximadamente

1 Bacharel em Relações Públicas pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) (2004), Doutoranda em Educação pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), Mestre em Educação pela Universidade de Caxias do Sul, Pós-Graduada em Cultura Organizacional e Comunicação com o Mercado pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) (2011). Bolsista CAPES. Atualmente vinculada à linha de pesquisa em História e Filosofia da Educação, integrante do grupo de pesquisa História da Educação Imigração e Memória da Universidade de Caxias do Sul (GRUPHEIM). Integrante da Associação Sul Riograndense de Pesquisadores em História da Educação – ASPHE. Atuou como Coordenadora de Marketing do Hospital Geral de Caxias do Sul (2013 a 2020); na Coordenação de Eventos do Grupo RBS (2007 a 2012), no setor de comunicação da Voges (2004 a 2006) e no Sistema Trídio de Comunicação – Rádio Caxias (1998 a 2004). Proponente do documentário Heranças – com financiamento do FINANCIARTE de Caxias do Sul. Doutoranda em Educação pela Universidade de Caxias do Sul; Bolsista PROSUC/CAPES.

No campo da educação, São Marcos seguiu as diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Instrução Pública de Caxias do Sul. Para o ensino público, os programas de ensino que norteavam o trabalho docente em Caxias eram os mesmos aplicados à localidade, e o ensino em São Marcos era subvencionado pela cidade sede.

Notícias na imprensa local apresentam indícios de que o ensino em São Marcos foi inicialmente fomentado a partir de estabelecimentos geridos por congregações religiosas, ainda por volta dos anos de 1915, com o Colégio Paroquial D. João Becker: “[...] nesta sede está funcionando o colégio paroquial ‘D. João Becker’ [...] com a vinda das Reverendas Irmãs de S. José, passou a ser regido pelas mencionadas Irmãs [...] Foi sempre auxiliado o colégio pela administração municipal” (COMPAGNONI, 1937, s/p). Destaque para a questão da subvenção da instituição pela Prefeitura, possivelmente pela ausência e pela necessidade de espaços para promover a educação na localidade.

De acordo com Soldatelli (2005), o colégio foi um dos primeiros a funcionar em São Marcos, sob a batuta do Padre Henrique Compagnoni, tendo como primeiro docente, Francisco Stawinski, uma liderança da comunidade polonesa no local. A Igreja esteve à frente de inúmeras iniciativas escolares na região, de igual modo, os imigrantes tiveram importância para a instalação de escolas, até meados do século XX, instituições essas classificadas em: “escolas étnico-comunitárias rurais, escolas étnico-comunitárias das Associações de Mútuo Socorro e escolas ligadas a uma congregação religiosa” (RECH; LUCHESE, 2018, p. 25).

Da união de esforços de italianos e poloneses, outros espaços escolares foram instalados, onde os jovens com um pouco mais de conhecimento ministravam aulas às crianças (SOLDATELLI, 2005). Entre um desses primeiros espaços criados pela mobilização dos imigrantes, a escola na Linha Rosita (que anos depois se transformou em GE Coronel Camisão), instituição que funcionou em uma pequena casa de madeira construída por imigrantes poloneses no ano de 1922 (BERTELLI, 2008).

Realiza-se também um deslocamento no tempo, para o entendimento sobre os modelos que permearam o início da institucionalização escolar nessa localidade, que tem na iniciativa comunitária a resolução do problema com a escolarização, e que emerge antes da chegada dos imigrantes, em meados dos anos de 1900, quando as aulas aconteciam de forma particular em fazendas da região (SOLDATELLI, 2005).

Esse cenário é bastante similar ao que aconteceu em outras localidades do interior de Caxias, e não é diferente daquele evidenciado em outras regiões do país, no que se refere ao ensino em zonas mais afastadas dos

grandes centros, nesse início da República. A exemplo, a escola situada na Linha Edith, que posteriormente ficou conhecida como GE Frei Caneca, a qual funcionou nos anos de 1912, oferecendo o ensino noturno, na residência do professor João Veronese, que era remunerado pelos moradores da localidade (BERTELLI, 2008).

Apesar do ensino em escolas confessionais, subvencionado pela Prefeitura, como foi evidenciado no recorte de matéria da imprensa regional, as instituições públicas, nessa localidade, surgem a partir de 1914, quando o Governo do Estado converte o barracão que abrigava a comissão de terras e colonização em uma escola, que tem como primeiro docente Manuel Diógenes Norte (SOLDATELLI, 2005).

Nesse contexto, o Padre Henrique Compagnoni, que surge em estudos e em evidências da imprensa, revela-se uma “peça” importante para a escolarização local. Nesse período de inserção da escola pública, como uma espécie de representante da comunidade e, posteriormente, com a constituição dos Grupos Escolares, como uma voz de resistência.

Mas, por ora, destaca-se a posição ocupada pelo padre como um articulador junto à comunidade para uma espécie de “boicote” à escola pública oferecida pelo Estado, diante da falta de ação da administração às acusações sobre a falta de ética e moralidade do professor Manuel Diógenes. E, em seguida, com a iniciativa de fundar o Colégio Paroquial para atender a demanda por escolarização dos sujeitos que ali viviam (SOLDATELLI, 2005).

Como já foi mencionado, a Administração Municipal de Caxias apoiava o ensino sob a gestão de congregações religiosas, mas não deixou de realizar outros investimentos em unidades escolares ao longo dos anos. Possivelmente, para suprir uma demanda que não era atendida por esse modelo de escola, particularmente, para os sujeitos que viviam em áreas afastadas ou de difícil acesso.

Essa condição é evidenciada em relatório da Administração Pública de Caxias do Sul do ano de 1948, que por ocasião do encerramento do ano letivo, divulga as unidades escolares e respectivas professoras que compunham o quadro administrativo nos distritos, na figura 1, os dados referentes ao distrito de São Marcos:

Figura 2 – Quadro demonstrativo do ensino público – ano 1948

2º DISTRITO/S.MARCOS		
11	{ 2 da tarde	E.I."Frei Caneca" Dorotéa Rizzon Corte
12	{ 10 da manhã	E.I."Guia Lopes" Albina Dal Zotto Pilatti
	{ 2 da tarde	G.E."Getúlio Vargas" Angela Camassola
13	{ 8 da manhã	E.I."Frei H. de Coimbra" Verônica Bianchi
	{ 2 da tarde	E.I."Bartolomeu de Gusmão" Atsilita Chemelo
14	{ 8 da manhã	E.I."Euclides da Cunha" Rosa Rizzon
	{ 2 da tarde	E.I."Marquês de Tamandaré" Arlinda Lemos Gazzana
15	{ 8 da manhã	E.I."Façundes Varela" Maria Moresco Polo
	{ 2 da tarde	E.I."Gaspar Martins" Ana Maria Leonardelli
16	{ 8 da manhã	E.I."Roque Gonzales" Maria José Martins"
	{ 2 da tarde	E.I."João Fernandes Vieira" Zaira Polo
17	{ 8 da manhã	E.I."General Osório" Zélia Trevisan
	{ 2 da tarde	E.I."Monte das Taboas" Marcolina Z. Leoncio"
18	{ 8 da manhã	E.I."Monte Castello" Olga Benatto
	{ 10 da manhã	E.I."Linha Rosita" Zita Zobeide Crestana
	{ 2 da tarde	E.I."Silva Jardim" Anelí Soldatelli
3º DISTRITO/GALÓPOLIS		
4	{ 2 da tarde	E.I."Visconde de Taunay" Verônica Lêda Dalprá
5	{ 9 da manhã	E.I."Sebastião Leme" Olina Medalosso
6	{ 8 da manhã	E.I."10 de Novembro" Adélia Dapont
	{ 2 da tarde	E.I."Humaitá" Vilma Trentin

Fonte: DESERTAR (1948).

Pelo recorte do jornal, observa-se que na época existiam 16 estabelecimentos públicos de ensino (municipais), quase que a totalidade do tipo Escola Isolada, havendo apenas uma instituição na condição de Grupo Escolar. Entre as décadas de 1930 e 1950, a região de Caxias do Sul tem uma formação escolar bem variada, com uma rede pública e uma particular de ensino, esse período evidencia uma transferência de responsabilidade no que se refere ao ensino das classes mais baixas, que passa a ser uma incumbência do poder público; enquanto o ensino particular estava sob a gestão de religiosos – escolas confessionais. O ensino público é compreendido por escolas no modelo isolada, grupos escolares municipais e grupos escolares estaduais, além das escolas para formação docente (complementares/normais).

Essas décadas são marcadas pelo trânsito de ideias sobre a renovação pedagógica e também por diferentes reformas do ensino pelo Brasil. Pensamentos que tratavam sobre uma mudança nas práticas, com foco no sujeito e em uma articulação entre a escola e o “mundo social” do aluno, mas também que miravam na modernização de um aparelhamento escolar e na estrutura dos prédios.

Sob a égide da renovação, de uma educação progressista, que no Brasil ficou conhecida como o período da Escola Nova, a criação dos Grupos Escolares colaborava para a inserção dessas ideias em diferentes regiões do país, já que esse formato de escola era pregado como modelo para a formação de líderes e sujeitos que estivessem aptos a atuar em uma sociedade transformada pela industrialização, no início do século XX. Nesse sentido, o Rio Grande do Sul adota esse novo modelo de ensino, primeiro no formato de Colégios Elementares, por volta de 1909, ocupando um espaço entre as escolas do tipo isoladas, étnicas e paroquiais; e, pouco tempo depois, em 1915, surgem os Grupos Escolares para compor a rede pública, um modelo que foi mais difundido após as décadas de 1930 (SOUZA, 2022).

Nesse contexto de inserção dos Grupos Escolares, inspirados pela modernidade, nesta região do Rio Grande do Sul, também se observou um esforço para difusão desse modelo. Em matéria de jornal local do ano de 1939, surgem indícios de um representativo movimento da gestão municipal de Caxias para a instalação de novos Grupos Escolares, sob a orientação da gestão estadual que tinha como secretário José Coelho de Souza:

O Governo do Estado, com o advento do novo regime, imprimiu uma sadia orientação aos negócios públicos de modo especialíssimo no tocante à instrução.

Creados, nesta cidade, por solicitação do prefeito municipal Dr. Dante Marcucci, seis Grupos Escolares, a saber: Grupo São Pelegrino, Maguari e Bairro Guarani, na cidade; Grupo Escolar de São Marcos, no 2º distrito; Grupo Escolar de Galópolis, no 3º distrito e o do núcleo Conceição, – ficou praticamente a instrução pública do perímetro urbano da cidade, das sedes dos distritos e dos núcleos coloniais mais importantes, entregues à Secretaria da Educação e Saúde Pública, a cuja frente se encontra a figura brilhante do dr. José Coelho de Souza (NÃO HÁ PROFESSORAS, 1939, p. 1).

A matéria indica que o Governo do Estado assumiu a instalação dos Grupos Escolares em regiões mais urbanas; enquanto a gestão municipal se responsabilizava pelas escolas em regiões coloniais. Conforme Quadros (2017), na gestão de Coelho de Souza, houve uma reforma para a reestruturação administrativa da secretaria, buscando consolidar o órgão como uma instância de poder sobre os temas educacionais. Além disso, foram colocados em funcionamento cerca de 114 Grupos Escolares, entre os anos de 1938 e 1939, buscando-se atender as deficiências de escolarização para as crianças em idade escolar.

Outra diferença entre os grupos escolares estaduais e municipais, indicada por Roso (2012), em seu estudo, refere-se à estrutura dos prédios, os estaduais apresentavam uma arquitetura mais imponente. Possivelmente por

isso, o Estado dava preferência para as áreas mais urbanizadas, mesmo nos distritos mais afastados da sede administrativa, como foi o caso do Grupo Escolar de São Marcos. Desse modo, a representação de modernidade associada aos grupos era reforçada pela arquitetura e pela escolha do espaço onde eram instalados. Também, por uma questão hierárquica, os construídos pelo Estado, representativamente mais grandiosos.

Nesse sentido, a próxima seção apresenta algumas reflexões sobre a instalação dos grupos escolares em São Marcos e as práticas pedagógicas que eram empreendidas nesses espaços, com a intenção de se efetivar os preceitos de uma educação nova.

Grupos Escolares em São Marcos: a representação de modernidade

Enquanto para os poderes públicos os Grupos Escolares significavam o progresso das cidades interioranas; outras instâncias de influência da sociedade demonstravam certa relutância pela sua instalação, como é o que indica a carta encaminhada pelo padre Henrique Compagnoni, já mencionado no estudo, para um jornal local. No documento, percebe-se o descontentamento do sacerdote com a petição encaminhada por alguns sujeitos da comunidade ao prefeito Dante Marcucci, para interceder junto ao Governo do Estado para a criação do Grupo Escolar de São Marcos. Para o sacerdote, o Grupo Escolar não preencheria uma lacuna da instrução da comunidade, porque o Colégio D. João Becker já cumpriria com essa função. No entanto, pressupõe-se que talvez houvesse o receio em perder os recursos destinados ao Colégio, já que ele funcionava em um modelo semi-particular, ofertando uma aula estadual ministrada por professora ligada ao Estado (COMPAGNONI, 1937).

No entanto, essa oposição parece não ter sido suficiente, pois nos anos subsequentes outras escolas nesse modelo foram instaladas ou foram transformadas em Grupos Escolares no distrito de Caxias do Sul, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 – Grupos Escolares – São Marcos, RS (1930-1971)

Ano	Primeira denominação como Grupo Escolar	Ano	Mudança de nomenclatura (ainda GE)	Ano	Mudança de modelo (não mais GE)
1934	Grupo Escolar da Linha Rosita *	1938	Grupo Escolar de Conceição	1950	Escola Isolada Coronel Camisão (Gestão Estadual)
1938	Grupo Escolar São Marcos	1938	Grupo Escolar Duque de Caxias (decreto 13.642)	1974	Escola Estadual Maranhão (decreto 2248)
		1949	Grupo Escolar Maranhão		

continua...

continuação

Ano	Primeira denominação como Grupo Escolar	Ano	Mudança de nomenclatura (ainda GE)	Ano	Mudança de modelo (não mais GE)
1941	Grupo Escolar Travessão do Tuiuti**	1944	Grupo Escolar Municipal General Osório	1946	Escola Isolada Municipal General Osório
1945	Grupo Escolar Municipal Getúlio Vargas***	1969	Grupo Escolar de Pedras Brancas	1979	Escola Estadual de Ensino Fundamental Giacomo Sandri
		1971	Grupo Escolar Giacomo Sandri		
1953	Grupo Escolar Frei Caneca ****			1960	Escola Municipal Frei Caneca
1958	Grupo Escolar Municipal Fagundes Varela *****			1977	Escola de 1º Grau Incompleto João Pollo
1963	Grupo Escolar Orestes Manfro*****			1979	Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Orestes Manfro
1964	Grupo Escolar Francisco Doncatto			1964	Escola Municipal Francisco Doncatto

* O GE da Linha Rosita iniciou o funcionamento em 1922 como Escola da Linha Rosita.

** O GE Travessão do Tuiuti iniciou o funcionamento em 1926 como Escola da Linha Tuiuti, mudando para Escola Municipal do Tuiuti, de 1939 até 1941.

***O GE Municipal Getúlio Vargas passou a denominação de Escola Reunida Pedras Brancas em 1948, até a mudança de nomenclatura em 1969 para GE.

**** O GE Frei Caneca iniciou as atividades em 1912 como Escola de Santo Henrique; no ano de 1946 passou à nomenclatura de Escola Isolada Municipal Frei Caneca e, em 1950, como Escola Municipal Frei Caneca.

***** O GE Municipal Fagundes Varela iniciou no ano de 1938 como Escola Municipal Fagundes Varela; em 1942 passou à nomenclatura de Escola Isolada Fagundes Varela; em 1955 para a denominação de Escola Agrupada Municipal Fagundes Varela.

***** O GE Orestes Manfro iniciou em 1960 com a denominação de Escola Municipal Orestes Manfro; em 1962 passou à denominação de Escola Reunida Orestes Manfro.

Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base em Bertelli (2008).

Para o estudo, foram consideradas como data final a primeira mudança de nomenclatura/modelo da Escola, ou seja, não se classificavam mais no modelo Grupo Escolar. Segundo o decreto nº 19818 de 13 de agosto de 1969, que reclassifica escolas da rede pública primária, são considerados Grupos Escolares as seguintes instituições: GE Maranhão, GE Orestes Manfro e GE de Pedras Brancas, Grupos Escolares que se mantiveram depois da emancipação do município de São Marcos.

Já situados os momentos de transição das instituições escolares de São Marcos, interessa realizar a análise sobre as práticas desenvolvidas buscando compreensões acerca das ideias que circulavam sobre a renovação pedagógica e de como elas foram significadas em uma cultura escolar desses grupos.

Um dos primeiros indícios da circulação das ideias de renovação localizados, e o que se destaca em primeiro lugar, é o que demonstra que havia uma organização para orientar ou provocar os docentes da localidade para as concepções

sobre a Escola Nova. Em registro feito na ata de instalação do Círculo de Estudos dos professores do GE São Marcos (na época, já GE Duque de Caxias), ano de 1939, Marieta Pain, docente e primeira diretora da instituição, trata sobre o tema em um encontro com as demais professoras, explicando que a Escola Nova está relacionada a um movimento para renovar pedagogicamente as instituições de ensino: “O sábio procura sempre aprimorar seus estudos, procurando, indagando e experimentando. A Pedagogia é uma ciência [...] era justo, pois que surgissem os grandes mestres e a reforma da Escola antiga impôs-se-lhes como um dever” (ATA DE INSTALAÇÃO DO CÍRCULO DE ESTUDOS, 1939, s/p).

Em defesa ao uso de todos os recursos ofertados pelo movimento, a diretora conclamava às docentes que se inteirassem sobre o assunto. Outra evidência observada pela ata era a preocupação em inserir materiais de apoio à prática docente, como jogos de tabuleiro e outros materiais para jogos; além de indicar que na próxima reunião tratariam sobre o método de projetos (ATA DE INSTALAÇÃO DO CÍRCULO DE ESTUDOS, 1939, s/p). O método de projetos foi uma influência norte-americana, motivada pelos estudos de John Dewey, mas desenvolvido pelo seu sucessor, Kilpatrick, que trabalhava com a ideia do docente como mediador, dando autonomia para a criança. Concepção fomentada nacionalmente pelo intelectual Lourenço Filho (LOURENÇO FILHO, 1969).

Outras práticas que são influência dos movimentos de educação progressista compreendem a cultura física, por exemplo, a ginástica, jogos, dança e a realização de excursões (LOURENÇO FILHO, 1969). Práticas identificadas nos Grupos de São Marcos, como pode ser observado na figura 3:

Figura 3 – Fotografia da equipe de Ginástica do GE General Osório, durante as comemorações da Semana da Pátria (1943)



O registro fotográfico apresenta a equipe de Ginástica do GE General Osório em uma atividade durante os atos comemorativos da Semana Pátria. Essas atividades de expressão patriótica também estiveram significativamente relacionadas com a formação dos sujeitos durante a Escola Nova. Outra evidência do trabalho realizado sobre a constituição de sentido para os símbolos da pátria surge em documento do ano de 1941, do encerramento do ano letivo – a inauguração da foto do Presidente Getúlio Vargas; e, no ano de 1943, em abril, a comemoração do aniversário do presidente e a introdução do Pavilhão Nacional.

De acordo com Souza (2013), a Escola Nova no Brasil ficou marcada pela introdução de metodologias ativas, do trabalho com os centros de interesse e do método de projetos, e de um suporte das instituições auxiliares da escola. Entre as instituições auxiliares, a pesquisadora destaca: as bibliotecas e museus, cooperativas, caixa escolar, clubes de leitura, associações de pais e mestres, espaços de assistência médica e odontológica, entre outros.

O aporte a essas instituições de apoio escolar, relacionadas a uma renovação, também foi observado entre os Grupos Escolares de São Marcos, com destaque para a fundação do caixa escolar em 1963 no GE Francisco Doncato e o uso de um aparelhamento moderno para a divulgação das ações desse grupo, como a transmissão da Festa da Alimentação Escolar, em setembro de 1970, pela Rádio Caxias. Já, no Grupo Maranhão (Duque de Caxias), em junho de 1949, é fundado o Círculo de Pais e Mestres (BERTELLI, 2008).

Em relação às práticas que foram associadas à renovação pedagógica, Souza (2013) destaca os trabalhos manuais e a educação física. Nesse sentido, entre os GE de São Marcos, evidenciou-se a exposição de trabalhos manuais, no GE Fagundes Varela, em 1960, que ainda contou com uma articulação ao civismo, ao tratarem sobre os grandes vultos nacionais. E, no ano de 1953, no GE Frei Caneca, igualmente aconteceu a exposição de trabalhos manuais, por ocasião do encerramento do ano letivo (BERTELLI, 2008).

Essas e outras evidências, como o teatro, a projeção de filmes, a realização de excursões, a organização de Clubes Agrícolas, associam os Grupos Escolares de São Marcos a ideias para uma renovação pedagógica, em um movimento liderado inicialmente pela gestão municipal de Caxias do Sul, mas que se mantém após a emancipação do distrito.

Considerações finais

Diante do exposto, entende-se que o distrito de São Marcos, apesar da distância geográfica com a sede – Caxias do Sul, manteve-se em um movimento paralelo de renovação da escola. Tendo como uma das premissas a

instalação de novas unidades escolares, para a formação de crianças e jovens da localidade, em um trânsito para a democratização da escola, em particular, pela instalação dos Grupos Escolares, impulsionada pela crescente demanda por escolarização dos locais.

Embora, pelo que se observou, a construção dos Grupos Escolares tivesse o apoio do Estado, foi por meio da iniciativa municipal que eles se proliferaram. Alguns desses grupos sendo constituídos a partir de escolas que já existiam e foram reclassificadas em seu modelo de atuação, e que ao longo de suas trajetórias foram recebendo melhoramentos, como a construção de novos prédios para comportar um número maior de alunos e com isso, um formato de ensino dividido em séries e com mais de um professor.

Em relação às práticas pedagógicas, observou-se que as premissas do ensino pregadas pela Diretoria de Instrução Pública de Caxias do Sul eram igualmente propagadas em São Marcos, havendo a circulação de ideias acerca da renovação e um planejamento para a aquisição de materiais de apoio às práticas pedagógicas. Não foram apresentados os excertos dos jornais e das atas, mas nos registros, surgem os nomes de autoridades de Caxias do Sul, como dos Prefeitos Municipais e da Diretora de Instrução Pública, participando das atividades e nas inaugurações do Grupos Escolares; o que ratifica a ideia de que havia uma orientação e monitoria periódica da gestão caxiense em solo São Marquense.

Também se entende que havia a apropriação de certas “instituições de apoio” buscando-se modernizar o ensino e aproximá-lo a uma vida social dos alunos, bem como a inserção de um aparelhamento que representava a modernidade do campo da educação, corrobora a notícia do Jornal *Despertar*, da Diretoria da Instrução Pública, do ano de 1951, que noticia a ida do “cinema ambulante das escolas municipais” na sede de São Marcos, o que se acredita ter reunido os escolares e famílias de todo o distrito. A própria circulação do jornal *Despertar*, meio instrutivo e de comunicação da Diretoria da Instrução com a comunidade escolar, em São Marcos, é um outro exemplo do uso de recursos modernos.

Por fim, crê-se que as pesquisas realizadas em cidades menores do interior da serra gaúcha, como foi o caso de São Marcos, possibilitam um campo profícuo para estudos em História da Educação, permitindo aos pesquisadores encontros com documentos diversos que ajudam na interpretação e na análise dos caminhos trilhados para uma institucionalização escolar, de modo particular, para a institucionalização dos Grupos Escolares nesta região.

REFERÊNCIAS

BERTELLI, Arilde Cecília Chemello. **Escolas de São Marcos: 1900-2005** – um século de cultura. Porto Alegre: EST, 2008.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Portugal: Editora Difel, 2002.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**. Bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

POSSAMAI, Osmar João. Formação étnica de São Marcos e das comunidades circunvizinhas. *In*: BERTELLI, Áureo; CASTILHOS, Evaldo; ALVES, Luiz Antônio; BOSSARDI, Leiva T. R.; REIS, Luiz G. G.; MICHELON, Maria Marta P.; POSSAMAI, Pe. Osmar J.; ALVES, Sandra M. S.; BARROSO, Véra L. M. (org.). **Raízes de São Marcos e Criúva**. Porto Alegre: EST, 2005. p. 406-414.

QUADROS, Claudemir de. Estado Novo e nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul: a população e a educação como um problema de governo. *In*: XI Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos – XI CIEIA, [Anais]. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/cieia/assets/edicoes/2017/arquivos/12.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

RECH, Gelson Leonardo; LUCHESE, Terciane Ângela. **Escolas Italianas no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Leis Estaduais. Decreto nº 19818, de 13 de agosto de 1969. Reclassifica escolas. Porto Alegre, 1969. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/decreto-n-19818-1969-rio-grande-do-sul-reclassifica-escolas>. Acesso em: 10 jul. 2023.

ROSO, Paula Cristina Mincato. **A educação do corpo nas escolas municipais de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul (1937-1945)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2012.

SÃO MARCOS. **História**. 2023. Disponível em: <https://www.saomarcos.rs.gov.br/municipio/historia>. Acesso em: 6 jul. 2023.

SOLDATELLI, Alda Iza Sandi. Histórico do Colégio Estadual São Marcos: antigo Ginásio São Marcos. *In*: BERTELLI, Áureo; CASTILHOS, Evaldo; ALVES, Luiz Antônio; BOSSARDI, Leiva T. R.; REIS, Luiz G. G.; MICHELON, Maria Marta P.; POSSAMAI, Pe. Osmar J.; ALVES, Sandra M. S.; BARROSO, Véra L. M. (org.). **Raízes de São Marcos e Criúva**. Porto Alegre: EST, 2005. p. 297-301.

SOUZA, José Edimar. Apresentação. *In*: GRUPOS escolares no Rio Grande do Sul Escolarização primária em perspectiva regional no século XX. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2022.

SOUZA, Rosa Fátima de. Objetos de ensino: a renovação pedagógica e material da escola primária no Brasil, no século XX. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 49, p. 103-120, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/v96Y4G9VS9fbKyQr87cRJ6r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 jan. 2023.

Documentos

ATA DE INSTALAÇÃO DO CÍRCULO DE ESTUDOS. Grupo Escolar Duque de Caxias. *In*: BERTELLI, Arilde Cecília Chemello. **Escolas de São Marcos: 1900-2005 – um século de cultura**. Porto Alegre: EST, 2008.

COMPAGNONI, P. Henrique. Pedido Capsioso. **O Momento**. Caxias do Sul, ano 5, n. 238, 27 set., 1937. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=104523&Pesq=%22Grupo%20Escolar%20São%20Marcos%22&pagfis=1202>. Acesso em: 7 jul. 2023.

FOTOGRAFIA da equipe de Ginástica do Grupo Escolar General Osório, Semana da Pátria. Arquivo Histórico João Spadari Adami, Caxias do Sul, 1943.

MARCUCCI, Dante. **Mapa organizado em observância ao decreto-lei nacional nº 311, de 2 de março de 1938**. Prefeitura de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 1938. Arquivo Histórico João Spadari Adami.

NÃO HÁ PROFESSORAS. **A E'poca**. Caxias do Sul, ano 1, n. 32, 7 maio 1939. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882089&Pesq=%22grupos%20escolares%22&pagfis=135>. Acesso em: 10 jul. 2023.

QUADRO DEMONSTRATIVO. **Jornal Despertar**. Caxias do Sul, ano 2, n. 11, nov. 1948. Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=882305&pesq=&pagfis=112>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PROJEÇÕES CINEMATOGRAFICAS. **Despertar**. Diretoria de Instrução Pública. Caxias do Sul, ano 5, n. 37, set. 1951. Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882305&Pesq=-cinema&pagfis=264>. Acesso em: 5 fev. 2023.

5. DE GRUPO ESCOLAR DE NOVA BASSANO A ESCOLA ESTADUAL PADRE COLBACHINI (1936-1987): entrelaçamentos entre ensino público e confessional

Gisele Belusso¹
José Edimar de Souza²
Fernando Ripe³

Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição, [...] é integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência.
(Justino Magalhães, 2004).

- 1 Doutora em Educação (2020) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, bolsista CAPES. Mestra em Educação (2016) com ênfase no campo da História da Educação, no eixo das instituições escolares, e graduação em Pedagogia (2006) pela mesma instituição. Integrante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), da Associação Nacional de História (ANPUH), da Associação Sul-Riograndense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE), membro do conselho fiscal biênio 2019-2021. Coordenadora do GT de História da Educação da ANPUH/RS (2022-2024). Participante do Grupo de Pesquisa História da Educação Imigração e Memória da Universidade de Caxias do Sul (GRUPHEIM).
- 2 Graduado em História, em Pedagogia, em Geografia, Bacharel em Biblioteconomia. Mestre e Doutor em Educação, com estágio de pós-doutorado em Educação. Professor e pesquisador da Área de Humanidades e dos programas de Pós-Graduação em Educação e em História da Universidade de Caxias do Sul – UCS. Pesquisador PqG Gaúcho. Membro da diretoria da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras (ANPHCTB), gestão 2021-2023. Membro da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE) gestão 2021-2023. Membro titular do Comitê de Assessoramento da FAPERGS (2022-2024). Consultor Ad Hoc titular da Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul -SICT. Vice-líder do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM).
- 3 Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas-UFPel (2019). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS (2011). Especialista em Educação Matemática pela Universidade Luterana do Brasil-ULBRA (2006). Graduado em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS (2004) e História pelo Centro Universitário de Maringá – Unicesumar (2020). Professor na Faculdade de Educação (FaE) e nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e Educação Matemática (PPGEMAT) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Faz parte do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (Ceihe/UFPel) e do Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero/UFGM). É coordenador do GT de História da Educação (ANPUH-RS) e secretário da Associação Sul-rio-grandense de pesquisadores em história da educação (ASPHE).

Palavras iniciais

O presente capítulo pretende apresentar o contexto de criação do Colégio Estadual Pedro Colbachini⁴ que completa, em 2023, seus 87 anos de criação. Para tanto, elencou-se, inicialmente, o período de 1936 até 1989 por ser este o período desde sua criação como Grupo Escolar até o momento em que se torna Escola Estadual. O citado contexto deve estar integrado, como defende Magalhães na epígrafe, pois nenhuma instituição escolar se constitui de forma isolada.

Para compreender a criação do município de Nova Bassano, recorda-se que, ao final do século XX, o contexto na Itália era o da industrialização, o do desemprego e o da crise, o que impulsionou os processos emigratórios para outros países, dentre eles o Brasil. No Rio Grande do Sul, em especial a partir de 1875, chegou um número significativo de imigrantes italianos.

A Igreja Católica atuou junto a esse movimento e para tanto o bispo João Batista Scalabrini fundou em 1887 a Sociedade São Rafael e o ramo masculino da congregação de São Carlos. Apenas sete meses depois missionários foram enviados aos principais destinos de emigração, inclusive para o Brasil. A congregação feminina, foi criada em 1895, motivada pela necessidade de ter irmãs no Orfanato Cristovão Colombo criado em São Paulo pelo Padre Marchetti. Em solo gaúcho, as religiosas passaram a atuar a partir de 1915 quando inauguram um colégio em Bento Gonçalves, seguidas de várias outras iniciativas e na criação de escolas (BELUSSO, 2016).

O que remete a ideia de que após a chegada nas irmãs no Rio Grande do Sul as iniciativas educacionais ficariam a seu cargo. No entanto, o contexto de Nova Bassano apresenta a criação da escola agrícola, na década de 1960, pelo padre Mario Bianchi, carlista. O que desperta a atenção para a necessidade de novos estudos para compreender a atuação dos religiosos na educação o que ocorreu em paralelo às iniciativas públicas de ensino, pelo menos neste município.

Na visita, *in loco*, na instituição e no contato com a diretora, uma das primeiras percepções sobre o processo histórico do colégio foi a necessidade de compreender sua relação com os padres carlistas e suas iniciativas em prol da educação. O percurso desta instituição escolar está intimamente vinculado ao contexto local e a atuação dos carlistas no município. Tal situação chama a atenção, pois as iniciativas educacionais da Congregação das

4 O colégio já foi campo de estudo para o Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras e Cultura Regional da Universidade de Caxias do Sul. A pesquisa teve por objetivo perceber as relações entre as práticas de leitura e as condições socioeconômicas e culturais de Nova Bassano (DALL AGNOL, 2007). Atualmente é denominado da forma citada.

Irmãs Scalabrinianas de São Carlos Borromeu e a educação Scalabriniana têm sido objeto de várias pesquisas acadêmicas, o que não ocorre na mesma proporção quando se trata do ramo masculino da congregação e sua atuação no campo educacional.

Dentre as pesquisas pode-se citar Signor (1984), Souza (2000), Bresolin (1998) e Oliveira (2009) que se detiveram ao projeto sociopastoral scalabriniano e a educação scalabriniana. Mais recentemente Matiello (2019), analisou a educação, que denominou de carlista-scalabriniana, no Rio Grande do Sul, pelo viés da congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas relacionando religiosidade, etnicidade e escolarização. Além disso, algumas instituições escolares fundadas pelas irmãs scalabrinianas tornaram-se objetos de estudo em nível de mestrado como por exemplo: o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Farroupilha, RS (BELUSSO, 2016), o Colégio Santa Teresa, Ituiutaba-MG (OLIVEIRA, 2003) e o Colégio São Carlos, Caxias do Sul-RS (PAZ, 2013). Diante disso, nota-se que os estudos até então produzidos marcam fortemente a presença das irmãs nas iniciativas educacionais.

Além disso, percebe-se na região da serra gaúcha, que o ensino público e confessional particular teve vários entrelaçamentos. Igreja, poder público e comunidades atuaram de forma conjunta para garantir escolas, construir prédios, ampliar níveis de ensino (BELUSSO, 2020). A história do município de Nova Bassano está vinculada diretamente ao processo de imigração italiana e com isso a presença dos padres carlistas. Assim, é preciso considerar tais especificidades ao analisar o processo histórico do Colégio Estadual Padre Colbachini.

O que amplia a perspectiva das pesquisas geralmente realizadas. Conforme a revisão de literatura apresentada por Gritti e Gritti (2021, p. 21) as categorias de análise mais recorrentes versam a partir dos seguintes elementos:

[...] arquitetura escolar, currículo, a nacionalização, a legislação e reorganização do ensino, fotografias como documento de pesquisa da história da educação, escolas e suas memórias, educação rural, a educação física na formação de professores e Colégios Elementares e Grupos Escolares no Rio Grande do Sul: memórias e cultura escolar – séculos XIX e XX: o olhar recente sobre as escolares elementares e os grupos escolares.

Assim, propor analisar os entrelaçamentos entre público e privado, como principal categoria analítica, contribui para percebermos outras nuances na história de instituições escolares públicas pois bem como sinalizam as autoras “a história das escolas elementares e dos grupos escolares gaúchos carece de outros olhares e sobre outros aspectos” (GRITTI; GRITTI, 2021, p. 31).

Ainda nessa direção, é preciso compreender que a história da criação do município é também a história da chegada do primeiro padre carlista ao local, o religioso Pedro Antonio Colbachini, em 1896. Foi ao redor do local escolhido para fixar a igreja que o povoado se desenvolveu. O lugar escolhido foi comunicado e justificado em correspondência diretamente ao bispo João Batista Scalabrini. Logo após a decisão o padre começou a busca por investidores para a região e apresentou ao diretor da colonização, sr. Montaury de Leitão Aguiar, a ideia de construir um colégio de irmãs para as meninas (GUIZZARDI, 1992). Desde então, o território de Nova Bassano esteve vinculado inicialmente ao município de Lagoa Vermelha, a partir de 1898 ao município de Veranópolis e por fim, em 1924, tornou-se o 2º distrito de Nova Prata. Emancipou-se politicamente somente no ano de 1964, tendo como primeiro prefeito Sr. Felisberto Antonio Dalla Costa (DALL AGNOL, 2007).

A escola para meninas trata-se da Escola Sagrado Coração de Jesus das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, foi entregue às irmãs em 1910, onde as aulas ocorriam em português e italiano. Com o aumento do número de alunos, em 1926, foi construído um outro prédio onde, além de serem ministradas as aulas, eram recebidas as vocações femininas. Novamente em 1962, foi inaugurado um espaço físico maior nomeado Casa de Nazaré que abrigou a escola até seu fechamento em 1977, após formar 6.200 alunos (RADIN, 1995).

Além da escola que acolheu as vocações femininas, também foi instalado no município o Noviciado Scalabriniano Sagrado Coração de Jesus no ano de 1946. Neste espaço “de 1947 a 51, funcionou o curso científico e o filosófico, junto com o Noviciado” (RADIN, 1995, p. 32). Em 1955, o noviciado foi transferido para Guaporé e diante disso o Padre Mario Bianchi optou por ampliar o prédio para a partir de 1957 funcionar o seminário menor de 5ª a 8ª série. No mesmo ano, junto ao seminário passou a funcionar o educandário São Carlos que se destinava ao ensino de leigos, na década de 60 transferido para a escola agrícola. O seminário encerrou suas atividades no ano de 1983.

As iniciativas confessionais ocorreram concomitantes as do governo estadual pois conforme Duarte (1998), desde 1901 já havia ao menos um professor público nomeado no local. Era ele Luiz Duarte. Aqui não trataremos das iniciativas municipais e de aulas ou escolas particulares, mas sabe-se que são perspectivas a serem compreendidas.

Conforme Radin (1995, p. 29), “a história da educação em Nova Bassano esteve sempre ligada à paróquia.” Diante disso, é necessário assumir que pensar a história da educação de Nova Bassano e mais especificamente do Grupo Escolar, criado em 1936, é também compreender seu surgimento neste contexto de imigração italiana e forte atuação dos padres carlistas. Outro aspecto a ser considerado é de que no ano de criação do grupo

escolar o território hoje reconhecido como município de Nova Bassano era o 2º distrito de Nova Prata, ou seja, uma área rural.

Souza (1998), afirmava da diferença, principalmente, na estrutura física de instituições instaladas em áreas centrais e áreas rurais. Os denominados pela autora de templos de civilização eram construídos em áreas urbanas e de fato pertenciam ao Estado e já os grupos escolares no interior funcionaram em prédios mais singelos e construídos com o auxílio das municipalidades, em prédios municipais ou em locais arrendados pelo Estado. Em outras palavras, ao referir-se ao contexto gaúcho Souza e Duarte (2016, p. 203) “a implantação dos prédios específicos para os grupos escolares, no meio rural, não seguiu o mesmo ritmo de implantação do espaço urbano.”

Assim, será possível compreender o processo de mudanças nas instalações apresentado a seguir e fazer a relação com o momento em que o Grupo Escolar tem uma expansão tanto no espaço físico, como nos níveis de ensino. A emancipação política de Nova Bassano, na década de 60, e esse período coincidem.

Uma história e muitos entrelaçamentos: os indícios de um acervo escolar

O acervo da instituição encontra-se organizado e conservado, além de contar com um espaço de memória junto com o laboratório de informática. O conjunto documental apresenta: um álbum de fotografias, livro de atas do museu escolar, Caixa Escolar, Hora Pedagógica, Livro de Notas, Decretos, Históricos, dentre outros. Nota-se que os documentos compõem dois grandes grupos: No primeiro enfatizam o processo histórico do colégio e seu patrono e no segundo se trata de registros a partir da década de 1960. A análise é pautada nos pressupostos da História Cultural e a metodologia é a análise documental histórica. E a partir de então, apresenta-se os primeiros indícios sobre o processo histórico do Grupo Escolar e os entrelaçamentos entre instituições públicas e confessionais.

O Grupo Escolar de Nova Bassano, foi criado em 27 de junho de 1936, e iniciou as atividades em março de 1937. A partir de 1959, passou a denominar-se Grupo Escolar Pe. Colbachini. O hino da escola apresenta indícios da relação do religioso com o local e a educação:

- 1) Escola Colbachini, nós te saudamos
És um tesouro que estás em nossa terra
Juntos de ti, nós todos irmanamos
A fé, o amor e a cultura que prospera
- 2) Um missionário italiano plantou boa semente

Cumpriu sua missão
 Surgiu a grande Escola, recebeu seu nome,
 Está enraizada com firmeza neste chão.
 Estribilho
 Escola Colbachini, és centro de cultura,
 Tu és um educandário
 Tu evangelizas, formas e educas,
 O teu nome também é missionário.
 3) Tu te aconchega junto à natureza,
 Acolhes a todos com teus braços abertos,
 Dás o exemplo de amor e grandeza,
 Mostras a todos o caminho certo.
 4) Pessoas ilustres, que estão aqui e lá fora,
 Por aqui e passaram e vem te agradecer,
 Te guardam com amor no coração na história
 Pois tu ensinaste na vida a vencer
 Estribilho
 5) És também exemplo de luta e trabalho
 Teus membros se unem dando as mãos
 São frutos colhidos, sonhos realizados
 És berço de paz, amor e união.
 6) És forte alavanca da terra bassanense,
 És astro luminoso, nossa estrela guia,
 Que os anjos e os homens em tua homenagem
 Cantem a prece a Ave-Maria.

A música de autoria de Maria Amélia Gheller, arranjos de Pedro M.K.Ghering e letra de Ignez Pieta Segallin. No acervo ainda se encontra a partitura do mesmo. Como já citado, o padre Pedro Antônio Colbachini foi o primeiro religioso a chegar na localidade e ali permaneceu até seu falecimento em 1901. É representado nos históricos sobre a escola como fundador do núcleo colonial que deu origem a Nova Bassano, tendo ele mesmo projetado várias estradas para possibilitar o acesso a centros comerciais maiores e favorecer o comércio local, o que justifica e contextualiza a escola ter o nome do religioso. É interessante perceber que mesmo se tratando de uma instituição pública, criada em um período próximo ao acirramento da nacionalização do ensino, recebe, assim que possível, o nome de um padre italiano o que é intrínseco a história local.

Segundo Souza e Duarte (2016) a instalação de grupos escolares, em áreas rurais, esteve relacionada ao movimento da nacionalização. O que faz sentido no contexto de Nova Bassano por ser um local de imigração italiana. O processo de acirramento da nacionalização do ensino ocorreu a partir de

1938, momento em que se intensificaram as intervenções do Estado por meio de várias ações. Dentre elas: a jurisprudência sobre a educação, a expansão da rede pública de ensino, a orientação, a supervisão e a fiscalização do trabalho escolar. Tudo isso, almejando formar um espírito nacional, pautado no ensino em Língua Portuguesa, em saberes cívicos e patrióticos e no Ensino de História e Geografia do Brasil que tornaram-se obrigatórios (QUADROS, 2006).

Fernandes (2021), nos permite compreender o número de grupos escolares instalados no Rio Grande do Sul se amplia significativamente de 1930 até 1942. No ano de 1930 eram 54 instituições, em 1934 eram 104, em 1937 eram 170, em 1938 eram 281, em 1939 eram 365, em 1940 eram 422, em 1941 eram 456, em 1942 eram 518.

Conforme o Histórico da instituição escolar esta é uma história com diversos entrelaçamentos. Em especial, a partir da década de 1960, a história do Grupo Escolar se confunde com a história da Escola Agrícola. Isso ocorre por ter sido criada, em 1961, uma escola agrícola, confessional particular, pelo padre carlista Mario Bianchi.

Essa instituição foi se configurando de diferentes formas passou a ser o Educandário São Carlos, o Ginásio Agrícola Industrial, o Ginásio Orientado para o Trabalho e, por fim, o Colégio João XXIII no qual em 1971 formou-se a primeira turma de normalistas, em 1972 a do Curso Integrado, em 1974 a de Magistério e Contabilidade e em 1975 a de Auxiliar de Adubação. Naquele período o Grupo Escolar funcionava como curso primário de aplicação da Escola Norma João XXIII.

No ano de 1975, iniciou a transição das turmas de 6^a até 8^a série do então Colégio João XIII para o Grupo Escolar. Ano a ano, cada turma iniciada no grupo escolar era encerrada no Colégio João XIII, processo concluído em 1977. Ano em que, devido a reorganização do ensino, o Grupo Escolar passa a ser denominado Escola Estadual de 1^o Grau Pe Antônio Colbachini. A partir de 1986, houve também a implementação do 2^o Grau na agora Escola Estadual e a cessação no Colégio João XIII. Tais transições mostram o movimento da ampliação do ensino público. O ensino confessional e particular cria a estrutura, as condições que progressivamente foram sendo absorvidas pelo ensino público. Em um primeiro momento a oferta de 2^o Grau na Escola Estadual Pe Antônio Cobalchini foi a do curso de Preparação para o Trabalho e a partir de 1987 a instituição torna-se a Escola Estadual de 1^o e 2^o Graus Pe. Antônio Cobalchini.

Conforme o documento Monumento à História econômica e educacional de Nova Bassano⁵ no Colégio Estadual Pe. Cobalchini, de autoria da profes-

5 O texto foi escrito originalmente para o livro Raízes de Sananduva. Encontra-se digitado e grampeado junto aos documentos do acervo escolar, sem data. No entanto, pode-se afirmar que foi escrito após os anos 2000, por apresentar referências até o ano de 2009. O citado monumento foi construído com pedras do prédio do frigorífico encontradas durante as escavações necessárias para as reformas e ampliações do espaço físico da escola.

sora Firléia Guadagnin Radin, o surgimento da escola agrícola está relacionado a questões econômicas. Na região a agricultura e pecuária movimentavam a economia e havia vários frigoríficos. Um deles era inicialmente de propriedade de Eugênio Bettio, na década de 1930 foi comprado por Luiz Bortolo Marafon e por sim vendido para os Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros que deslocou as máquinas para outras unidades e assim esvaziou o prédio. Na década de 1960 é este local que sedia a escola agrícola por iniciativa do padre Mário Bianchi. Sua iniciativa estaria vinculada a um agradecimento a comunidade pela ajuda na construção do seminário. A aquisição da área de terra e do prédio do antigo frigorífico foram realizadas com auxílio do Governo Federal, porém eram de propriedade da Pia Sociedade dos Padres Carlistas.

Nos primórdios da escola as mesas onde se fabricavam salames foram as utilizadas pelos alunos e o material dos chiqueiros desmanchados serviu de matéria prima para a construção das primeiras quatro salas de aula. A primeira turma do ensino ginasial ingressou em 1961, dentre os alunos frequentaram a escola leigos e seminaristas.

Na imagem a seguir pode-se visualizar os alunos da Escola agrícola realizando atividades agrícolas.

Figura 1 – Alunos da Escola Agrícola de Nova Bassano [196?]



Fonte: Álbum de fotografias do Colégio (s/d).

Na imagem além dos alunos, munidos de enxadas pode-se ver o prédio do antigo frigorífico ao fundo. Pode-se observar o quanto era amplo o espaço também fora do prédio.

Em 1964, foram construídas três novas alas, permanecendo assim até meados de 1990. Desta forma, além de novas salas de aula, oficinas de costura, de

técnicas industriais – marcenaria, de técnicas agrícolas, de avicultura, laboratório de ciências, sala de mecanografia, de culinária e a biblioteca passam a ser espaços de práticas escolares. A seguir pode-se visualizar a fotografia da marcenaria.

Figura 2 – Marcenaria da Escola Agrícola de Nova Bassano [1960-1970]



Fonte: Álbum de fotografias do Colégio.

A fotografia foi produzida de forma a mostrar a marcenaria sendo utilizada. Assim entende-se que mais do que novas salas e espaços, ampliaram as práticas e a Escola Agrícola foi um espaço de disseminação de saberes que eram levados para as propriedades locais. Uma das possíveis decorrências disso foi que a localidade aumentou o cultivo de hortifrutigranjeiros e foi reconhecida como a Capital do Tomate. A Escola agrícola marcou a presença do ensino profissionalizante na localidade e isso gerou impacto na economia local.

O mesmo documento apresenta indícios de que o Educandário São Carlos funcionava junto ao seminário menor com turmas de 5^a até 8^a série, para o ensino de leigos, até ser transferido para junto da Escola Agrícola.

O Grupo Escolar de Nova Bassano funcionou em vários locais antes do endereço atual: primeiro na rua Gonçalves Dias, atrás do rio; a seguir, no casarão de dois pisos do Sr. Sadala; já na década de 1950, ocupou um novo prédio na rua Silvio Seganfredo.

É importante compreender que o prédio ampliado da antiga escola agrícola tornou o atual espaço físico do Colégio Estadual Pedro Coblchini, que posteriormente foi reformado e ampliado. Ou seja, foi diante do investimento do governo estadual e dos padres carlistas que mais tarde este prédio torna-se o prédio do, na época, grupo escolar. O que explica a presença no acervo documental da instituição muitas imagens e referências a Escola Agrícola.

Além de apresentar indícios sobre sua criação, sobre como foi absorvendo os níveis de ensino ofertados na escola agrícola e sobre as mudanças de espaço físico aponta-se como importante indício dos sujeitos escolares a lista de diretores da instituição. Pois mais que espaços físicos é preciso considerar os sujeitos que ali estiveram e as práticas desenvolvidas. Como afirma Faria Filho (2007), as culturas escolares equivalem aos sentidos atribuídos, construídos pelos sujeitos, sejam eles compartilhados ou disputados.

Em outras palavras, os sujeitos podem transformar um espaço em um lugar de relações, tensões e aprendizagens, tornar o que eram apenas legislações em rotinas e ações; apropriar-se das normas gerando táticas e estratégias e, por fim, fazer uso dos materiais didáticos os compreendendo também como objetos de simbologia e interação. Nessa perspectiva, entende-se que os sujeitos escolares dão vida às culturas escolares, próprias de cada instituição, apropriando-se, mas também produzindo novos sentidos na dinâmica da interação e da vida (BELUSSO, 2016, p. 76).

Os diretores da instituição no período de 1937 até 1989 são apresentados no quadro a seguir:

Quadro 1 – Diretores (1937-1989)

Diretores	Período
Avelina Fingir Davi	02/03/1937 a 08/03/1939
Nirce Tartarotti	09/03/1939 a 29/04/1939
Haidée Ana Davi	01/03/1940 a 17/06/1943
Lulia P. de Oliveira	03/08/1943 a 15/12/1943
Ana Cristina Marafon	01/03/1944 a 20/08/1960
Leni Ana Somavilla Fiori	08/05/1961 a 01/03/1963
Ana Cristina M. Invernici	01/03/1963 a 20/03/1968
Ires Parisotto Caldieraro	26/03/1968 a 31/12/1973
Suzana Piovezan Bechelli	01/04/1973 a 18/03/1975
Zaira Zottis (responsável pela direção)	19/03/1975 a 31/07/1975
Gema M. Fachini Zampieri	01/08/1975 a 09/01/1986
Analice Maria Antonioli	10/01/1986 a 04/01/1987
Tranquilo José Dametto	05/01/1987 a 14/12/1988
Maria Inês Bortolini Seganfredo	15/12/1988 a 04/10/1989
Darcillo Pauletto	17/11/1989 a 31/08/1993

Fonte: Acervo escolar da Escola Estadual Pe. Colbachini.

No período analisado para este capítulo percebe-se que 15 docentes estiveram no cargo de direção, predominantemente mulheres. Alguns deles permaneceram por um período de até três anos e outros estiveram na função por um tempo maior que variou de entre 4 e 16 anos. Mesmo que para este momento sejam apontados somente uma lista de nomes, entende-se que para prosseguir na pesquisa seja primordial identificar tais sujeitos.

Para este momento, é possível verificar as assinaturas das diretoras em diversos documentos escolares. Os livros de atas da instituição são um exemplo disso. Dentre eles, tem-se o livro de atas que registra as Horas Cívicas, iniciado em 1946 e que foi assinado por Ana Cristina Marafon. Neste ano, acumulam-se um conjunto de dezoito atas e os registros ocorrem até o ano de 1968. A primeira ata é representativa da preocupação em registrar as práticas patrióticas. Como pode-se acompanhar na transcrição a seguir:

Ata nº 1 aos vinte e três dias de março de mil novecentos e quarenta e seis no Grupo Escolar de Silva Pais, reuniu-se o corpo docente e discente, numa das salas, para a 1ª Hora do Brasil. Professora Silvia H. Todeschini. Consta do seguinte Programa: 1º) Hasteamento da Bandeira, ao som do Hino Nacional. 2º) “Canção do Soldado”. 3º) Poesia “Ao Brasil” pela aluna Nelly Todeschini. 4º) [...] pela aluna Dercy Peruzzo. 5º) Hino à República. 6º) Diálogo “Em cada defesa à Bandeira” pelas alunas: Beatriz Zanin e Dilva Balzan. 7º) Hino à Bandeira. Serviu de locutor o aluno Nelson Morés. E para encerrar, eu Silvia H. Todeschini lavei a presente ata, que assino junto o corpo docente (LIVRO DE ATAS DE HORAS CÍVICAS, 1946, p. 1).

A ata de número além apresenta uma das funções esperadas para a escola, o registro do que era realizado, em especial, do que se esperava que fosse realizado na escola. Em período de crescente racionalização do ensino tais documentos eram exigidos e fiscalizados pelo governo estadual.

A ata apresenta as atividades da primeira Hora do Brasil, que alguns momentos aparecem como Hora Cívica, entendo que aqui se refiram ao conjunto de atividades patrióticas desenvolvidas naqueles dias específicos. O programa, de caráter celebrativo, apresenta as citadas atividades e seus respectivos responsáveis, sejam eles alunos ou professoras. Ainda pode-se observar nesta ata que as docentes que assinam são três: Silvia, que redige a ata, Ema Marafon e Ana Cristina Marafon. A partir de então é possível pensar que na década de 40, do século XX, o grupo escolar era atendido por estas professoras. Em outras atas não mais há a assinatura da diretora e sim um visto, percebendo-se o caráter de acompanhamento e fiscalização dos registros.

Assinalamos, que para compreender a atuação das diretoras na instituição é preciso dar continuidade à pesquisa, o que demanda da localização de novas fontes documentais.

Considerações finais

O capítulo apresentado reflete em um movimento inicial de pesquisa nesta instituição escolar. Nesta primeira etapa, foi necessário compreender, mesmo que brevemente, o contexto local, os movimentos educacionais que ali emergiram por iniciativa dos padres carlistas, a sua relação com a história local e os entrelaçamentos entre o ensino público e privado.

Ao encerrar esta escrita, é possível afirmar que não se pode pensar em investimentos somente públicos ou privados nas respectivas instituições, que isto por vezes não é tão claro. Que as iniciativas dos padres carlistas ocorrem concomitante a implementação das instituições públicas estaduais e aqui, com o grupo escolar em questão. Por fim, que uma iniciativa confessional foi sendo absorvida pelo poder público estadual.

REFERÊNCIAS

BELUSSO, Gisele. **Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Farroupilha/RS: histórias de sujeitos e práticas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Caxias do Sul, 2016.

BELUSSO, Gisele. **Farroupilha/RS e a educação (1934-1948): um município pedagógico**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Caxias do Sul, 2020.

BRESOLIN, Ema. **Pedagogia carlista-scalabriniana no contexto sócio-educacional de nosso tempo**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 1998.

DUARTE, Miguel A. de O. Da espada à pena: trajetória do primeiro professor público de Nova Bassano: Luiz Duarte. *In*: COSTA, Rovílio (org.). **Raízes de Veranópolis**. Porto Alegre: EST, 1998. p. 413-428.

DALL AGNOL, Samira. **A leitura e o valor social um estudo sobre práticas de leitura e condições socioeconômicas e culturais**. 2007. 145 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Caxias do Sul, 2007.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização e cultura popular no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. *In*: BENCOSTTA, M. L. (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas itinerários históricos**. São Paulo: Editora Cortez, 2007. p. 193-211.

FERNANDES, Cassiane Curtarelli. **História dos grupos escolares em Garibaldi e Farroupilha: matizes de práticas pedagógicas e escolares (Rio Grande do Sul 1926-1949)**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Caxias do Sul, 2021.

GUIZZARDI, Dom Laurindo. **Nova Bassano: das origens ao raiar do século XX**. Caxias do Sul: Educs, 1992.

GRITTI, Isabel Rosa; GRITTI, Silvana Maria. Grupo Escolar no vale dos sinos – uma revisão de literatura (1909-1950). *In*: SOUZA, José Edimar de

(org.). **Grupos escolares no Rio Grande do Sul**: Escolarização primária em perspectiva regional no século XX. São Leopoldo: Oikos, 2021. p. 20-33.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

OLIVEIRA, Lúcia Helena. **Memória e História Educacional**: o papel do Colégio Santa Teresa no processo escolar de Ituiutaba no Triângulo Mineiro-MG (1939-1942). 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação, Uberlândia, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Helena. **Educação Scalabriniana no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade de Campinas, SP, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000469611>. Acesso em: 21 nov. 2014.

PAZ, Valéria Alves. **História do Colégio São Carlos de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul (1936-1971)**. 2013. 157 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/jspui/bitstream/11338/470/1/Dissertacao%20Val%C3%A9ria%20Alves%20Paz.pdf>. Acesso em: 21 out. 2014.

QUADROS, Claudemir de. **Reforma, ciência e profissionalização da educação**: o centro de pesquisas e orientação educacionais do Rio Grande do Sul. 2006. 312 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

SOUZA, José Edimar de; DUARTE, Ariane dos Reis. O ensino no meio rural: Grupo Escolar Madre Benícia – Novo Hamburgo/RS (1940-1969). In: GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt (org.). **Colégios Elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul**: memórias e cultura escolar – séculos XIX e XX. 2016. p. 192-213.

SIGNOR, Lice Maria. **João Batista Scalabrini e a imigração italiana**: um projeto sócio-pastoral. Porto Alegre: Palotti, 1984.

RADIN, Firléia Guadagnin. **Centenário da Primeira Missa em Nova Bassano**: 25.12.1896 a 25.12.1996. Passo Fundo: Gráfica e Editora Pe. Berthier dos Missionários da Sagrada Família, 1995.

SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de Civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

SOUZA, Wlaumir Doniseti. **Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante**. Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o caso Idalina. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

Documentos acessados no acervo escolar da instituição

ÁLBUM de fotografias do Colégio Padre Colbachini

HISTÓRICO do Colégio Estadual Padre Colbachini

LIVRO de Horas Cívicas do Grupo Escolar de Silva Pais (1946-1968)

TEXTO Monumento à História econômica e educacional de Nova Bassano

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

6. O GRUPO ESCOLAR DE CARLOS BARBOSA: Memórias e culturas escolares (Garibaldi, RS, 1935-1950)

Cassiane Curtarelli Fernandes¹

Considerações iniciais

O presente capítulo é resultado da Tese intitulada “História dos grupos escolares em Garibaldi e Farroupilha: matizes de práticas pedagógicas e escolares (Rio Grande do Sul, 1926-1949)”², desenvolvida no Curso de Doutorado em Educação da Universidade de Caxias do Sul, com apoio financeiro da Capes.

Entre os grupos escolares investigados, destaco neste escrito, o Grupo Escolar de Carlos Barbosa, instalado no ano de 1935, no Distrito de Carlos Barbosa, zona rural de Garibaldi, RS. Meu objetivo é apresentar, ainda que de forma breve, o processo de institucionalização desta escola, destacando indícios em torno das culturas escolares produzidas em seu cotidiano a partir das memórias das ex-alunas Ada e Nilza. Além das entrevistas, também trabalhei com recortes de jornais, fotografias e outros documentos escritos localizados no Acervo Histórico Municipal de Garibaldi (AHMG).

Entendo que há muitas nuances da história das instituições que não estão nos registros escritos e imagéticos, mas somente nas memórias de ex-alunos(as) e professores(as), ou seja, nas experiências de quem realmente viveu a escola de outra época (ALBERTI, 2004; ALMEIDA, 2009).

Sendo assim, ao trabalhar com as narrativas de memórias escolares, destaco o cuidado para não as tomar como verdades do passado, mas como representações dos sujeitos que viveram as experiências do cotidiano escolar, cada um ao seu modo. Compreendo que estas memórias não são a história, mas que fortalecem “a pesquisa, produzindo uma História”, como explicam Grazziotin e Almeida (2012, p. 28).

Aponto que as narrativas orais apresentadas neste estudo são tomadas como documentos, problematizadas e concebidas como “a presença do

1 Graduada em Pedagogia, Mestra e Doutora em Educação pela Universidade de Caxias do Sul, Membro do Grupo de Pesquisa de História da Educação, Imigração e Memória da Universidade de Caxias do Sul (GRUPHEIM). Professora nos municípios de Carlos Barbosa e de Farroupilha, RS.

2 Ver Fernandes (2021).

passado” e não o passado em si (ALBERTI, 2004, p. 15). Com essa ideia, procurei utilizá-las com rigorosidade, tecendo-as com os documentos escritos e imagéticos, sempre que possível, tendo ciência de que assim como um filme, as entrevistas revelam pedaços do passado no presente, com seus “cortes, edições, mudanças de cenário”, como bem explicou Alberti (2004, p. 15).

Em relação as minhas entrevistas, pontuo que Ada nasceu em Carlos Barbosa no ano de 1934. Formou-se professora, casou com Luiz³, também ex-aluno do Grupo Escolar. Suas memórias remetem ao período de 1940 a 1947, tempo em que estudou na respectiva instituição. Já sua irmã Nilza, foi aluna entre os anos de 1943 a 1950. Nilza foi a única dos quatro irmãos que nasceu em Farroupilha⁴ e, diferentemente de Ada, que adorava estudar e queria ser professora, Nilza tinha outros planos e sonhos. Optou por ficar em casa e cuidar dos pais na velhice. Casou, teve filhos e, por muitos anos, foi doceira em Carlos Barbosa.

A formatura de Nilza no Curso Primário finda o recorte temporal deste texto. Dando continuidade, apresento de forma sintética, o recorte geográfico em que se situava o Grupo Escolar Carlos Barbosa e o processo de instalação do mesmo. Na sequência, dou ênfase as culturas escolas produzidas no seu cotidiano e lembradas pelas suas ex-alunas.

O município, o distrito e o grupo escolar

O município de Garibaldi, pertencente à Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, distante um pouco mais de 100 km da capital Porto Alegre, tivera início a partir da chegada dos primeiros imigrantes, predominantemente italianos, no final do século XIX. Em 1900, é elevado à condição de vila e município autônomo, desmembrando-se de Bento Gonçalves. Dentre outros acontecimentos que impulsionaram o desenvolvimento deste município, destaco a inauguração da Estação Férrea de Santa Luiza, em 1908, na gestão de Jacob N. Ely.

A Estação fora construída no povoado nº 35 da Estrada Geral, dando continuidade à linha férrea que seguia de Porto Alegre. A Estrada Geral era a principal via de Garibaldi, abrigando as primeiras moradias, casas comerciais e hotéis, como também ligando a localidade aos municípios de Montenegro, Bento Gonçalves e Alfredo Chaves. Infiro que a instalação da Estação Férrea fez o povoado nº 35 progredir e, por meio do Ato nº 74, de 25 de janeiro de

3 Refiro que, assim como Luiz, outros dois ex-alunos do Grupo Escolar de Carlos Barbosa optaram por não conceder uma entrevista alegando terem estudado por pouco tempo. O trabalho na infância foi um empecilho para a escolarização de muitas crianças, sobretudo para os meninos, responsáveis pelo auxílio no sustento da família.

4 Nasceu no ano de 1936.

1910, passou a denominar-se Carlos Barbosa, prestando uma homenagem ao então Interventor do Rio Grande do Sul, Carlos Barbosa Gonçalves⁵. No mesmo ano, o povoado foi elevado à condição de 3º Distrito de Garibaldi, certamente por conta do desenvolvimento econômico propiciado pela instalação da linha férrea.

De fato, a chegada do trem trouxe crescimento, movimentando o comércio, a indústria e o turismo. Ainda, possibilitou um aumento populacional e empregatício, uma vez que, desde os anos iniciais de sua construção, a comunidade Trinta e Cinco começou a receber engenheiros, empreiteiros e trabalhadores braçais que vinham de outros lugares.

Em 1925, ano do *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud*, o distrito de Carlos Barbosa continuava em pleno desenvolvimento. Tinha agências bancárias, correio, empresas que produziam magnésia, laticínios⁶, cerveja, banha, sabão, vinhos, artefatos de madeira, vime e palha, entre outros; bem como várias casas comerciais e um posto policial. Tiveram início as atividades no Hotel Vitória (1910), no Hotel Familiar (1911) e na Ferraria Valentim Tramontina (1911). Foi edificada uma nova igreja de alvenaria e foram criados o Sport Clube Serrano (1913), o Tiro de Guerra nº 395 (1917), a Casa de Saúde do Dr. Moureau (1910), a Escola Santa Rosa, pelas Irmãs de São José de Moûtiers (1920), a farmácia Casa Francisco D'Arrigo (1920) e o Bordini Hotel (1924).

Neste mesmo ano, houve uma reorganização distrital e Carlos Barbosa passou a ser o 2º distrito de Garibaldi, pela importância econômica e proximidade com a sede. Em 1935, conquistou a instalação do Grupo Escolar de Carlos Barbosa.

Para a organização desta escola, foi extinta a aula isolada de subvenção estadual, que funcionava no local aos cuidados do Professor José Vieira Márquez Albernaz. De acordo com um ofício localizado no Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi (AHMG), escrito pelo Prefeito Dormelindo e enviado ao Diretor de Instrução Pública do Estado, é possível inferir que a escola emergiu por um pedido dos moradores de Carlos Barbosa, pois, segundo registrou o Prefeito:

Em resposta ao vosso ofício sob nº. 4.711, de 13 deste, identificou-se que o pedido de criação do Grupo Escolar de Carlos Barbosa, endereçado ao Exmo. Snr. Governador, não foi feito diretamente por esta Prefeitura e sim por uma comissão de elementos representativos daquela localidade. A direção do Município limitou-se tão somente a encaminhar o memorial

5 Carlos Barbosa Gonçalves governou o Rio Grande do Sul entre os anos de 1908 a 1913.

6 Entre essas empresas, destaca-se a fundação da Cooperativa de Laticínios União Colonial Ltda, em 1912, atual Cooperativa Santa Clara Ltda (MIGOT, 2008).

que lhe fora apresentado fazendo ver a necessidade dessa justa aspiração, não nos cabendo, pois, nenhuma responsabilidade sobre a despesa com a aquisição do material escolar e mobiliário necessário ao citado Grupo⁷.

Percebe-se que a Prefeitura intermediou o pedido por julgá-lo necessário, mas não tinha condições de arcar com os custos dessa aquisição, uma vez que vivia um período financeiro conturbado. Após diversas trocas de ofícios entre o Prefeito e o Secretário da Educação e Saúde Pública, acertou-se que a escola funcionaria em um edifício alugado, pago pela comunidade e que o Estado bancaria os gastos com a instalação.

Importa pontuar que, no dia 13 de março de 1935, o jornal *Staffetta Riograndense* publicou uma nota dizendo que o Prefeito Dormelindo havia recebido um telegrama do diretor de Instrução Pública, comunicando-o da criação do grupo escolar. Segundo o impresso: “*la notizia ha prodotto tra noi la più viva soddisfazione e i sensi dela più profonda gratitudine verso il nostro Prefetto*”⁸. No entanto, diante das divergências acima mencionadas, o Grupo Escolar de Carlos Barbosa só foi inaugurado no dia 31 de agosto de 1935, no antigo casarão onde funcionou por muitos anos o Hotel de João Pedro Carlotto. A direção ficou a cargo do já professor José Vieira Márquez Albernaz⁹ e o corpo docente foi composto, inicialmente, pelas professoras Verônica Borba, Genny Santos e Vanda Cecconi.

No ano seguinte, os representantes da Comissão Pró-grupo do Distrito de Carlos Barbosa que haviam se mobilizado para a abertura da escola solicitaram, por intermédio da Prefeitura, que o Estado assumisse os gastos com o aluguel do espaço escolar, pois como nenhuma mensalidade tinha sido paga até então, o proprietário estava exigindo o despejo. No mesmo ofício de onde extraí essas informações é possível verificar a proposta de um novo acordo: “Os meses anteriores eles se comprometeram a saldar, contanto que o Estado passe d’ora em diante, isto é, desde o mês de janeiro do corrente ano, a arcar com a mensalidade de 120\$000¹⁰.”

Não foi possível identificar o desfecho dessa situação, mas acredito que o Estado tenha assumido o aluguel. De acordo com os registros localizados nos *Livros de Controle de Matrícula e Frequência* (1935-1939;

7 GARIBALDI. **Ofício [s.n.]**, do Prefeito de Garibaldi para o Diretor da Instrução Pública, 17 de junho de 1935. Responde ao Ofício n.º 4. 711. AHMG.

8 Essa notícia tem produzido entre nós a mais viva satisfação e os sentimentos de mais profunda gratidão ao nosso Prefeito. *Staffetta Riograndense*, Garibaldi, ano XXVI, n. 11, p. 3, 13 mar. 1935. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 3 maio 2019.

9 Histórico da Escola (2010). AEEFCB.

10 GARIBALDI. **Ofício nº 143**, do Prefeito de Garibaldi para o Secretário dos Negócios da Educação e Saúde Pública, 30 de março de 1936. Versa sobre o aluguel do prédio do Grupo Escolar de Carlos Barbosa. AHMG.

1936-1939), é possível dizer que José Vieira ficou apenas até março de 1936 à frente do grupo escolar, sendo substituído pela diretora Silvia Barone.

O Grupo Escolar funcionou em espaços improvisados até 1941, quando foi contemplado com um prédio próprio construído em alvenaria, seguindo o modelo que havia no Relatório de 1940, expedido pelo Secretário Coelho de Souza. Nesta década, existiu uma ampliação de recursos financeiros para a área educacional e, ainda que insuficientes, repercutiram, entre outros aspectos, na contratação de novos professores, na compra de mobiliário e materiais, bem como na construção de novos edifícios para o ensino primário nas zonas urbanas e rurais.

A seguir, pode-se visualizar o prédio do Grupo Escolar de Carlos Barbosa:

Figura 1 – Prédio do Grupo Escolar de Carlos Barbosa, década de 1940



Fonte: Acervo fotográfico da EEEFCB – Carlos Barbosa, RS.

Em relatório, o Prefeito de Garibaldi Vicente Dal Bó (1941, p. 22) explicava que o prédio tinha capacidade para 150 alunos, sendo a obra “construída pela prefeitura e custeada pelo Estado, com a verba dos 5.000 contos, fornecida pelo Governo Federal e destinada especialmente para construção de grupos escolares rurais, nas zonas de colonização estrangeira”. No mesmo documento, mencionava que a inauguração contara com a presença de J.P. Coelho de Souza, e que

tal melhoramento veio sanar uma lacuna que há muito se fazia sentir naquela Vila, cuja população, imensamente satisfeita, compareceu ao ato inaugural oferecendo ao titular da Educação uma festa, tendo S. Senhoria ficado sumamente impressionado com o ato de referência¹¹.

11 Relatório do exercício de 1940 enviado ao Exmo. Snr. Coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, D. D. Interventor Federal do Rio Grande do Sul, apresentado por Vicente Dal Bó, Prefeito Municipal. Porto Alegre: Of. Gráfica da Imprensa Oficial, 1941. p. 22-23). AHMG.

Conforme as recordações de Nilza (2020), o Grupo Escolar mantinha quatro salas de aula, uma biblioteca e uma secretaria, também “*tinha os banheiros, né. Não era muito grande*”. Nos fundos, havia um pátio, onde os(as) alunos(as) brincavam.

Memórias e culturas escolares

Como visto anteriormente, Nilza relembrou dos espaços existentes na escola: salas de aula, biblioteca, secretaria, banheiros e pátio. Ao ser questionada acerca da sala de aula explicou que “*Eram umas salas amplas, não eram salas pequenas. Tinha a mesa da professora, tinha os bancos, aquele banco de sentar em dois. É, a turma também era meio grande, não era tão pequenas não*”. Já Ada mencionou que era um espaço confortável, porém tudo era velho.

Ambas relembrou do pátio onde brincavam de caçador, sapata e futebol, em especial, no recreio. Segundo Nilza (2020): “*Naquela época, o recreio não era 10 minutos, era meia hora. Então, a gente tinha um tempo bem bom pra brincar*”. O pátio era o lugar comum dos encontros, do descanso, da liberdade, onde meninas e meninos podiam “desabrochar um sorriso, desmanchar em uma gargalhada, dedicar-se a jogos, brincadeiras, brigas” (SOUZA, 1998, p. 144).

Na organização do tempo escolar, o recreio deveria ser preenchido com jogos, brincadeiras e conversas ao ar livre, sempre que possível. Entretanto, a privação do recreio foi uma das medidas disciplinares mais utilizadas pelas professoras dos grupos escolares investigados. Segundo recordou Nilza (2020): “*Meu castigo era ficar no recreio!*”. Porém, como os sujeitos podem ser táticos: “*Quando elas saíam, eu pulava a janela e ia brincar no recreio, depois pulava de volta. Elas nem ficavam sabendo [risos]*” (BARSÉ, 2020). Muitas vezes, os castigos “não significavam que o comportamento indesejado estava banido para sempre. Pelo contrário, a própria situação dos castigos poderia provocar nova indisciplina” (SOUZA, 2006, p. 642). Pontuo que, diferentemente do que estava previsto no Regimento Interno (1939), o afastamento do recreio coletivo por indisciplina dava-se no mesmo horário dos demais e sem direito a repouso ao ar livre.

Deferentemente de Nilza que rememorou situações que a deixaram sem recreio e algumas de suas peripécias, Ada explicou que ela era uma ótima aluna e que nunca havia ficado sem recreio. Segundo ela, a professora Maria Spader dava castigos e tirava o recreio daqueles que não faziam o tema.

Pontuo que em 1940, houve a instituição da *Merenda Escolar*, separando a *Hora da reparação* entre lanche e recreio. Diante disso, entre os meses finais

de 1939 e o início de 1940, o governo do Rio Grande do Sul instituiu a *Sopa Escolar*, já em funcionamento nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, para citar alguns exemplos. A sopa tinha como objetivo ofertar uma refeição nutritiva aos alunos pobres das escolas isoladas e grupos escolares. Logo, os prefeitos foram convidados pelo Secretário de Educação, J. P. Coelho de Souza¹², a organizar a distribuição da sopa nas escolas, em parceria com as direções escolares e pessoas influentes da sociedade.

No contexto local, existiu, neste período, um intenso movimento social em torno da organização de eventos beneficentes em prol da aquisição de donativos para a distribuição da *Sopa Escolar*, como anunciam as diversas notícias publicada nos jornais *A Época* e *O Momento*.

As ex-alunas entrevistadas rememoram a distribuição da sopa no Grupo Escolar de Carlos Barbosa. Conforme Ada (2020): “*Eles davam sopa pra gente, mas não assim uma merenda, como se diz. Davam um canequinho com coisa dentro... miséria, miséria, miséria!*”. Sua irmã Nilza (2020) também comentou: “*Nós tínhamos sopa, eles faziam pra gente. Eles faziam muita sopa de lentilha. Até hoje, eu não posso nem ver lentilha na minha frente por causa do colégio! Mas a gente levava lanche de casa*”.

Aos poucos, a instituição da merenda passou a contribuir para que os(as) alunos(as) tivessem a oportunidade de uma refeição no ambiente escolar, uma vez que muitos(as) não tinham condições de levar a merenda de casa, como bem lembrou Ada (2020):

A mãe sempre dava pra mim. Eu tinha a merenda do lado: era pão feito em casa, com chimia feita em casa. Tudo isso era a merenda que se levava para a escola. No fim, a gente distribuía para aqueles que não tinham. [...] Era pobreza, né! (TIEPPO, 2020).

A *Merenda Escolar* foi uma das instituições auxiliares do ensino implementadas na escola primária a partir da década de 40 do século XX (PERES, 2000). Outra instituição lembrada por Nilza foi a *Biblioteca Escolar*. Ela explicou que cuidava da biblioteca juntamente com uma professora: “*Ela gostava muito da biblioteca!*” (BARSÉ, 2020). Conforme o Estatuto da Biblioteca Escolar, a mesma seria administrada por uma professora designada pela Direção, seguindo alguns critérios: ter interesse pelo estudo da psicologia da criança e do adolescente, ter capacidade para selecionar livros destinados a uma biblioteca escolar, bem como para acompanhar

12 RIO GRANDE DO SUL. **Ofício [s.n.]** enviado pelo Secretário de Educação, J. P. Coelho de Souza, ao Prefeito de Garibaldi, em 28 de novembro de 1940, convidando-o para organizar a distribuição da sopa nas escolas. AHMG.

com inteligência e simpatia a leitura das crianças. Ainda, “saber contar histórias, conhecer a literatura e, especialmente, a literatura infantil. Ter, finalmente, em relação à leitura, todos os hábitos e atitudes que se pretendem formar nas crianças”¹³. Na sequência, o documento sugeria que bibliotecária aproveitasse a colaboração e a iniciativa das crianças para a realização das seguintes atividades:

- a) organização do catálogo, fichário, etc.; b) arrumação e ornamentação da sala; c) feitura de cartazes relativos ao trabalho da biblioteca – silêncio, devolução e trato dos livros, etc.; d) feitura e distribuição de listas dos livros da biblioteca nas diversas classes; e) no serviço de empréstimo de livros¹⁴.

Nilza (2020) mencionou na entrevista que realizava algumas das atividades citadas acima, como o empréstimo de livros. Também, “*encapava e remendava os livros porque, geralmente, vinham despencados. Então, com uma cola, a gente colava*”. Em relação ao acervo, partilhou:

Os livros eram doados. Os antigos compravam os livros e depois, doavam. Jornal, tinha muito jornal que vinha. Meu pai recebia o Correio do Povo, então, ele lia e a gente levava para a escola, às vezes para recortar figuras, eu não lembro o que a gente fazia (BARSÉ, 2020).

A ex-aluna disse que gostava muito da biblioteca. Certamente, para as crianças, a possibilidade de auxiliar a bibliotecária era uma tarefa importante, que conferia responsabilidade e distinção. Nilza (2020) ainda rememorou que, na *Biblioteca*, “*tinha uns vidros grandes com cobra. Era uma espécie de um museu de cobras. Eu não sei que fim levou aquilo, de repente desapareceu. Eu não sei se eles retiraram*”. O *Museu Escolar* também foi uma das instituições auxiliares do ensino incentivadas pelo governo gaúcho, sobretudo ao longo da década de 40 do século XX.

Na sequência, apresento uma das fotografias compartilhadas por Ada ao longo da entrevista realizada:

13 SESP/RS. Diretoria de Instrução Pública. Seção Técnica. Estatutos da Biblioteca Escolar. **Revista do Ensino**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 50, set. 1939.

14 SESP/RS. Diretoria de Instrução Pública. Seção Técnica. Estatutos da Biblioteca Escolar. **Revista do Ensino**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 50, set. 1939.

Figura 2 – Alunos(as) e professoras do Grupo Escolar de Carlos Barbosa, 1948

Fonte: Acervo pessoal de Ada (2020).

Na imagem, pode-se identificar da esquerda para direita: a professora Avelina Paim Camargo (1), a aluna Ada Inês Barsé Tieppo (2), seu esposo Luiz Tieppo (3) e a professora Maria Spader (4). Também, é possível visualizar a fachada do prédio e os(as) demais estudantes que compunham o corpo discente do Grupo Escolar de Carlos Barbosa no ano de 1948.

Nota-se que todos estão uniformizados, menos o aluno Luiz, posicionado atrás dos demais. Ao mostrar-me a foto, Ada (2020) explicou: “*Tem eu, tem ele sem uniforme. Eles eram pobres não tinham nada, nada*”. Neste mesmo dia, Luiz participou inicialmente da entrevista, mas disse não se sentir à vontade, pois não ia muito para a escola: “*Fui uns dois anos. Não podia ir...*” (TIEPPO, 2020). O trabalho marcou a infância de muitas crianças da região, reduzindo o tempo de escolarização. Ajudar no sustento do lar era a prioridade, em especial, para os meninos.

Destaco a materialidade do uniforme visto na fotografia acima: o guarda-pó branco combinado com o laço ou a gravata na cor azul-marinho. Conforme Nilza (2020): “*Era o mesmo, tanto para os meninos quanto para as meninas, só que eles usavam gravata e nós, o laço*”.

A adoção do uniforme escolar no cotidiano da escola pública ganhou forças com o advento da República e com a expansão paulatina do ensino, com o intuito de minimizar as diferenças entre pobres e ricos no contexto da

democratização do ensino. Ou seja, “ao se constituírem como símbolos de padronização, os uniformes foram considerados um elemento fundamental para a construção de um sistema educacional que postulava uma educação *igual para todos*”, conforme explicitam Ribeiro e Silva (2012, p. 583) [grifo das autoras]. Com o passar do tempo, essa padronização tornou-se obrigatória. Há no cotidiano dos grupos escolares localizados em Garibaldi e Farroupilha preocupações em torno do uso do uniforme e iniciativas para que ele fosse ofertado para todos, incluindo os alunos que não tinham condições de adquiri-lo.

Conforme o registro feito na fotografia, entendo que ela foi produzida durante os festejos da Semana da Pátria de 1948. Infirmo, que a subprefeitura do Distrito de Carlos Barbosa destacou-se na organização dos festejos em honra à Pátria e, diante disso, o Grupo Escolar de Carlos Barbosa foi convidado (ou convocado) a participar. Embora situado na zona rural, desfilava pelas ruas de Garibaldi e também de Carlos Barbosa. Nas lembranças de Nilza (2020): “*Eu sei que, na época de desfile, quem desfilava sempre na frente era o Santa Rosa. Nós éramos os pobres atrás*”. Ainda, segundo ela:

A gente tinha que decorar as poesias pra ir no palanque oficial recitar as poesias. Na frente do grupo escolar, eu lembro que tinha uma área assim e tinha o palanque oficial. Na Semana da Pátria, todas as manhãs, a gente tinha que ir lá cantar o Hino Nacional e arriar a bandeira de tardezinha. Isso eu me lembro! (BARSÉ, 2020).

Tais fragmentos de memórias auxiliam na compreensão da representatividade que essa escola tinha nas comemorações da Semana da Pátria, além de evocar sentimentos próprios da infância: “*Nós éramos os pobres atrás*”. Para a ex-aluna, a ordem do desfile era um indicativo de importância ou destaque social. Chamo atenção, a partir da narrativa de Nilza, para a construção do “*palanque oficial*” na frente do Grupo Escolar; onde, de forma simbólica, instituía-se uma obrigatoriedade de participação nas celebrações organizadas pela subprefeitura. Aliás, destaco a organização da Parada da Mocidade em 1941, descrita com louvor nas páginas do Jornal *Correio Riograndense*, onde desfilaram os alunos do Tiro de Guerra local, o corpo docente e discente do Colégio Santa Rosa e do Grupo Escolar de Carlos Barbosa, assim como alguns atletas do Esporte Clube Serrano, respectivamente nesta ordem. Ao final do desfile, no “Altar da Pátria”, houve demonstrações de Educação Física pelos alunos das duas escolas. Na mesma notícia, havia uma descrição dos festejos da Independência do Brasil:

[...] Nove horas da manhã, chegam as Aulas Municipais do interior. Que belo espetáculo. Surgem os alunos do “Santa Rosa” e do Grupo Escolar e, a seguir,

irrompe a turma do Tiro de Guerra 395 em bela cadência executada pela sua Banda. Colocam-se em linha e formações defronte ao Altar da Pátria, centro de toda a festividade. São 10 horas e um “frisson” de entusiasmo movimenta a massa de povo. Eis que chega, procedente de Garibaldi, o Fogo Simbólico, conduzido pelos atletas do T. G. 395. Sobe o jovem ao Altar e ali faz entrega da tocha ardente ao Rvdo. Pe. Joaquim, o qual, entre palmas da multidão, acende a Pira da Pátria. Entoa-se neste instante o Hino Nacional e, após, o Hino da Independência. Desfilam depois perante os presentes os oradores do dia. Em primeiro, um representante do Tiro de Guerra 395. Belo discurso. Suas palavras últimas são recebidas com alardeantes palmas. Vem depois duas alunas, uma do Grupo Escolar e outra do Santa Rosa. – Fala, a seguir, a prof. Naydes Bordini, que foi muito aplaudida. E agora... O Rvdo. Padre Joaquim previne a todos em exemplares palavras que irá celebrar a Santa Missa. [...] Iniciou-se o Santo Sacrifício o qual foi entrecortado por cânticos sacros habilmente vocalizados por um coro de alunos do Colégio S. Inácio de São Salvador. Finda a Santa Missa, aguarda-se um instante e então o Pe. Joaquim inicia uma eloquente e bela oração, na qual abordou assuntos do real interesse, salientando o papel do Catolicismo, da Religião de Cristo, na vida do Brasil, desde o seu descobrimento até nossos dias. Esboça um belo perfil do Soldado – exemplo “Duque de Caxias”, e destaca o amor e a devoção desse herói nacional pela religião de Cristo, a religião verdadeira. – [...] Com este discurso, foram encerradas as solenidades da manhã. O povo dispersou-se e os escolares rumaram para seus pontos de refeição. Queremos destacar aqui a exemplar colaboração das dignas senhoras da Sociedade Barbosense, as quais, num belo gesto, serviram-se de ter sob sua guarda e cuidados os alunos das Escolas Municipais do interior, oferecendo-lhes suculento almoço. – Esta ideia deve-se ao Snr. Salvador Bordini, esforçado Inspetor Municipal de Ensino deste Município [...].¹⁵

Por muitos anos, a imprensa local procurou noticiar todo o ritual dos desfiles e das demais comemorações cívicas devido ao esforço dos municípios em prol da nacionalização. Assim como destacou Nascimento (2006, p. 163), ao escrever acerca da implantação dos grupos escolares em Sergipe, a participação destas escolas “em festas públicas destinadas à celebração de eventos cívicos era importante e merecia o registro frequente nos jornais”. Desconsiderando a tessitura dos elogios, destaco, a partir da notícia, a extensão da programação com término às 18 horas, contemplando uma diversificação de atividades que incluíam discursos, rezas, jogos e uma sessão cultural cinematográfica oferecida aos estudantes no início da tarde. Chamo atenção para a presença dos(as) alunos(as) das

15 **Correio Riograndense**, Garibaldi, n. 39, p. 3-4, 24 set. 1941. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

escolas municipais do interior que, possivelmente, permaneciam até o final dos festejos. Certamente, para essas crianças e adolescentes, esta era uma oportunidade de contato com outras pessoas e práticas culturais, além de ser um momento de festa e diversão. Já para a inspetoria municipal, era um momento propício para a transmissão de valores e sentimentos que deveriam ser internalizados e compartilhados com familiares e colegas no retorno para casa.

Considerações finais

O Grupo Escolar de Carlos Barbosa, instalado em 1935, emergiu a partir dos anseios da comunidade local, que sentia necessidade de escolarização. Nos anos iniciais de sua história funcionou em espaços improvisados até a edificação do prédio próprio em 1941, contando com a presença de J.P. Coelho de Souza no dia de sua inauguração.

Nas memórias das ex-alunas, muitas foram as recordações acerca dos espaços e do recreio, por exemplo. O pátio, citado nas entrevistas, constituiu-se como um lugar dos encontros, do descanso, da liberdade, dos jogos e das brincadeiras. O recreio, nas recordações de Nilza (2020), apareceu associado aos castigos, a indisciplina e as peripécias da aluna que se considerava “Medonha!”.

Observei que, no desenrolar do cotidiano, a privação do recreio foi uma das medidas disciplinares utilizadas pelas professoras do respectivo grupo escolar. Diferentemente do que estava previsto no Regimento Interno (1939), o afastamento do recreio coletivo dava-se no mesmo horário dos demais e sem direito a repouso ao ar livre. Assim, o tempo ocioso, sem supervisão, tornava-se uma possibilidade para a invenção de novas travessuras. Ligada ao recreio, emergiram memórias acerca da *Merenda Escolar*, com destaque para a sopa, para a simplicidade das refeições e as particularidades do contexto local, como o pão com *chimia* feito em casa e muitas vezes compartilhado com os colegas que não tinham lanche.

Em relação as materialidades, destaco o uso do uniforme e as memórias dolorosas em torno das diferenças sociais, como as quais compartilhadas por Luiz, esposo de Ada. Sabe-se que, ao tornar o uso do uniforme uma obrigatoriedade, muitas crianças foram “excluídas” do processo de escolarização, pois nem todas as famílias dispunham de condições financeiras para custear tais gastos. Ao mostrar-me a Fotografia 2, Ada (2020) explicou: “*Tem eu, tem ele sem uniforme. Eles eram pobres não tinham nada, nada*”. Reforço que no dia da entrevista, Luiz participou inicialmente, mas disse não se sentir à vontade, pois não ia muito para a escola: “*Fui uns dois anos. Não podia*

ir...” (TIEPPO, 2020). O trabalho marcou a infância de muitas crianças da região, reduzindo o tempo de escolarização. Ajudar no sustento do lar era a prioridade, em especial, para os meninos.

A sala de aula, a biblioteca e os desfiles cívicos também foram lembrados por elas. Por fim, ressalto que as memórias partilhadas por Ada e Nilza me ajudaram a entender um pouco do cotidiano do Grupo Escolar de Carlos Barbosa para depois, poder escrever a sua história através do meu olhar de pesquisadora. Sendo assim, tais recordações me permitiram narrar nuances das culturas escolares produzidas na teia do cotidiano escolar, ao longo da década de 40 do século XX, com ênfase nos espaços, tempos, práticas e materialidades, como verificado ao longo do capítulo.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. As memórias e a história da educação: aproximações teórico-metodológicas. **Revista História da Educação**, Pelotas, v. 13, n. 27, p. 211-243, jan./abr. 2009.

CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nel rio grande del sud. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925.

CORREIO Riograndense, Garibaldi, n. 39, p. 3-4, 24 set. 1941. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FERNANDES, Cassiane Curtarelli. **História dos grupos escolares em Garibaldi e Farroupilha**: matizes de práticas pedagógicas e escolares (Rio Grande do Sul, 1926-1949). 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2021.

FOTOGRAFIA. Acervo pessoal de Ada. Carlos Barbosa, 1948.

GARIBALDI. **Ofício [s.n.]**, do Prefeito de Garibaldi para o Diretor da Instrução Pública, 17 de junho de 1935. Responde ao Ofício nº 4. 711. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

GARIBALDI. **Ofício nº 143**, do Prefeito de Garibaldi para o Secretário dos Negócios da Educação e Saúde Pública, 30 de março de 1936. Versa sobre o aluguel do prédio do Grupo Escolar de Carlos Barbosa. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

GARIBALDI. Síntese do Relatório do exercício de 1940 enviado ao Exmo. Snr. Coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, D. D. Interventor Federal do Rio Grande do Sul, apresentado por Vicente Dal Bó, Prefeito Municipal. Porto Alegre: Of. Gráfica da Imprensa Oficial, 1941. 46 p. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem no tempo e recantos da memória**: reflexões metodológicas sobre História Oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.

MIGOT, Aldo Francisco. **Carlos Barbosa**: presente, primórdios e pioneiros. Caxias do Sul, RS: Belas-Letras, 2008.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A escola no espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no estado de Sergipe. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 153-171.

PERES, Eliane Terezinha. **Aprendendo formas de ensinar, de pensar e de agir**. A escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares na escola pública primária gaúcha (1909-1959). 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

RIBEIRO, Ivanir; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Das materialidades da escola: o uniforme escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 575-588, jul./set. 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Diretoria de Instrução Pública. Seção Técnica. Estatutos da Biblioteca Escolar. **Revista do Ensino**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 47-55, set. 1939.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 7.929, de 30 de agosto de 1939. Aprova o Regimento Interno que com este baixa. **Revista do Ensino**, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 142-228, nov. 1939.

RIO GRANDE DO SUL. **Ofício [s.n.]** enviado pelo Secretário de Educação, J. P. Coelho de Souza, ao Prefeito de Garibaldi, em 28 de novembro de 1940, convidando-o para organizar a distribuição da sopa nas escolas. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SOUZA, Rita de Cássia de. **“Não premiarás, não castigarás, não ralharás...”**: dispositivos disciplinares em Grupos Escolares de Belo Horizonte (1925-1955). 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

STAFFETTA Riograndense, Garibaldi, ano XXVI, n. 11, p. 3, 13 mar. 1935. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 3 maio 2019.

Entrevistas orais

BARSÉ, Nilza Catarina. **Entrevista oral sobre a trajetória discente no Grupo Escolar de Carlos Barbosa**. Carlos Barbosa, 26 out. 2020. Entrevista concedida a Cassiane Curtarelli Fernandes.

TIEPPO, Ada Inês Barsé. **Entrevista oral sobre a trajetória discente no Grupo Escolar de Carlos Barbosa**. Carlos Barbosa, 14 mar. 2020. Entrevista concedida a Cassiane Curtarelli Fernandes.

TIEPPO, Luiz. **Entrevista oral sobre a trajetória discente no Grupo Escolar de Carlos Barbosa**. Carlos Barbosa, 14 mar. 2020. Entrevista concedida a Cassiane Curtarelli Fernandes.

7. ASPECTOS DA CULTURA ESCOLAR DO GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL CATULO DA PAIXÃO CEARENSE (1950)

*Samanta Vanz*¹

Na sua ação concreta e do cotidiano, como na dimensão temporal, as instituições educativas, sendo instâncias complexas e multifacetadas, engendram e desenvolvem culturas, representações, formas de organização, relacionamento e ação que se constituem em fatores de diferenciação e de identidade.
(MAGALHÃES, 2004, p. 69).

Palavras iniciais

Existe no âmago de cada instituição escolar o que Magalhães (2004) chama de fatores de diferenciação e de identidade, detalhes que, presos em um determinado tempo, espaço e sociedade, se fazem elementos próprios de cada escola. Há por trás de cada instituição uma história a ser narrada. No processo de pesquisa acerca dos grupos escolares municipais de Caxias do Sul, deparei-me com o Grupo Escolar Municipal Catulo da Paixão Cearense, cujos documentos que inventariei e analisei me permitiram historicizar aspectos da cultura escolar desta instituição presentes nestes registros.

Para Magalhães (2004, p. 71), “a história das instituições educativas cumpre este triplo registro de conhecimento do passado, problematização do presente e perspectivação do futuro”. Nesse processo historiográfico, importam as representações do passado, tomadas aqui na perspectiva de Chartier (2002) e entendidas como construções sociais que legitimam os sentidos de

1 Dotoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação-PPGEdu da Universidade de Caxias do Sul/RS, na Linha de Pesquisa História e Filosofia da Educação. Bolsista PROSUC/CAPES. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (2019), possui Pós-Graduação em Neurociências Aplicada à Linguagem e Aprendizagem pela Universidade de Caxias do Sul (2017), Pós-Graduação em Gestão de Marcas – Branding pela Universidade de Caxias do Sul (2014) e Capacitação em Docência na Educação Superior pela Faculdade da Serra Gaúcha (2012). É Bacharel em Design com ênfase em Design de Produto pela Faculdade da Serra Gaúcha (2010). Tem experiência na área de Design Gráfico, Desenho Industrial, com ênfase em Desenho de Produto e Design de Estampas. É professora dos cursos de graduação em: Bacharelado em Design e Tecnólogo em Design Gráfico do Centro Universitário da Serra Gaúcha.

um tempo vivido, do outro e do próprio espaço. O relato do passado, ou seja, os vestígios dos documentos sobre o grupo escolar, adquire sentido a partir da atitude reflexiva do presente.

Na proposta que apresento nesta escrita, utilizo como fontes para a análise documental: fotografias presentes nos álbuns fotográficos produzidos pela Diretoria da Instrução Pública de Caxias do Sul², circulares, regimento interno das escolas municipais, o periódico pedagógico *Despertar*³, dentre outros documentos. Entendo que a análise é sempre um processo de interpretação construído historicamente e fundamento este processo na História Cultural, cuja premissa é, nas palavras de Pesavento (2012, p. 15), “pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”.

Na produção da cultura escolar, há marcas e atravessamentos dos diferentes contextos que circundam as instituições escolares, se concretizando por meio dos ritos, das práticas dentro e fora da sala de aula, do programa de ensino, do espaço e do tempo, deixando vestígios dos processos de escolarização.

Práticas, ritos e materialidades: aspectos da cultura escolar

A proposta dos grupos escolares implementada no final do século XX trazia na concepção de uma escola graduada a visão republicana de escolarização, valendo-se da perspectiva de um sistema nacional de ensino onde estes espaços tinham a finalidade de representar os avanços de civilidade para sociedade brasileira (FARIA FILHO, 2000). Para Peres (2016), estes foram elementos que fizeram da escola de ensino primário um dos principais componentes para a homogeneização cultural e para a regulação social, disseminando um ideário cívico e moral, principalmente entre as crianças de classes sociais populares.

Para atender essa modernização da escola, fez-se necessário a criação de espaços adequados para o ensino graduado, capazes de comportar uma agenda educacional e a adoção de um sistema pedagógico baseado no de países centro-europeus (GOUVEA; SCHUELER, 2012). Nesse sentido, a escola graduada procurou reorganizar metodologias, espaços, práticas e tempos da educação primária, utilizando os grupos escolares como vitrines

- 2 As fotografias utilizadas para esta análise pertencem especificamente aos álbuns de 1948-1951 e 1951-1954, digitalizados e disponibilizados no site de pesquisa do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), em Caxias do Sul. As circulares e demais documentos relacionados à educação municipal também foram consultados no arquivo. Os jornais foram acessados a partir da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.
- 3 Periódico pedagógico produzido pela Diretoria da Instrução Pública e distribuído nas escolas isoladas e grupos escolares do município, que possuía viés na educação rural.

de modernidade e civilidade. Para Souza (1998), os grupos escolares eram as instituições que asseguravam os valores e a ação moral e pedagógica da República.

Como um modelo urbano de escolas, era comum que os grupos escolares estivessem sob a responsabilidade dos estados, sendo que esta relação entre o governo do estado e as prefeituras se fortaleceu com a ampliação do ensino municipal: entre as décadas de 1930 e 1950, em Caxias do Sul, a rede de ensino primário era composta por diferentes modelos escolares, como as escolas isoladas, os grupos escolares e as escolas confessionais (VANZ; DEWES; SOUZA, 2021). Ainda na década de 1940, o município contava com nove grupos escolares estaduais, localizados majoritariamente na área urbana ou nas sedes dos distritos: “os grupos escolares funcionavam em diferentes locais da cidade, distritos e em diferentes modelos de estabelecimentos, com a participação do estado, da prefeitura e até mesmo da comunidade” (VANZ; DEWES; SOUZA, 2021, p. 169).

Sob a organização do município, ficavam as escolas isoladas e, até a década de 1950, os grupos escolares localizados na área rural de Caxias do Sul. A partir da década de 1950, o município passa a inaugurar grupos escolares na área periférica urbana, atendendo a demanda em determinadas regiões onde apenas as escolas isoladas já não eram suficientes para a quantidade de alunos. Este é o caso do G.E.M. Catulo da Paixão Cearense, que em 1948, era a Escola Isolada na Vila Panazzolo, elevada à categoria de grupo escolar em 26 de maio de 1950. A Vila Panazzolo era uma área urbana proveniente de um loteamento característico do segundo período de crescimento do município, que destoava da área central principalmente em relação à infraestrutura (SILVA, 2018).

O olhar da prefeitura para a elevação desta escola isolada se deu muito em função do apelo popular e com a intervenção da família de Antonio Primo Panazzolo, cujo nome batiza o bairro (PANAZZOLO, 2018). No jornal *O Momento*, de 12 de agosto de 1950, fica o registro da festividade de inauguração do grupo, com o seguinte trecho a ser destacado: “O sr. Panazzolo, que muito contribuiu para a inauguração daquele grupo, ofereceu à tardinha, um suculento churrasco às autoridades e professoras, tendo a todos agradado”. A inauguração dos grupos escolares era um momento de festividade para as comunidades, que consideravam um marco importante receber as autoridades envolvidas na cerimônia de inauguração com apresentações culturais, declamações e dramatizações das crianças.

A solenidade de abertura do G.E.M. Catulo da Paixão Cearense contou com o prefeito, autoridades municipais e da Direção da Instrução Pública e com a presença do Coronel Arcy da Rocha Nóbrega, comandante do exército da unidade do município, convidado a hastear a bandeira. Na

Figura 1, é possível observar o general à frente da bandeira, no momento da entoação do Hino Nacional. Ao observar a primeira porta do grupo, é possível identificar a fita simbólica que seria cortada pelo prefeito como o rito que marcava oficialmente a inauguração do prédio.

Figura 1 – Inauguração do G.E.M. Catulo da Paixão Cearense – 1950



Fonte: Fotografia do Álbum de 1948 – 1951 no AHMJSA (1950).

Observa-se na imagem a organização dos alunos no momento do registro fotográfico, além das bandeirolas que reforçavam o ideal da Pátria. As bandeiras, como elementos da materialidade escolar, eram representações fortemente amparadas por outros símbolos patrióticos e pelo discurso político do período. Sozinhos, penso que estes símbolos não possuem poder; porém, articulando ideais, elementos pedagógicos, ritos e condutas, estes elementos funcionavam como alicerces emocionais que relacionavam a imagem da escola com a Pátria. Para Escolano Benito (2021), historiograficamente, é nestes vestígios que identificamos significados da cultura que os idealizou e pela qual os sujeitos foram instruídos e se socializaram.

A inauguração dos grupos era um dos ritos que configuravam a gramática escolar. Para Tyack e Cuban (2003), a gramática escolar é um produto histórico, resultado da mobilização de certos grupos sociais e de mudanças políticas; nesse sentido, o reforço dos ideais nacionalistas por meio de elementos materiais se tornava parte do fazer da escola, estando configurado no Regimento Interno para as Escolas Municipais⁴. Como exemplo, temos

4 Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais, 1945. Documento presente no AHMJSA.

as orientações para as festividades escolares, que eram momentos de “hasteamento do Pavilhão Nacional ao som do Hino Nacional”, envolvendo toda a comunidade escolar. Na perspectiva de Escolano Benito (2021, p. 108), “construir escolas representava algo mais que edificar espaços; era uma ação voltada para a construção de uma nação”.

A ideia da educação como um fator crucial para fortalecer a Pátria aparece replicada nos textos do jornal *Despertar* enviados pelos alunos do grupo, onde é possível observar representações da importância da escola para estes sujeitos; no texto da aluna Lorena Tessari, na edição de julho de 1952, é dito o seguinte:

Sr. Prefeito

Recebi o jornalzinho “Despertar” do mês de março.

Vi seu nome na primeira página.

Papai pediu que lesse para ele. Fiquei sabendo que o nosso município tem muitas escolas municipais. É ali que aprendemos as primeiras letras. Nós formamos o futuro de nossa Pátria. As Escolas Municipais são verdadeiros postos do alfabetismo. Nós alunos queremos estudar muito. As crianças que formam o município de Caxias do Sul serão o futuro de amanhã.

Somos brasileiros e queremos muito ao nosso querido Brasil.

Todo bom patriota é instruído.

O discurso pronto existente nas palavras da aluna também traz alguns aspectos que podemos problematizar: a visão salvadora da escola e de toda a ação da municipalidade em prol da escolarização das crianças era amplamente difundida por meio dos periódicos e acessada pela comunidade em geral. A campanha que as diferentes gestões do governo municipal faziam no sentido de divulgar o investimento em educação é um aspecto interessante de observar, visto que colaborou com o ideário de que a administração municipal muito fazia para a formação do povo caxiense. Na realidade, na rede municipal em 1950, a matrícula real era de 2.987 alunos, sendo que entre os anos de 1945 e 1950, não houvera um crescimento considerável de alunos, cuja matrícula inicial era de 2.924 (DALLA VECCHIA; HERÉDIA, RAMOS, 1998).

A escola e a Pátria andavam juntas – e esta relação foi amplamente utilizada pelo governo por meio de estratégias normativas e de instrumentos concretos para a construção da disciplina interna das instituições escolares e de uma determinada conduta dos sujeitos. Para Escolano Benito (2021), estas ações ajustavam comportamentos prescritos como obrigatórios, que se tornavam rituais escolares, mesmo que os indivíduos não estivessem plenamente conscientes deste fator. Além do aspecto material, o próprio discurso da professora e diretora Guilhermina Costa na inauguração do grupo compõe

a atmosfera simbólica que guiava esses momentos festivos: uma oração, uma breve fala sobre o poeta patrono do grupo escolar, uma poesia de cunho patriótico; por meio destes signos e símbolos se instituem condutas de disciplina e reverência que se imbricam na vida escolar.

Segundo Magalhães (2004), estas ações que mobilizavam a comunidade educativa se constituíam na visão de mundo e no horizonte educacional dos sujeitos envolvidos, sendo interpretados por meio de normas, regras, organizações e códigos. Para as comemorações escolares, esta identidade também se faz presente no programa de atividades, organizado por meio do Regimento Interno para as Escolas Municipais, e que estabelecia quais atividades eram permitidas para as festividades. Dramatizações, exercícios de ginástica, jogos, leituras e palestras eram vistas como atividades positivas, desde que fossem compatíveis com o “nível mental das crianças, aos seus interesses e a educação moral e estética” (REGIMENTO, 1945). Na Figura 2, estão organizadas duas imagens relativas às atividades da inauguração do grupo:

Figura 2 – Atividade artística e de ginástica na inauguração do G.E.M. Catulo da Paixão Cearense – 1950



Fonte: Fotografia do Álbum de 1948 – 1951 no AHMJSA (1950).

O jornal *Despertar*, de agosto de 1950, exalta as atividades feitas pelos alunos do grupo em sua inauguração: “Seguiu-se aplaudida hora de arte e demonstração de educação física”. Na Figura 2, identificamos dois diferentes cenários: em um, no primeiro plano, encontram-se as alunas de vestidos rendados, com seus chapéus e com as sombrinhas rendadas organizadas no chão à sua frente. Atrás das meninas, a comunidade, com as autoridades, os pais e professoras. A outra imagem traz um cenário composto por meninos e meninas, de camisetas e bermudas, em posições de ginástica. É interessante observar que, mesmo que estejam relacionadas a atividades diferentes, a ordem e a disciplina são atributos dos dois grupos de alunos, em coreografias ensaiadas e posadas para o registro fotográfico.

Esta disciplina está relacionada com o controle e a vigilância às quais faziam parte diferentes sujeitos que compunham o sistema escolar, sendo que nas atividades de inauguração das escolas, a figura do inspetor escolar tinha relevância naquilo que era organizado por parte das professoras: “os programas para as festividades serão submetidos à apreciação da Inspeção Escolar, não se permitindo a inclusão de novos números depois de aprovados” (REGIMENTO, 1945). Este controle se materializa em diferentes níveis: desde a proposta normativa que estabelecia quais atividades seriam ou não permitidas, até a disciplina dos corpos dos alunos em coreografias ensaiadas. Para Foucault (2014), a disciplina que fabrica os corpos dóceis é a da coerção, da obediência, da manipulação de gestos e de comportamentos.

O equilíbrio emocional, o ajuste afetivo e a educação das vontades eram objetivos a serem atingidos na escola, estando relacionados com as propostas higienistas do período e se traduzindo no programa escolar por meio do ensino da Ginástica, da Música e dos Trabalhos Manuais. Para Peres (2016, p. 44), essa relação estava vinculada com a proposta da Escola Nova e o movimento renovador da educação, sendo que “as emoções, o equilíbrio e a capacidade de adaptação social, a contribuição para o bem da coletividade” ganhavam tanto destaque quanto os conhecimentos intelectuais. No *Despertar* (1951, p. 2), o seguinte texto sobre a ginástica era destinado às professoras⁵:

O amor pela beleza deve começar pelo apreço de ti mesmo.

[...] Cuida de ti. Olha os cuidados que deves à tua higiene e à tua alimentação. [...]

Olha as estátuas! Vê como são belas as suas atitudes corporais!

Foram atletas que serviram de modelo, por que souberam encontrar, em si próprios, a saúde e a beleza. Foram cultores da educação física que inspiraram os artistas, nas suas obras de arte.

Trabalha o corpo para que teu estado de saúde tenha correspondência com o valor do teu espírito.

A corporalidade se relacionava com a perspectiva de higiene, dos cuidados com si mesmo, com seu espaço físico, com a alimentação e com a sociedade. Atréados ao Programa de Estudos Sociais, pregava-se: “Através de todo o trabalho escolar, deve merecer atenção a formação de bons hábitos de higiene, e não se permite esquecer o cuidado com a formação da consciência moral e cívica” (PROGRAMA, 1943, p. 32).

Uma outra forma de aplicação da proposta de uma “pedagogia moderna” nas escolas primárias era a inclusão de atividades que procuravam dar ênfase

5 Seção *Educação e Ensino*, que era direcionada às professoras e apresentava textos de cunho pedagógico, propostas de atividades e ideais do período.

às experiências dos alunos. Um exemplo são as atividades de dramatização, que eram orientadas pelo Programa de Ensino para as Escolas Municipais (1943), e que estavam relacionadas a diferentes disciplinas durante o período letivo. Mesmo que aparecessem com maior destaque nas datas comemorativas, como inauguração de escolas, datas cívicas e atividades de finalização de ano letivo, elas também eram dirigidas para os trabalhos cotidianos em sala de aula, como nas orientações do Programa de Composição do 1º ano, onde se sugere que “para fixação dos novos termos e formas de expressão, recomendam-se jogos e dramatizações” (PROGRAMA, 1943, p. 19).

Para Escolano Benito (2021), as dramatizações e as contações de história tinham um caráter de educação sentimental, no sentido de dotar de significação as narrativas, veiculando os valores que a sociedade propunha na época. Na Figura 3, há o registro de uma atividade de dramatização feita pelos alunos do grupo:

Figura 3 – Atividade de dramatização do G.E.M. Catulo da Paixão Cearense – 1950



Fonte: Fotografia do Álbum de 1948 – 1951 no AHMJSA (1950).

No Programa de Estudos Sociais, fica a orientação aos professores: “despertar o interesse pelos símbolos da Pátria e levar a conhecê-los”; desta forma, aqui nesta fotografia também é possível observar as bandeiras do Brasil compondo o cenário da dramatização, ocorrendo no interior da escola. Para Peres (2016, p. 49), “essas práticas associavam-se à ideia de uma escola mais dinâmica, mais moderna, mais eficiente e melhor articulada ao meio social”. Aqui também é possível observar o zelo na criação do figurino de marinheiro dos alunos, assim como nos elementos cenográficos.

Nos anos seguintes a sua inauguração, há diferentes registros de momentos de atividades no grupo, como comemorações de Dia das Crianças, Dia da Árvore e exposições de trabalhos manuais, onde geralmente havia a participação da comunidade, visto que o grupo escolar era um espaço para a socialização das crianças e para o envolvimento de pais e demais cidadãos.

Na Figura 4, em outro momento de dramatização, as crianças encenam a história infantil da Branca de Neve e os 7 Anões, onde também é possível observar a caracterização dos alunos nos personagens da história, sendo que estas dramatizações eram apresentadas a todos os alunos do grupo – há alunos menores vestindo uniforme ao fundo da fotografia.

**Figura 4 – Atividade de dramatização do G.E.M.
Catulo da Paixão Cearense – 1950**



Fonte: Fotografia do Álbum de 1951 – 1954 no AHMJSA.

As dramatizações utilizadas como recursos para o ensino também eram reforçadas no Boletim do CPOE⁶, indicadas como “meios para o enriquecimento de experiências e do pensamento” (BOLETIM, 1947). Entendidas como maneiras de facilitar a disseminação de determinadas mensagens ou reforçar aspectos de condutas que eram esperadas das crianças, partiam de elementos lúdicos para explorar determinados temas.

A partir destas orientações, também podemos apontar que o uso dos impressos pedagógicos, como a Revista do Ensino, o Boletim do CPOE e o próprio *Despertar*, no município, era uma forma das professoras complementarem as atividades programadas. A aquisição da Revista do Ensino pela

6 Os Boletins do CPOE (Centro de Pesquisa e Orientação Educacionais) eram periódicos destinados aos professores, que a partir de 1947 disseminavam os discursos educacionais e políticos do período (PERES, 2016).

Diretoria da Instrução Pública, inclusive, foi vista como um fator positivo para a preparação das docentes: “ali encontrará o mestre amplas sugestões para a organização de planos de aula, variadas e instrutivas poesias, biografias, dramatizações, histórias, músicas, fotografias, uma seção de conselhos, além de bela estampa da ‘Coleção de Quadros Murais’” (DESPERTAR, 1953).

O ideal dos grupos escolares também se refletia na proposta do espaço escolar: novos edifícios para um novo modelo de escola. Para Sá e Werle (2016), as edificações eram um dos componentes identitários dos grupos escolares. Ao contrário dos grupos escolares estaduais do período⁷, as instituições municipais não apresentavam a imponência dos edifícios, ou características arquitetônicas de movimentos estéticos de suas respectivas décadas de criação, como indicam Sá e Werle (2016), mas estavam atrelados a construções de madeira, de formato simples, com telhas de barro. Apesar de apresentar alguns elementos específicos, a proposta arquitetônica do G.E.M. Catulo da Paixão Cearense é muito mais semelhante à ideia das casas-escola que se seguiam para as escolas isoladas do que dos organizados grupos escolares que se localizavam nas áreas centrais do município.

Na Fotografia 5, é possível identificar a estrutura do grupo escolar na década de 1950, sendo que na década de 1960 foi totalmente reformado para abrigar uma quantidade maior de alunos na região, estando em funcionamento até hoje. É interessante observar nesta construção que, além da entrada principal da escola, com escadas e uma área coberta, a estrutura contava com mais uma porta lateral, além das diversas janelas para ventilação e iluminação.

Fotografia 5 – Edifício do G.E.M. Catulo da Paixão Cearense – 1954



Fonte: Fotografia do Álbum de 1951 – 1954 no AHMJSA (1954).

7 Um destes exemplos é o Grupo Escolar Estadual Professor Emilio Meyer, cuja arquitetura foi objeto de estudo em texto de Pinheiro e Vanz (2021).

Para Escolano Benito e Viñao Frago (1998, p. 26), “a arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores”. A construção do grupo em madeira é mais um vestígio de materialidade destes espaços que nos permite pensar em um compartilhamento de características arquitetônicas; não um padrão, pois ao observar as fotografias dos diferentes prédios escolares do período, é visível que não há um padrão compartilhado, mas sim alguns requisitos que se fizeram presentes na escolha destes espaços, como o tamanho da construção e a sua localização, que, além de uma distinção em meio ao espaço da comunidade, também precisava atender uma quantidade significativa de alunos no seu perímetro. Mesmo sendo um grupo escolar localizado na área urbana, ainda era um grupo escolar da periferia.

Considerações finais

A inauguração do G.E.M. Catulo da Paixão Cearense foi um evento de grande importância para a expansão da educação no município. A ideia de uma escola ideal, baseada no modelo dos grupos escolares, estava associada à estratégia de disseminação de uma cultura nacionalista que utilizava elementos do cotidiano escolar para fortalecer o civismo e o patriotismo.

Ao examinar as fotografias, circulares, documentos escolares, jornais e outros documentos relacionados a essa análise, foi possível identificar diferentes discursos que eram reproduzidos em âmbito nacional, estadual e municipal, e que se materializavam na cultura escolar e além dela, integrando-se à própria comunidade. Ao analisar o G.E.M. Catulo da Paixão Cearense, é perceptível como a escola se relacionava com a consolidação dos ideais da década de 1950 e como os grupos escolares desempenhavam um papel crucial na instauração da disciplina dos corpos, da ordem e do patriotismo necessários para construir uma identidade nacional.

Além de trazer prestígio para o bairro, o G.E.M. Catulo da Paixão Cearense é uma peça importante para compreender a dinâmica da educação no município de Caxias do Sul. A presença dos grupos escolares municipais nas áreas periféricas teve um impacto significativo, tanto no processo de alfabetização das crianças, quanto no fortalecimento da nacionalização do ensino e na promoção de uma educação moderna.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Portugal: Difel, 2002.

DALLA VECCHIA, Marisa Formolo; HERÉDIA, Vania B. Merlotti; RAMOS, Felisbela. **Retratos de um saber: 100 anos de História da Rede Municipal de Ensino em Caxias do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1998.

ESCOLANO BENITO, Augustín. **Emoções e educação: a construção histórica da educação emocional**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução Elementar no século XIX. *In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Condições de instrução da infância: entre a universalização e a desigualdade. *In: ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes. Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada*. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2012.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

PANAZZOLO, Flávia de Brito. **A história oral de uma família italiana no Rio Grande do Sul**. V Anais Ephis, 2018. Disponível em <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/ephis/assets/edicoes/2018/arquivos/52.pdf>

PERES, Eliane. Currículo e práticas escolares da escola primária gaúcha no período da implantação da escola graduada e da institucionalização da modernidade pedagógica (1909 – 1959). *In: GRAZZIOTIN, Luciana Sgarbi S.; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Colégios elementares e Grupos Escolares no Rio Grande do Sul: memórias e cultura escolar – séculos XIX e XX*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PINHEIRO, Rafael; VANZ, Samanta. Migração, processos de escolarização e arquitetura escolar na Serra Gaúcha: 1930-1950. *In*: NEUMANN, Rosane Marcia *et al.* **Migrações, território e ambiente**. São Leopoldo: Oikos, 2021.

SÁ, Jauri dos Santos; WERLE, Flávia Obino Corrêa. Presságios de modernidade na arquitetura escolar gaúcha: o Grupo Escolar Visconde de São Leopoldo (1946-1966). *In*: GRAZZIOTIN, Luciana Sgarbi S.; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Colégios elementares e Grupos Escolares no Rio Grande do Sul: memórias e cultura escolar – séculos XIX e XX**. São Leopoldo: Oikos, 2016.

SILVA, Túlio dos Reis da. **A história do crescimento urbano de Caxias do Sul: do milagre econômico à redemocratização**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2018.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

TYACK, David; CUBAN, Larry. **Tinkering toward utopia**. A century of public school reform. Harvard University Press, 2003.

VANZ, Samanta; DEWES, Elisângela Cândido da Silva; SOUZA, José Edimar de. Uma instituição cívica: representações do nacionalismo nos grupos escolares estaduais de Caxias do Sul/RS (1930-1950). *In*: SOUZA, José Edimar de. **Grupos Escolares no Rio Grande do Sul: escolarização primária em perspectiva regional no século XX**. São Leopoldo: Oikos, 2021.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO BENITO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

Documentos

CAXIAS DO SUL, Álbum fotográfico, 1948-1951. Arquivo Histórico João Spadari Adami.

CAXIAS DO SUL, Álbum fotográfico, 1951-1954. Arquivo Histórico João Spadari Adami.

CAXIAS DO SUL, Despertar, outubro de 1951. Arquivo Histórico João Spadari Adami.

CAXIAS DO SUL, Despertar, julho de 1952. Arquivo Histórico João Spadari Adami.

CAXIAS DO SUL, Despertar, outubro de 1953. Arquivo Histórico João Spadari Adami.

CAXIAS DO SUL, O Momento, 12 de agosto de 1950. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

CAXIAS DO SUL, Programa de Ensino para as Escolas Municipais, 1943. Arquivo Histórico João Spadari Adami.

CAXIAS DO SUL, Regimento Interno para as Escolas Primárias Municipais, 1945. Arquivo Histórico João Spadari Adami.

RIO GRANDE DO SUL. Boletim do CPOE. 1947.

8. GRUPO ESCOLAR ONZE DE AGOSTO, NOVA PRATA, RS: as festividades escolares (1960-1970)

*Weslei Vivan¹
José Edimar de Souza²*

Considerações iniciais

Os anos que compuseram o término do século XIX e início do século XX marcaram a história da humanidade, com mudanças em todos os âmbitos que compõem a sociedade, seguindo a tendência mundial do que pode ser considerado um processo de modernização social. No Brasil, a educação, de forma ampla, constituir-se-ia como um dos pilares de modernização, com a evidência dos grupos escolares. Bencostta (2012) argumenta que o Brasil estava sob um regime republicano substituindo a antiga monarquia, o que confirmava a mudança do país, seguindo a tendência dos países considerados de excelência e localizados, em grande parte, no continente europeu. A ideia republicana de dar a oportunidade para todos estudarem iniciou movimentos políticos acerca do ensino primário brasileiro e, assim, os membros do congresso brasileiro aprovaram a legislação em que caberia ao estado e municípios prover a educação primária – os estados teriam a liberdade de cada um, a seu tempo, propor as reformas necessárias no ensino que adequariam a sua realidade educacional, a fim de suprir a deficiência do ensino primário.

Diante desse contexto, o nosso trabalho tem como objetivo investigar os processos de institucionalização no Grupo Escolar Onze de Agosto, situado na cidade de Nova Prata, RS, no recorte temporal de 1960-1970, destacando aspectos das festividades escolares. Os pressupostos teóricos utilizados estão

- 1 Mestre em Educação pela Universidade de Caxias do Sul. Possui graduação em História pela Universidade de Caxias do Sul (2020). Atualmente é discente da Universidade de Caxias do Sul.
- 2 Graduado em História, em Pedagogia, em Geografia, Bacharel em Biblioteconomia. Mestre e Doutor em Educação, com estágio de pós-doutorado em Educação. Professor e pesquisador da Área de Humanidades e dos programas de Pós-Graduação em Educação e em História da Universidade de Caxias do Sul – UCS. Pesquisador PqG Gaúcho. Membro da diretoria da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras (ANPHCTB), gestão 2021-2023. Membro da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE) gestão 2021-2023. Membro titular do Comitê de Assessoramento da FAPERGS (2022-2024). Consultor Ad Hoc titular da Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul -SICT. Vice-líder do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM).

locados na História Cultural, fundamentado em autores como Chartier (1988), Pesavento (2003), bem como Magalhães (2004), Buffa (2013) e Barros (2005). Trata-se de uma pesquisa documental histórica que utiliza a metodologia de análise documental a partir de fontes como Livros de Atas e demais documentos que contemplam o recorte temporal localizados em arquivos pessoais e no arquivo da E.E.E.M Onze de Agosto.

Os Grupos Escolares ocuparam de forma inquestionável um espaço importante no espectro da História da Educação e do ensino primário brasileiro; durante todo o seu tempo de duração, perdurariam até o ano de 1971, posto que mudanças que aconteceriam ao passar dos anos de existência sustentariam diferenças estruturais e curriculares de estado para estados em que foram constituídos. Vestígios de sua cultura escolar ainda permanecem em instituições de ensino dos dias atuais, mesmos vestígios igualmente marcados em gerações de cidadãos brasileiros que tiveram sua base educacional estabelecida em Grupos Escolares.

As festividades dentro das instituições de ensino fazem parte da cultura escolar moderna ocidental. Para Cândido (2021), a introdução desses eventos como parte do processo pedagógico é iniciada na virada do século XIX para o XX, a partir do movimento do *escolanovismo*. Tais festas, desde sua implementação, permeiam a memória de todos os alunos, professores e aqueles que em algum momento vivenciaram o dia a dia escolar. Assim, é possível afirmar que tais festividades são parte importante para analisar uma cultura de uma instituição escolar, assim como quais festas eram predominantes em tal ambiente e as práticas estabelecidas dentro dessas festas.

Festividades Cívicas: um olhar para a cultura escolar

Os grupos escolares, em sua formação idealizada de ensino, espalhavam para seus alunos ideais republicanos, porém, ao se implementarem e consolidarem no Brasil, foram implementando novas disciplinas e objetivos para o ensino de novas gerações brasileiras. Bencostta (2012) ressalta o anseio, independente do governo regente ou região, de formar o conhecido popular de “bom cidadão”; com isso, valores patrióticos eram introduzidos em disciplinas de moral e cívica e em palestras, festas e desfiles, que, em sua grande maioria, englobava alunos, professores, pais e outros membros da comunidade escolar.

As festividades cívicas são características marcantes dentro dos ambientes de grupos escolares em todo seu período existencial, mas não eram as únicas dentro desse espaço. No G. E. Onze de Agosto destacam-se as festas religiosas, festas para comemorações de Dia das Mães, para arrecadação de fundos, festas de abertura de anos letivos e encerramentos. A análise das festas cívicas em específico se dá pelos motivos que, em todos

os anos analisados nesta pesquisa, datas cívicas reconhecidas como de importância social são comemoradas no ambiente escolar.

A frequência em comemorar essas datas tem como objetivo perpetuar a tradição e valores que elas passam. A repetição e o estudo acerca da temática são mecanismos utilizados para fixar na identidade de cada um dos estudantes o patriotismo, os símbolos da nação e demais valores sociais. Para Souza e Bortoluzzi (2020), essas ideias disciplinavam e moralizavam a população como um todo, com seus discursos que buscavam a idealização do cidadão perfeito.

A organização e a confirmação das comemorações cívicas que aconteciam durante o ano letivo no G. E. Onze de Agosto era assunto frequente discutido nas reuniões pedagógicas. Demonstrando a importância de tais ocasiões no dia a dia da escola, na página 5 do livro de Ata de Reuniões Pedagógicas, há a descrição de que, no ano de 1963, foi assunto a festividade da Semana da Pátria:

Aos trinta e um dias de mês de agosto de mil novecentos e sessenta e três, no Grupo Escolar São Cristovão realizou-se uma reunião entre as professoras e a Diretora da mesma escola. O principal assunto foi as comemorações da Semana da Pátria. Foi estabelecido os dias para as diversas classes comemorar a Semana da Pátria. Foi solicitado pela senhorita Diretora, a presença de todas as professoras nas comemorações do dia Sete de Setembro

Também, foi apresentado, pela Senhorita Diretora, sugestões para os planos de aula, ressaltando a necessidade de globalizar as matérias escolares com fatos dos vultos da nossa história (LIVRO DE ATA DE REUNIÕES PEDAGÓGICAS G. E. Onze de Agosto, 1960-1968, p. 5).

O recado da direção para as professoras deixava claro que era necessário mostrar para a sociedade o engajamento de toda a escola nesse evento, assim como trabalhar antes das comemorações, na semana anterior a história e os principais “vultos” da história brasileira, retificando a ideia de todo um processo de práticas pedagógicas ao repassar alguns valores para os estudantes, não de apenas ser uma festividade. Em ata do mesmo ano, 1963, retificava que as turmas das crianças mais velhas da escola, 4º e 5º ano, seriam as organizadoras dos atos cívicos do Dia da Bandeira e Proclamação da República: “Na mesma oportunidade, foi determinado que ficará a cargo do quarto e quinto ano as comemorações de Proclamação da República e Dia da Bandeira” (Livro de Ata de Reuniões Pedagógicas G.E Onze de Agosto, 1960-1968, p. 6), este tipo de prática, em responsabilizar turmas para organizar a festividade seria comum no G.E Onze de Agosto.

A participação dos alunos nas atividades cívicas dava-se de diversas maneiras e aconteceria em todos os anos pesquisados. No início dos anos

letivos, era de forma prévia escolhida a turma e professora³, cada qual com no mínimo uma data cívica. Os alunos hasteavam a bandeira nas comemorações, cantavam hinos, faziam apresentações individuais e coletivas. Em vista disto, havia uma certa preocupação dos membros da escola em providenciar uniformes escolares completos para aqueles que não podiam adquirir, já que não seria um fato positivo para a instituição caso alguns dos alunos nessas comemorações aparecessem sem as vestes completas do grupo escolar ou estivessem malvestidos. Assim, uniformes para todos deveriam ser alocados especialmente para as comemorações de 7 de setembro, quando ocorria o desfile na parte central no município de Nova Prata, RS. Além dos uniformes, para esta comemoração em específico, a instituição se organizava a fazer faixas, cartazes e demais acessórios para utilizar nessa festividade.

Os alunos, em algumas festividades, eram incentivados a participar de disputas de produções textuais. Caso se destacassem e suas produções fossem premiadas, eram apresentadas durante o ato cívico, como descrito na ata de nº 10 de 1968 do livro de Ata de Reuniões Pedagógicas: “Estabeleceu-se que para comemorar o dia de emancipação do município será feito um concurso de composição” (Livro de Ata de Reuniões Pedagógicas G. E. Onze de Agosto, 1960-1968, p. 26). Essas premiações aconteceriam em outras festividades como as de encerramento de ano letivo, quando os melhores alunos em algumas ocasiões eram igualmente prestigiados com prêmios.

As festividades cívicas que ocorreram dentro do G. E. Onze de Agosto nos anos de 1960-1968 aparecem descritas no livro de Atas de Comemorações, encontradas no Quadro 1. Deve ser dito que as festividades alusivas à data de 7 de setembro, descritas em certos momentos como festividades da Semana da Pátria, deixariam de aparecer neste livro de atas, mas continuariam a ocorrer, como descrito no livro das Reuniões Pedagógicas.

Quadro 1 – Festividades Cívicas G. E. Onze de Agosto 1960 – 1968

Ano	Festividades Cívicas
1960	Dia Pan Americano
	Tiradentes
	Dia do Trabalho
	Abolição da Escravatura
	Dia do Soldado
	7 de Setembro
	20 de Setembro
	Dia da Árvore
	Proclamação da República
Dia da Bandeira	

continua...

3 A participação das professoras nas comemorações cívicas incluía as estagiárias que assumiam as turmas. Tal assunto é pauta em reunião pedagógica no ano de 1966, onde na presença das estagiárias daquele ano definiram a comemoração que cada uma iria se encarregar.

continuação

Ano	Festividades Cívicas
1961	Dia Pan-Americano Tiradentes Dia do Trabalho Abolição da Escravatura Batalha de Tuiuti Batalha de Riachuelo Revolução Farroupilha Entrada da Primavera e Dia da Árvore Proclamação da República Dia da Bandeira
1962	Tiradentes Descobrimento do Brasil Dia do Trabalho Batalha de Tuiuti Batalha de Riachuelo Emancipação de Nova Prata Dia do Soldado Semana da Pátria Revolução Farroupilha Dia da Árvore Proclamação da República Dia da Bandeira
1963	Dia Pan-Americano Tiradentes Dia do Trabalho Batalha de Riachuelo Emancipação de Nova Prata Semana da Pátria Revolução Farroupilha
1964	Dia do Índio Tiradentes Descobrimento do Brasil Dia do Trabalho Emancipação de Nova Prata Semana da Pátria
1965	Dia do Índio Tiradentes Descobrimento do Brasil Dia do Trabalho Emancipação de Nova Prata Dia do Soldado Revolução Farroupilha Entrada da Primavera e Dia da Árvore Proclamação da República Dia da Bandeira

continua...

continuação

Ano	Festividades Cívicas
1966	Dia Pan-Americano Dia do Índio Tiradentes Descobrimento do Brasil Inauguração de Brasília Dia do Trabalho Abolição da Escravatura Batalha de Riachuelo Início do Inverno Emancipação de Nova Prata Dia do Soldado Revolução Farroupilha Entrada da Primavera e Dia da Árvore Descobrimento da América Dia do Aviador Dia do Livro Dia das Nações Unidas Dia da Bandeira
1967	Dia do Índio Tiradentes Descobrimento do Brasil Inauguração de Brasília Dia do Trabalho Libertação dos Escravos Batalha de Tuiuti
1968	Revolução 31 de Março de 1964 Dia Pan-Americano Dia do Índio Descobrimento do Brasil Inauguração de Brasília Conspiração Mineira Dia do Trabalho Libertação dos Escravos Batalha de Tuiuti Batalha de Riachuelo Emancipação de Nova Prata Dia do Soldado Revolução Farroupilha Descobrimento da América Proclamação da República Dia da Bandeira
1969	Revolução 31 de Março de 1964 Dia Pan-Americano Dia do Índio Inconfidência Mineira Inauguração de Brasília Descobrimento do Brasil Dia do Trabalho

continua...

continuação

Ano	Festividades Cívicas
1969	Abolição da Escravatura Batalha de Tuiuti Batalha de Riachuelo Entrada do Inverno Dia do Soldado Revolução Farroupilha Dia da Árvore Chegada da Primavera Dia da Ave e do Mel Dia de Cristóvão Colombo Dia da Aviação Dia do Livro Dia das Nações Unidas Dia da Bandeira
1970	Chegada do Outono Revolução de 1964 Dia Pan-Americano Dia do Índio Inconfidência Mineira Aniversário de Brasília Descobrimto do Brasil Dia do Trabalho Abolição da Escravatura Batalha de Riachuelo Dia do Soldado Independência do Brasil Dia da Árvore Chegada da Primavera Descobrimto da América Dia do Aviador Criação da ONU Dia do Livro Dia da Bandeira

Fonte: Acervo E. E. M. Onze de Agosto, elaborado pelo autor (2023).

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

Ao analisar as festividades cívicas do G. E. Onze de Agosto, é possível analisar a diferença em quantidade e nas nomenclaturas dos eventos a partir do ano de 1966. Essa diferença estaria marcada pela atuação mais próxima da ditadura civil-militar brasileiro junto às práticas pedagógicas escolares. Devido a isso, a primeira parte das análises se dará às festividades que aconteceram previamente a este período.

As mudanças induzidas pela ditadura civil-militar impactariam na Cultura Escolar estabelecida previamente, sendo que diversas dessas comemorações seriam focadas em figuras do atual governo ou saudando o militarismo brasileiro. Magalhães (2007) discorre que práticas didáticas são resultadas de uma normativa em certa realidade, apesar de isso faz com que aconteça a

singularidade de certas práticas, sacramentando a normalidade de tais normas impostas. Desse modo, com o tempo, mudanças como a implantação de um civismo⁴ acentuado e frequente seriam vistos como práticas normalizadas dentro do ambiente escolar.

As festividades no G. E. Onze de Agosto iniciariam enquanto a instituição estava alocada no seu primeiro prédio, seguindo características pedagógicas dos grupos escolares. O espaço, que não era adequado para algumas práticas escolares, não foi um impedimento para tais comemorações cívicas. O primeiro ano escolar de 1960 teve como primeiro ato cívico a comemoração da celebração do dia da União Pan-Americana. Na descrição do evento há os procedimentos que seriam adotados na maioria das comemorações dentro do espaço escolar:

Aos catorze dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta, numa das salas do Grupo Escolar Do Bairro São Cristovão, presente as professoras e alunos, comemorou-se o dia acima referido afim de relembrar a data que foi fundada a União Pan-Americana. Discorreu sôbre o tema alusivo ao dia uma das professoras, que com eloquente oração, recebeu ao finalizar inúmeros aplausos. Foram recitadas pelos alunos diversas poésias, leituras e contos (LIVRO DE ATA DE COMEMORAÇÕES do G. E. Onze de Agosto, 1960-1968, p. 1).

O procedimento adotado dentro da instituição para comemorações dessas datas, durante a abertura da festividade, a professora designada para organização do evento fazia, em primeiro momento, uma fala em que explicava e explorava a data e a história desta, posteriormente os alunos faziam apresentações das mais diversas a fim de celebrar o dia.

Um dos heróis da nova era republicana brasileira, Tiradentes, teria seu dia lembrado em todos os anos da pesquisa. Na descrição das comemorações, era comum achar palavras que descreviam o personagem histórico como o herói máximo brasileiro, um homem de grandeza moral inigualável, um cidadão exemplar, que deu seu sangue, no sacrifício máximo que uma pessoa pode fazer, ao dar sua vida pela pátria brasileira. O culto a heróis brasileiros era comum nessas datas. O Dia da Abolição da Escravatura, as homenagens eram feitas à princesa Isabel. Na comemoração do Dia do Soldado, outra data que aparecia frequentemente no calendário escolar, em certas ocasiões era lida a biografia de Duque de Caxias para os alunos, falando de suas conquistas

4 Segundo Nunes e Rezende (2008) a educação moral e cívica atuava como meio de moldar a mente dos alunos, convencendo que o regime vigente era benevolente assim como a manutenção do mesmo, os conteúdos abordados nestas aulas incluíam a obediência, respeito a ordem, a fé, ter liberdade com responsabilidade e o amor à pátria.

à nação como militar. Na data comemorativa da Revolução Farroupilha, a bibliografia de Bento Gonçalves era apresentada para os estudantes, que previamente haviam trabalhado em sala de aula sobre esse vulto histórico.

O culto aos heróis “brasileiros”, donos de atos de bravura, de feitos incomparáveis para a nação, buscava criar uma identidade nacionalista nos alunos, a partir de ídolos da sua pátria em quem poderiam se inspirar para se tornar os esperados cidadãos brasileiros republicanos.

As comemorações cívicas, além de celebrar vultos históricos, igualmente traziam lições de moral para os alunos, como se exemplifica nos exemplos: no Dia do Trabalho, a lição aprendida era o louvor ao trabalho, a dignidade de trabalhar e que as crianças deveriam se tornar trabalhadoras; no dia de comemorar a Abolição da Escravatura, os alunos deveria lembrar de agradecer pela liberdade que tinham e sentir a vergonha que a escravidão fez ao Brasil por diversos anos; durante a comemoração do Dia da Árvore e abertura das estações, era celebrada a importância da natureza e da preservação ambiental, além do impacto positivo da natureza na vida dos alunos.

Os anos de 1963, 1964 e 1967 registrariam um número abaixo do padrão de comemorações cívicas encontrados nos outros anos. No ano de 1964, as datas festivas do Dia da Bandeira e da Proclamação da República estavam planejadas, mas não existem os registros do acontecimento na ata das comemorações. Nos demais anos, não se encontram registros de organização dessas datas cívicas, e não existiu a menção dos motivos da diminuição das datas festivas nesses anos. É possível que tais dias cívicos tenham acontecido nos anos mencionados acima, porém, por motivações desconhecidas, as atas deixaram de ser registradas pelos membros da direção do G. E. Onze de Agosto.

O ano de 1966 marcaria a mudança nas datas cívicas a partir do regime governamental vigente. Apareceriam os primeiros relatos das horas cívicas semanais, que a partir do ano de 1969 seriam, de forma definitiva, feitas em todas as semanas de aula letiva. A ditadura civil-militar brasileiro esperava, a partir disso, como em outros governos na história brasileira, utilizar das instituições escolares para modelar os alunos em seus novos conceitos de patriotismo e ética.

As datas cívicas a partir desse ponto seriam mudadas, figuras históricas comemoradas anteriormente como a de Tiradentes seriam ocultadas, em seu lugar seria celebrada a Inconfidência Mineira, haveria um culto a novos acontecimentos e personalidades, como a inauguração de Brasília, a “revolução” de 1964, Descobrimto do Brasil e da América e Dia do Aviator.

Os eventos das datas cívicas nem sempre ocorriam dentro do espaço escolar. Dois eventos durante os anos pesquisados faziam com que os alunos exercessem atividades fora da escola: os desfiles de 7 de setembro e a

emancipação do município de Nova Prata, RS. Os dois atos eram celebrados de maneira diferenciada, mas ambos na parte central do município. O evento de 7 de setembro, alusivo à Independência do Brasil, era celebrado anualmente, sendo que suas comemorações e práticas escolares ocupavam por vezes a semana inteira, os desfiles efetuados nas ruas centrais da cidade contavam com a participação de todos os estudantes de Nova Prata, RS, por vezes, como no ano 1963, a comemoração iniciava no dia 3 de setembro, com a presença de alunos e professores para hastear a bandeira na praça central de Nova Prata, RS, e cantar os hinos da Independência e do Nacional. As atividades acerca da Independência do Brasil se estabeleciam durante toda a semana até o dia 7. Tais atividades incluíam práticas pedagógicas sobre a data, cantar o hino e hastear a bandeira.

As festas cívicas de grande proporção, aquelas que saíam dos muros das instituições, e reuniam grande público, não serviam como apenas demonstrações de civismo e moralidade por parte dos estudantes. Silva (2017) enfatiza que:

As comemorações pela Semana da Pátria, neste período, não mobilizavam apenas os alunos e seus familiares, mas também grande parte da população estava envolvida nesses eventos. Por meio dos escolares, procurava-se criar um sentimento nacional e a ideia de um Brasil como pátria de todos. Assim, a escola se tornou essencial para o sucesso dessa empreitada e, nas festas cívicas de rituais cuidadosamente preparados, a juventude era o foco principal das autoridades locais (SILVA, 2017, p. 80).

Os festejos populares acerca dessas datas retratam participação de diversos representantes de variados órgãos civis e governamentais, neste ideal de que toda a sociedade estava reunida em prol da mesma pátria.

O dia 7 de setembro contava com uma jubilosa comemoração envolvendo toda a sociedade, que participava prestigiando o tradicional desfile. A ata de número 17 do livro de comemorações descreve o evento realizado no ano de 1963:

O programa foi o seguinte: às 8:30 horas – Missa festiva pela Pátria, às 9 horas – Transladação do Fogo Simbólico, da Igreja Matriz até a pira da Pátria, por uma Representação de alunas da Escola Normal Regional, a seguir foi acesa a Pira pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, hasteamento do Pavilhão Nacional pelo Padre Vigário da Paróquia; e hasteamento da Bandeira Rio-Grandense pelo Sr. Vice Prefeito do município; as 10 horas- formação dos colégios, Destacamento e Entidades para a passeata, inclusive um contingente de Cavalarianos do Centro de Tradição Gaúcha “Invernada do Prata”, as 10:30 horas grandioso desfile

pelas ruas centrais da cidade, as 11:30 horas – Concentração Geral na Praça da Bandeira, ocasião em que fez uso da palavra o Sr. Dr. Telmo Kretzmann, DD. Juiz de direito; às 18 horas – arreamento do Pavilhão Nacional pela Sra. Diretora do Grupo Escolar “Tiradentes”, arreamento da Bandeira Rio-Grandense pela Madre Diretora do Ginásio Nossa Senhora Aparecida, extinção do Fogo Simbólico pelo Sr. Delegado da junta de alistamento militar e encerramento da Semana da Pátria pelo Sr. Prefeito Municipal (LIVRO DE ATA DE COMEMORAÇÕES do G.E Onze de Agosto, 1960-1968, p. 27-28).

Ao analisar a comemoração, é descrita uma festividade cívica de duração do dia inteiro, contando com diversas autoridades municipais de esferas diferentes (legislativo, judiciário, militar, religioso e educacional) participando do evento, demonstrando a grande importância desse evento para a sociedade da época e seu simbolismo de união e respeito à pátria brasileira.

As atividades relativas à emancipação municipal de Nova Prata, RS, em determinados anos, tinham em suas festividades o tamanho semelhante ao da comemoração de 7 de setembro, já em outros anos, as comemorações seriam restritas ao espaço interno do grupo escolar, onde acontecia a leitura e estudo do histórico e dados do município pelas professoras para os alunos. Uma grande festividade seria celebrada no ano de 1964 nas dependências centrais do município de Nova Prata, RS, descrita da seguinte maneira:

Inicialmente foi entoado o Hino Nacional e hasteada as bandeiras do R. Grande do Sul pelo prefeito municipal Sr. Ernesto Pandolfo e a Bandeira do Brasil pelo Sr. Adolfo Schneider único sobrevivente da “Comissão Emancipadora”.

Após hasteamento e para um geral, foi convidado a comparecer no cinema local, onde foi prestada uma homenagem aos emancipacionistas, tendo como convidado de honra, o Sr. Adolfo Schneider e homenageado pela palavra do Dr. Nilo Zardo. Na oportunidade o Sr. Adolfo Schneider fez uma explanação geral dos acontecimentos desde que nasceu Nova Prata, até a data de onze de agosto de mil novecentos e vinte e quatro. Foi também prestado uma homenagem e entregue o Diploma de Cidadão Pratense, ao morador mais antigo da cidade, Sr. João Ferreira.

Após, foi recitada uma poesia por aluna do G.E Tiradentes. Feito uma saudação relativa à data, por uma aluna desta escola e para finalizar foram apresentados diversos números por uma cia. Lírica que também prestou sua homenagem ao município (LIVRO DE ATA DE COMEMORAÇÕES do G.E Onze de Agosto, 1960-1968, p. 29-30).

As festividades cívicas com ênfase em datas regionais e municipais tinham como objetivo, da mesma forma que as festividades nacionalistas, a

partir de datas comemorativas simbólicas, criar uma identidade, um vínculo com o estado e município em que se localiza o G. E. Onze de Agosto.

Considerações finais

Ao analisar as datas cívicas e como se dava suas comemorações, é possível observar características de culto de personagens e datas simbólicas nacionalistas, assim como datas simbólicas no âmbito municipal e regional. Essas comemorações ocupavam lugar de importância na organização pedagógica escolar, envolvendo todos os participantes do grupo escolar na sua comemoração; em eventos específicos, toda a comunidade do município era convidada a participar.

O civismo, a moralidade e o culto dos valores estavam fixados na cultura e práticas das instituições públicas primárias. Souza (1998) argumenta que as escolas do início do século, nesse modelo educacional de grupo escolar, detinham a missão de não apenas ser o lugar de ensinar esses ideais cívicos e morais, mas de ser o guardião desses valores. Analisando as festividades cívicas no G. E. Onze de Agosto, concluiu-se que essa função se manteve por décadas dentro das instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D' Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos** – Revista de História do DHI/PPH/UEM, Maringá, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. v. III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 68-76.

BORTOLUZZI, P.; SOUZA, J. E. de. Grupo escolar Erny de Zorzi (Caxias do Sul/RS – 1942/1955): as festividades escolares. **Revista Prâksis**, [S. l.], v. 3, p. 162-184, 2020. DOI: 10.25112/rpr.v3i0.2206.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Instituições Escolares: por que e como pesquisar**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2013.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. Garantir o interesse e a atividade da criança: as festas escolares e o ideário renovado de ensino (finais do século XIX e primeiras décadas do século XX). **Horizontes**, v. 39, n. 1, p. e021016, Itatiba, SP, 2021.

CHARTIER Roger. **Entre práticas e representações**. Algés, Portugal: Difel Difusão, 1988.

MAGALHÃES, Justino Mediações da Cultura Escolar – a Prática como Normatividade. In: GÓMEZ FERNÁNDEZ, Juan; ESPIGADO TOCINO, Gloria; BEAS MIRANDA, Miguel (ed.). **La Escuela y sus Escenarios**. El Puerto de Santa María: Concejalía de Cultura del Ayuntamiento de El Puerto de Santa María, 2007. p. 197-205.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos. História das instituições educativas**. Editora Universitária São Francisco-EDUSF, 2004.

NUNES, Nataly; REZENDE, MJ de. O ensino da educação moral e cívica durante a ditadura militar. **III Simpósio Lutas Sociais na América Latina**, v. 3, p. 1-11, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Autêntica, 2003.

SILVA, Degenal de Jesus da. A escola invade as ruas: passeatas cívicas dos grupos escolares sergipanos. Civismo e patriotismo no espaço urbano. **Revista de História e Historiografia da Educação**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 229-240, 2017.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**. A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

Documentos pesquisados no acervo da Escola Estadual de Ensino Médio Onze de Agosto

LIVRO de Atas das Reuniões Pedagógicas, de 4 de março de 1963 a 3 de março de 1972

LIVRO de Atas de Comemorações, de 28 de março de 1960 a 26 de novembro de 1970.

III – PARTE
GRUPOS ESCOLARES DA
REGIÃO DO VALE DOS SINOS

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

9. O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO VALE DOS SINOS: uma perspectiva histórica (século XX)

Daniel Luciano Gevehr¹
Dilani Silveira Bassan²

Introdução

O texto analisa de forma abrangente é claro, parte do processo de desenvolvimento da região do Vale dos Sinos, conhecida desde as primeiras décadas do século XX como um dos principais polos de desenvolvimento do setor coureiro-calçadista. O texto procura mostrar dados estatísticos que permitem melhor compreender o processo que permeia tal desenvolvimento econômico, que transformou profundamente a dinâmica social da região, que foi também lugar da instalação da primeira colônia de imigrantes alemães no Brasil, em 1824, com a criação da Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo. A ideia é, portanto, contextualizar os textos que seguem os próximos capítulos dessa obra, permitindo ao leitor melhor compreender o contexto histórico e a realidade encontrada em diferentes contextos do século XX e nos quais os grupos escolares da região do Vale dos Sinos se inserem.

Nesse sentido, cabe lembrar que o princípio da ciência econômica era basicamente entender o modo de produção de bens e à acumulação de capital e, como estes retratam o melhor ou pior desempenho das economias dos diferentes países, estados, municípios e outras dimensões territoriais. A economia procurava entender como equilibrar de um lado a produção e o consumo, de outro, o investimento e o bem-estar social. O estudo deste paradigma evoluiu ao longo da história da humanidade, mantendo o indivíduo como o elo que liga o trabalho (mão-de-obra) e o consumo da produção.

É por meio da renda do trabalho (crescimento) que o indivíduo poderia adquirir bens e serviços e com isso atingir um patamar de qualidade de vida (desenvolvimento). Porém, este princípio, atingir o desenvolvimento, não é

1 Possui pós-doutorado em história pela PUCRS, graduado em geografia e história, mestre e doutor em história pela UNISINOS. Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR0 da FACCAT).

2 Possui doutorado em Desenvolvimento Regional, graduada em economia e mestre em Desenvolvimento Regional pela UNISC. Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR0 da FACCAT).

tão simples e precisou ser construído, paulatinamente, a partir de pesquisas sobre o comportamento das sociedades e as condições que influenciavam um melhor padrão de consumo e de qualidade de vida.

Na história da economia a preocupação com o processo industrial, ainda bastante incipiente, começa com Smith (1776), que estudando as economias capitalistas percebeu que o trabalho produtivo era o responsável pela geração da riqueza de uma nação e o resultado era o crescimento econômico. Assim, para Smith (1776) a indústria passa a ter um papel importante no desenvolvimento das forças produtivas, com liberdade para os operários, que só poderiam viver se vendessem sua força de trabalho em troca de um salário (ARAÚJO, 1995; HUNT, 1989). Evoluindo mais sobre as teorias encontra-se Furtado (2000), afirmando que a teoria de desenvolvimento se preocupa exclusivamente com a dinâmica dos sistemas industriais. Analisando as economias contemporâneas confirmou que existe elevada correlação entre desenvolvimento e industrialização.

Uma das propostas mais interessantes na discussão sobre crescimento e desenvolvimento partiu de Marshall (1890) que discutiu um aspecto importante da teoria do crescimento/desenvolvimento, o resultado que o conhecimento técnico e a educação têm sobre o processo de industrialização. Para o autor é importante considerar dois fatores, primeiro a vontade de trabalhar e segundo associar ao trabalho a capacidade técnica via educação (MARSHALL, 1996).

Marshall afirma que na Idade Média as regiões que prosperaram mais rápido foram as com maior proporção de indústrias, constituída por filhos de operários. Estes filhos de trabalhadores, talentos ainda não descobertos, precisavam apenas de incentivo e de educação técnica para que fosse revelada sua aptidão industrial. Dessa forma, a visão de crescimento econômico para Marshall passava por um processo de industrialização associado a habilidades individuais para o trabalho e a educação para aprimorar o conhecimento dos futuros industriais (MARSHALL, 1996).

Outro autor importante nas discussões sobre crescimento e desenvolvimento foi Schumpeter (1911), para ele o desenvolvimento não poderia ser definido apenas pelo lado econômico, mas sim com a interpretação econômica da história.

Entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso

dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo a sua volta, e que as causas e, portanto, a explicação do desenvolvimento deve ser procurada fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica (SCHUMPETER, 1985, p. 47).

Schumpeter demonstrava preocupação com questões ligadas a outros fatores que, juntamente com os econômicos, seriam os propulsores do desenvolvimento. Ele acreditava que a história das sociedades estava inteiramente ligada a questão do desenvolvimento e que existia uma intensa relação entre os fatos econômicos e a evolução das sociedades (SCHUMPETER, 1985).

Desta forma, a preocupação com desenvolvimento passou a ser objeto de estudo de diferentes ciências, não só da ciência econômica, pois envolvia diferentes aspectos a sociedade, a cultura, o lazer, a saúde, o ambiente. Assim, em conjunto as ciências passaram a ser responsáveis pelo avanço do conhecimento no que se refere a identificar os fatores que representam o desenvolvimento de uma determinada sociedade.

Para que fosse possível identificar o desenvolvimento partiu-se não apenas do aumento de renda, pois esta é uma variável que por si só reflete apenas o crescimento econômico, foi necessário associar outras variáveis que representassem adequadamente as condições de bem-estar de uma sociedade, como por exemplo, a expectativa de vida, a taxa de alfabetização, o saneamento básico, habitação, transporte, entre outras.

O desenvolvimento, portanto, passa a ser um processo de transformação social, no qual ocorre melhora na qualidade de vida dos indivíduos e diminuição das desigualdades sociais. As ideias dos autores clássicos da economia tinham desenvolvimento como sinônimo de crescimento, apenas considerando o aumento da renda e da produção. Atualmente estas definições estão mais claras, estudos realizados ao longo do processo histórico de formação das sociedades, observaram que a qualidade de vida e o bem-estar de uma população proporcionam as mudanças necessárias para o processo de desenvolvimento. Assim, o conceito de desenvolvimento foi sendo construído, gradativamente, a partir das observações sobre o comportamento das sociedades e as condições que influenciavam um melhor padrão de consumo e de qualidade de vida. Além disso, o desenvolvimento, pode promover alterações na estrutura social articulado por meio dos atores sociais, estimulando a reestruturação do poder político, social e econômico.

Literaturas mais atuais já trazem percepções mais reais sobre desenvolvimento com enfoque nas relações sociais e nas liberdades individuais, com exemplo Sen (2000). Para o autor o desenvolvimento é um processo que visa

proporcionar liberdade para os indivíduos, seja liberdade econômica, política, de expressão etc. Estas liberdades podem representar a aquisição de bens, o aumento da renda que são tangíveis ou, oportunizar um enriquecimento da vida humana, ou seja, melhora na qualidade de vida dos indivíduos, e isso, representa o cerne do desenvolvimento. Amartya Sen (2000) apresenta alguns indicadores que representam a liberdade, como: atuar evitando a fome e a subnutrição; a morbidade e a morte prematura, tanto infantil quanto adulta; a capacidade associada a leitura e matemática; maior participação política e de liberdade de expressão.

Além disso, o autor numa percepção bastante evoluída apresenta o conceito de desenvolvimento a partir de aspectos que fogem do contexto puramente econômico. Para Sen (2000) deve-se, além de indicadores sociais voltados à educação e à saúde, incluir, por exemplo, questões relacionadas à participação dos atores sociais no processo político de uma sociedade. A participação dos atores sociais nas decisões que visam o bem-estar coletivo de uma sociedade é a representação do processo de desenvolvimento.

Desta forma, parte-se do princípio que para atingir o desenvolvimento precisa-se ir além da simples percepção das desigualdades, da conscientização, da falta de iniciativa e do levantamento de situações que possam minimizar ou resolver a questão das diferenças, ou mesmo a escolha de alternativas e a organização do processo, mas sim, e principalmente, configurar caminhos que possam servir de motivação para estudos mais aprofundados no sentido de possibilitar a análise do desenvolvimento não somente como estatística, mas principalmente como atitude.

A região do Vale dos Sinos e seu percurso de desenvolvimento

As dimensões conceituais do desenvolvimento foram além da abordagem econômica, para a observação interdisciplinar das questões ligadas ao meio ambiente, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, enfoque nas prioridades locais e o desenvolvimento humano ligado a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos, ou seja, envolvendo outras ciências e seus conhecimentos sobre as sociedades. Esta proposta conceitual de desenvolvimento tem por objetivo buscar a identidade econômica e social da região do Vale do Rio dos Sinos, procurando entender as origens de sua representatividade no setor calçadista do Rio Grande do Sul.

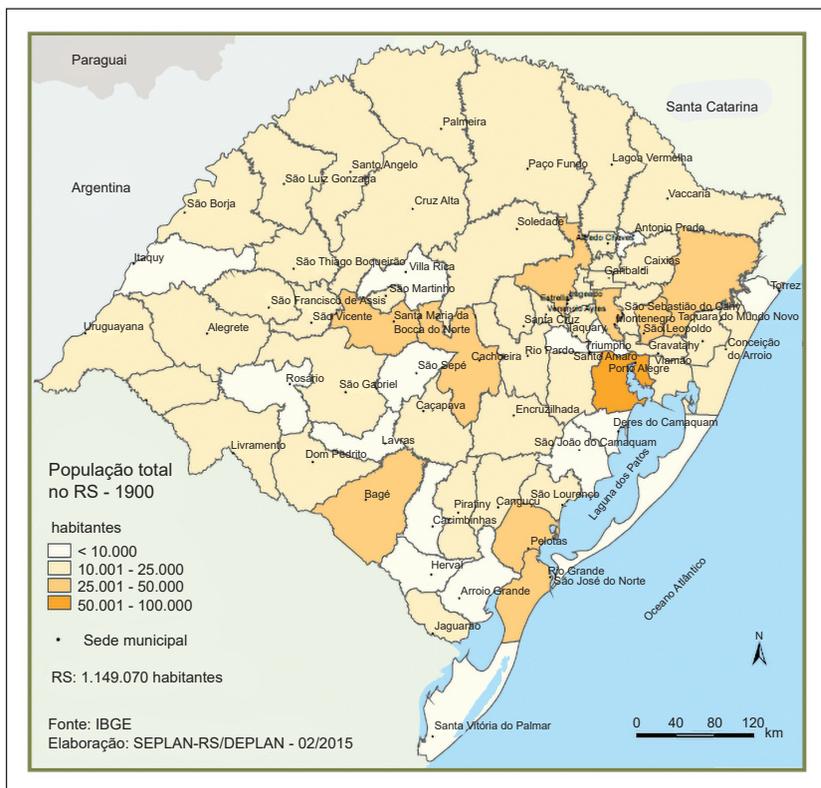
Com o objetivo de expandir o povoamento a regiões ainda não exploradas, o Brasil imperial incentivou as migrações dos colonos alemães, que se instalaram na região do Vale dos Sinos. As condições de vida destes colonos eram difíceis, por desconhecimento do ambiente e por não terem recebido nenhum incentivo prometido pelo governo brasileiro. Mas, mesmo assim, as

colônias foram se desenvolvendo tendo como base a agricultura e a criação de gado, surgindo, assim as primeiras “vendas”. Este comércio associado a agricultura impulsionou pequenos curtumes e a confecção de selas em couro. Com o objetivo de aumentar a renda os colonos expandiram seus negócios para a produção de selas, arreios e chinelos, que conseqüentemente levou a produção de calçados (PICCININI; ANTUNES, 1997).

No período inicial da colonização do Estado, os alemães chegaram em 1824, estabelecendo-se na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, pois o curso de água era a principal via de acesso e transporte, devido a sua sinuosidade ao longo de seu percurso, tornando o Rio dos Sinos de grande importância histórica para o desenvolvimento da região (NAIME, 2012).

O primeiro Censo realizado no Brasil foi o de 1872, já neste momento no estado do Rio Grande do Sul, o primeiro município em termos populacionais era Porto Alegre, o segundo São Leopoldo com 29.314 habitantes, localizado na região do Rio dos Sinos, berço da colonização alemã (IBGE, CENSO 1872).

Figura 1 – Mapa da distribuição da população no Rio Grande do Sul – 1900



Observa-se a partir da Figura 1 que em 1900 São Leopoldo era o município representativo do Vale dos Sinos. Sua população neste ano figurava no intervalo entre 25.001-50.000. Este crescimento populacional deveu-se a atratividade das primeiras atividades ligadas a fabricação de calçados. Dados históricos do Censo realizado pelo IBGE em 1900 apresentam que o município de São Leopoldo tinha na sua população 14.798 homens e 14.014 mulheres, totalizando 28.812 habitantes naquele ano, o que é confirmado pelo mapa da Figura 1.

Conforme dados da Prefeitura de Novo Hamburgo, em 1927, período de sua emancipação, o município contava com uma população de 8.500 habitantes, passando para 19.335 em 1940 chegando a 29.674 em 1950. Um crescimento populacional expressivo para a época (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO, 2023; CENSO IBGE 1940 e 1950). A Tabela 1 traz os dados censitários dos anos de 1940 e 1950, já com a presença dos municípios de Novo Hamburgo e Canoas.

Tabela 1 – População municipal -1940 e 1950

Município	População 1940	População 1950
Canoas	17.756	40.128
Novo Hamburgo	19.335	29.674
São Leopoldo	52.225	76.251

Fonte: IBGE Censos demográficos 1940 e 1950

Observa-se que no ano de 1940 o município de São Leopoldo já estava enquadrado na classificação do IBGE de município de porte médio (50.000 até 100.000 habitantes). A população de São Leopoldo no período de 10 anos cresceu 46% atingindo 76.251 em 1950. Muito deste crescimento populacional se deve a atratividade dos empregos gerados pelas indústrias calçadistas.

A representatividade histórica do Rio dos Sinos foi reconhecida no Brasil, pois a maior parte dos imigrantes alemães estabeleceram-se na região, considerada berço da imigração alemã. No início as atividades econômicas eram agrícolas e pastoris. No entanto, ao final do século XIX, devido a necessidade de complementar a renda da família, os alemães passaram a trabalhar com artefatos de couro.

A construção da via férrea entre Porto Alegre e São Leopoldo em 1870 foi um fator importante no desenvolvimento da produção de calçados, tornando Novo Hamburgo o centro do comércio regional. A instalação de uma usina de energia elétrica em 1912, na Picada 48, foi responsável pelo emprego de máquinas modernas destinadas a produção de calçados e outros artefatos de couro no Vale do Sinos (LAGEMANN, 1986).

Em 1907 o Censo Industrial do Brasil divulgou que o estado do Rio Grande do Sul contava com 22 estabelecimentos entre curtumes e preparo do couro, sendo dois situados em São Leopoldo e um em Novo Hamburgo. Neste mesmo ano, o Estado tinha nove indústrias de calçados, sendo que uma estava localizada em São Leopoldo. O mesmo censo ainda considerou estabelecimentos fabricantes de bolsas, malas, selas e arreios, estando uma localizada em São Leopoldo (LAGEMANN, 1986). Desta forma, o setor coureiro calçadista foi se desenvolvendo na região do Vale dos Sinos.

Na década de 1920 houve um crescimento na produção de calçados na região do Vale dos Sinos, mais especificamente no município de Novo Hamburgo. Em 1920 Novo Hamburgo contava com 66 fábricas de calçados e empregava 1.180 trabalhadores. A necessidade de energia elétrica para continuar o ritmo de crescimento, foi suprida em 1927 com a construção da usina Energia Elétrica Hamburguesa Ltda. No período entre 1930 e 1950 a atividade industrial calçadista já se estendia por todo o Vale (LAGEMANN, 1986; PICCININI; ANTUNES, 1997).

Figura 2 – Quantidade de pares de calçados produzidos no Vale do Rio dos Sinos

	1921	1929
Sapatos e borzequins para crianças	158.314	1.381.810
Sapatos e borzequins para adultos	207.796	987.284
Chinelos e sandálias	409.534	310.857
Perneiras	1.981	19.015
Botas	1.417	1.803

Fonte: LANGEMANN, 1986 *apud* PETRY, 1959, p. 34.³

Analisando a Figura 2 observa-se o aumento considerável na fabricação calçados, derivados das fábricas dos distritos de São Leopoldo. O aumento na produção de calçados infantis em 1929 atingiu um valor dez vezes maior que a produção de 1921 e, nos calçados para adultos, esta produção representou cinco vezes a produção de 1921 em número de pares de sapatos. A instalação das usinas de energia contribuiu de forma positiva para o crescimento da produção de calçados. Embora ainda houvessem alguns fatores desvantajosos a comercialização dos calçados, como as taxas cobradas e a localização geográfica desfavorável, estes não foram impeditivos para a região aumentar suas vendas para fora do Estado (LAGEMANN, 1986).

3 Borzequins: são sapatos de cano médio com cadarço trançado, também conhecido como "Sapato de Soldado" (Dicionário Informal. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br>. Acesso em: 27 maio 2023).

O município de Novo Hamburgo se emancipou de São Leopoldo em 1927, a partir deste momento começa a desenvolver o setor coureiro-calçadista, tornando-se o município mais próspero da região, devido a produção fabril. Embora ainda ligados a São Leopoldo, Sapiranga e Campo Bom também tiveram destaque na produção de calçados e couros formando junto com Novo Hamburgo um cenário prospectivo positivo para as décadas seguintes (MARTINS, 2011).

Um olhar microespacial sobre Campo Bom e Sapiranga

Para mostrar como a região estava passando por grandes transformações, pode-se observar o caso de Campo Bom, que mais tarde se emanciparia de São Leopoldo, em 1959. Os anos entre 1926 e 1959 constituem um período de transição na localidade, quando Campo Bom sob o estímulo da ferrovia – que ligava Porto Alegre à Canela – e da rede elétrica, passou por considerável urbanização, com construção de muitas indústrias e prédios públicos.

Pouco antes, em 1921, o local já era possuidor de 7 atafonas, 9 casas comerciais, 4 indústrias calçadistas, 4 olarias, 3 barbearias, 2 engenhos de água, 2 açougues, 2 marceneiros, 2 alfaiates, 2 funileiros, 2 curtumes, 1 serra-ria, 1 bar/hotel/bilhar, 1 padaria, 1 chinellaria, 1 loja de calçados, 1 sociedade (Concórdia), 1 dentista, 1 parteira, 1 automóvel táxi e 1 cinema. Posteriormente, além de inúmeras escolas, foi construída em 1939, a atual Igreja Evangélica Luterana, acrescida de uma torre em 1947, mesmo ano em que também foi inaugurado o Hospital Beneficente.

Quanto à produção calçadista em Campo Bom, pode-se destacar que a exportação dos calçados foi incentivado pelo governo a partir da década de 1960. Conforme informações contidas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pode-se destacar que Campo Bom “[...] foi o primeiro município a exportar calçado, sua principal economia” (IBGE, 2020). Algo interessante relacionado à produção de calçados, é que segundo o site da Prefeitura Municipal de Campo Bom, foi no município que “[...] aconteceu, em 1961, a 1ª Feira Nacional de Calçados, que originou a FENAC” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM, 2020).

Os anos entre 1960 e 1990 experimentaram um expressivo crescimento industrial vinculado ao aumento da oferta de trabalho na região. Considerado como uma região de crescimento expressivo no Rio Grande do Sul, o Vale do Rio dos Sinos atraiu muitas pessoas de outras regiões do estado, especialmente a partir da década de 1970. Atrelado a esse contexto de progresso econômico, ocorreu um expressivo aumento da população e consequentemente, o aumento das atividades desenvolvidas no meio urbano.

Porém, à medida que a população na região aumentava e desenvolvia sua economia, novos problemas sociais surgiram, como a violência e a segurança pública. A região conheceu um crescimento muito acelerado de sua economia ao mesmo tempo em que assistiram ao aumento da concentração da renda e ao inchamento de áreas periféricas sem nenhuma infraestrutura urbana para essas populações recém-chegadas de outros municípios do Rio Grande do Sul, em especial de Frederico Westphalen, Seberí, Vicente Dutra, Mata e Palmeira das Missões.

Muitos foram os aspectos que contribuíram para que Campo Bom se transformasse em um município ligado à uma industrialização voltada ao calçado (GEVEHR; CASTRO, 2020). Ainda de acordo com os autores, foi através do calçado que “[...] vieram uma série de outros segmentos que possibilitaram também a urbanização, a geração de emprego e renda e o aumento considerável da população” (GEVEHR; CASTRO, 2020, p. 23).

O caso de Campo se aproxima bastante daquilo que também ocorreu em Sapiranga, outro município que conquistaria sua emancipação política em 1955, separando-se de São Leopoldo. Percebe-se que em Sapiranga, na década de 1920, existiam 121 atafonas que fabricavam farinha de mandioca, vendida especialmente para São Paulo e Rio de Janeiro. O setor calçadista, naquele ano, alcançou uma produção total de 96.998 pares de calçados, perfazendo 24,8% do total de impostos recolhidos no município (FLECK, 1994).

Percebe-se que a agricultura regredia consideravelmente, principalmente em razão do desenvolvimento da indústria calçadista, que prosperava desde a década de 1930, provocando cada vez mais a saída das pessoas do campo para a cidade, contribuindo, assim, para o declínio da produção agrícola. Nesse contexto, a indústria ocupava, progressivamente, não apenas destaque na produção, como também ocupava cada vez mais a mão-de-obra, antes agrícola.

O processo de desenvolvimento industrial que vinha ocorrendo no Vale dos Sinos já na década de 1920 implicava uma nova realidade social, com o surgimento do trabalhador assalariado. Esse novo elemento da dinâmica social permitia não só o aumento da produção industrial como também ampliava o mercado consumidor, agora assalariado. Em 1920, a população de Sapiranga era de 2.856 habitantes. No início dos anos de 1920, existiam 539 prédios construídos em Sapiranga, dentre os quais estavam residências e estabelecimentos industriais e comerciais.

Como parte das transformações que se deram em nível local, cabe destacar a ampliação da oficina de Adolfo Kautzmann em 1922, o que o levou a empregar mais funcionários e inaugurar oficialmente a primeira fábrica de calçados de Sapiranga. As atividades que mais se destacavam na década de 1920 eram as 121 atafonas, as 22 casas comerciais e os 14 estabelecimentos

de preparo e comércio de couros e seus derivados, que fabricavam também tamancos, sapatos e botas. A cidade seria cenário do surgimento da Paquetá, uma das maiores empresas do ramo calçadista, conhecida nacional e internacionalmente e que nas décadas de 1970 e 1980 seria a maior empregadora de mão-de-obra da cidade.

Na década de 1920, Sapiranga contava com uma população de 2856 habitantes, a grande maioria formada por descendentes de imigrantes alemães. A partir do Recenseamento Geral de 1950 se pode estabelecer algumas comparações entre Sapiranga e o Rio Grande do Sul em termos de população. Em 1900, a população do Rio Grande do Sul era de 1.149.070 habitantes, dos quais 21.159 eram alemães ou naturalizados. Em 1920, os números apresentam sensível crescimento, totalizando 2.182.713 habitantes no estado, dos quais 21.165 eram alemães ou naturalizados. Já em 1950, tem-se uma população de 4.164.821 habitantes no Rio Grande do Sul, sendo apenas 13.516 alemães ou naturalizados (ROCHE, 1969).

Os exemplos mencionados de Campo Bom e Sapiranga, assim como o caso de Novo Hamburgo, permitem melhor compreender o fenômeno das transformações econômicas e sociais ocorridas ao longo das décadas do século XX, e de forma mais perceptível, a partir da difusão da indústria calçadista, que foi responsável pelo protagonismo do desenvolvimento econômico da região.

De volta ao vale: algumas questões gerais

O Vale do Rio dos Sinos a partir de 1940, representado pelo município de São Leopoldo, registrou a consolidação de um parque industrial diversificado. As indústrias eram de propriedade de empresários locais, que descendiam dos imigrantes alemães chegados nestas terras. As indústrias mais representativas eram: as metalúrgicas; a cordoaria; as indústrias de artigos de couro e também indústrias do setor de borracha (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO, 2023).

Com a consolidação do parque industrial surge a necessidade de mão de obra, e São Leopoldo passa a receber migrantes de várias regiões do estado para trabalhar nas fábricas. Como ainda não havia perdido áreas emancipadas (como Novo Hamburgo, Sapiranga e Campo Bom, por exemplo), em 1920 tinha aproximadamente 47.500 habitantes, dez anos depois em 1940 já eram 52.000, chegando em 1950 com 75.600 habitantes. A chegada de migrantes vai transformando a cidade com características germânicas em uma sociedade urbana formada por diferentes etnias (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO, 2023).

A evolução para uma cadeia produtiva foi rápida, bem como o crescimento populacional, devido a industrialização e a atratividade dos

empregos, atingindo o número de 64.500 habitantes em 1970. Os governos visando o desenvolvimento da região, na década de 1970, deram incentivos fiscais, estando presente na região do Rio dos Sinos uma grande cadeia coureiro-calçadista (NAIME, 2012; PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO, 2023).

O ano de 1969 foi um marco no crescimento da produção de calçados. Neste ano a FENAC trouxe um grupo de 06 importadores, passando assim, as fábricas de calçado que já atendiam ao mercado interno, também iniciarem suas atividades junto ao mercado externo. Em 1969 o Vale dos Sinos produzia 23.834.945 pares de calçados. Houve um rápido crescimento da produção, chegando a atingir 116% entre os anos de 1969 e 1974.

Neste período o crescimento da produção de calçados para o mercado interno foi de 35% enquanto, para o mercado externo este aumento chegou a 70% (COSTA, 1978).

Figura 3 – Data da fundação das pequenas, médias e grandes empresas de calçados do Vale dos Sinos – 1974

Período	Tamanho			Total
	Pequenas	Médias	Grandes	
Antes de 1900	-	2	-	2
1900 a 1909	-	1	-	1
1910 a 1919	-	1	-	1
1920 a 1929	2	1	-	3
1930 a 1939	4	6	5	15
1940 a 1949	13	20	7	40
1950 a 1959	30	34	3	67
1960 a 1969	104	13	-	117
1970 a 1974	54	3	-	57
Não responderam	35	2	-	37
Total	242	83	15	340

Fonte de dados: ACI/NH - Banco de Dados.

Fonte: COSTA, 1978.

Na Figura 2 é possível observar que o número de empresas começa a ser expressivo a partir de 1940. Entre 1960 e 1969, houve um aumento considerável no número de pequenas empresas. Estes altos e baixos no número de empresas se deve, por exemplo: a dificuldade de acesso a crédito, o desenvolvimento do mercado voltado as exportações, atendido pelas grandes empresas,

abriu espaço para que as pequenas e médias pudessem atender com maior atenção mercado interno, sendo esse um fator de sobrevivência no mercado para algumas empresas, existia também o medo das fusões por parte das grandes empresas (COSTA, 1978).

Entre 1920 e 1970 o número de pessoas ocupadas na fabricação de calçados passou de 15 para 34 trabalhadores em média. No entanto, no período de 1970 a 1974 o número passou de 34 para 93 trabalhadores, dados que demonstram um crescimento na produção de calçados no Vale do Sinos (COSTA, 1978).

A representatividade da indústria do Vale do Rio dos Sinos começa a ter projeção a partir de 1970. Em 1940 o município de São Leopoldo representava 6,63% da mão de obra ocupada na indústria. Em 1960, Novo Hamburgo aparece no cenário com 7,35% da mão de obra ocupada na indústria, impulsionado pelo setor calçadista. E, em 1970 Novo Hamburgo já contava com uma participação de 7,74% de pessoas ocupadas na indústria (<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/industria-1920-a-1980>).

No que se refere a produção industrial, o eixo Porto Alegre-Caxias do Sul destaca-se como centro industrial do Estado, na década de 1970. Em relação ao Vale do Rio dos Sinos a visibilidade é para o município de Canoas que em 1970 representava 8,86% da produção industrial chegando a 12,72% em 1975. A partir da década de 1970 começa a ser observado um crescimento e um destaque para a região em termos setor industrial, especificamente na produção de calçados (<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/industria-1920-a-1980>).

Em se tratando da População Economicamente Ativa (PEA) tem-se na região os seguintes percentuais para os anos de 1970 e 1960.

Em relação ao percentual da População Economicamente Ativa – PEA na indústria, a região do Vale do Rio dos Sinos que apresenta ainda mão de obra intensiva no setor, se destacava nos anos de 1960, 1970 e 1980. Também aumentou substancialmente a média da PEA do estado no setor secundário entre esses anos. Em 1960, a PEA do estado na indústria era de 10,71%, enquanto Campo Bom possuía 75,84%, Novo Hamburgo, 55,88%, e Esteio, 41,29%. Em 1970, o estado havia alcançado 16,66%, com os maiores percentuais em Campo Bom (76,76%), Sapucaia do Sul (59,51%) e Novo Hamburgo (57,84%) [...] (<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/industria-1920-a-1980>).

Embora a região do Vale do Rio dos Sinos tenha enfrentado algumas dificuldades, principalmente de infraestrutura a partir da década de 1900, mostrou seu potencial no enfrentamento de crises, tornando-se atualmente uma região referência na produção de calçados, principalmente para exportação.

A região que se desenvolveu com a chegada dos imigrantes alemães que trouxeram o conhecimento do ofício de fabricar calçados, foi agregando municípios ao longo de seu processo de desenvolvimento. O município que deu origem ao Vale foi São Leopoldo, emancipado de Porto Alegre em 1846, na sequência Novo Hamburgo em 1927. Estes municípios eram e são os responsáveis por grande parte do desenvolvimento atingido hoje pela região do Vale do Rio dos Sinos. Na Figura 4 apresenta-se a configuração atual do Vale do Rio dos Sinos.

Figura 4 – Formação e emancipação dos municípios do Vale do Rio dos Sinos

Municípios	Data emancipação	Município Origem
Araricá	10.667/1995	Nova Hartz / Sapiranga
Campo Bom	3.707/1959	Novo Hamburgo / São Leopoldo
Dois Irmãos	3.823/1959	Gravatai/São Sebastião do Cai
Estância Velha	3.818/1959	São Sebastião do Cai / São Leopoldo
Esteio	2.520/1954	São Leopoldo
Ivoti	4.798/1964	Dois Irmãos / Estância Velha
Nova Hartz	8.429/1987	Parobé / Sapiranga
Nova Santa Rita	9.585/1992	Canoas
Novo Hamburgo	3.818/1927	São Leopoldo
Portão	4.579/1963	Canoas / Estância Velha / São Leopoldo / São Sebastião do Cai
São Leopoldo	4/1846	Porto Alegre
Sapiranga	2.529/1954	São Leopoldo / Taquara
Sapucaia do Sul	4.203/1961	São Leopoldo

Fonte: Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/evolucao-administrativa-1809-a-2013>

A região do Vale dos Sinos foi denominada COREDE Vale do Rio dos Sinos, a partir de 1994, data da criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Atualmente é formado por quatorze municípios: Araricá, Nova Hartz, Ivoti, Nova Santa Rita, Dois Irmãos, Portão, Estância Velha, Campo Bom, Sapiranga, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Canoas⁴.

4 Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs, criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, são um fórum de discussão para a promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional (<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>).

Considerações finais

A região tem um perfil econômico datado da sua colonização pelos alemães, voltado ao setor industrial, embora tenha iniciado suas atividades no meio agrícola, o que hoje identifica a região é a presença das indústrias de calçados. Além disso, diversificou a atividade econômica atingido outros setores como alimentos, móveis, metalurgia, entre outros. É uma região que tem uma forte relação econômica com a capital do Estado Porto Alegre (COREDE Metropolitano – Delta do Jacuí).

Portanto a região do Vale do Rio dos Sinos demonstra seu dinamismo a partir do final do século XIX e início do século XX, impulsionado pela produção de calçados foi construindo sua identidade regional. Devido a falta de informações sociais disponíveis para os anos pesquisados várias lacunas apareceram, porém ficou evidente que a região seguiu sua vocação, fabricação de calçados e, foi por meio deste setor econômico que o desenvolvimento se faz presente.

A produção coureiro-calçadista, no que por muito tempo foi denominado “Vale do Sapateiro” – em acepção direta ao grande número de trabalhadores das indústrias de calçados – gerou muito emprego e renda. As cidades desenvolveram-se em torno das fábricas e valeram-se dos recursos naturais para o seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/demografia-1872-a-1980>. Acesso em: 6 maio 2023.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/industria-1920-a-1980>. Acesso em: 17 abr. 2023.

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. **História do pensamento econômico: uma abordagem introdutória**. São Paulo: Atlas, 1995.

COSTA, Achyles Barcelos da. **A Concentração econômica na indústria de calçados do Vale dos Sinos**. Tese (Conclusão do curso de Pós-Graduação em Economia) – Porto Alegre. UFRGS, 1978, 78 p.

FLECK, Lúcio. **História de Sapiranga**. Santa Maria, RS: Pallotti, 1994.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10. ed. Rev. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 355 p.

GEVEHR, Daniel Luciano; CASTRO, Érisson Fernando da Silva de. A cidade e o rio: a produção do espaço urbano de uma cidade industrial no extremo sul do Brasil (Campo Bom, Rio Grande do Sul, segunda metade do século XX). **Desenvolvimento rural interdisciplinar (UFRGS)**, v. 2, n. 1, p. 22-49, 2020.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos 1872, 1900, 1940 e 1950**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/>. Acesso em: 29 maio 2023.

LAGEMANN, Eugenio. O setor coureiro-calçadista na história do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 69-82, 1986.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. Livro 4. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

MARTINS, R. P. **A produção calçadista em Novo Hamburgo e no Vale do Rio dos Sinos na industrialização brasileira**: exportação, inserção comercial e política externa: 1969-1979. 2011. 198 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

NAIME, Roberto. **Breve histórico da bacia hidrográfica do rio dos Sinos**. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2012/04/26/breve-historico-da-bacia-hidrografica-do-rio-dos-sinos-artigo-de-roberto-naime/>.

PICCININI, Valmíria C.; ANTUNES Elaine Di Diego. Trajetória e estratégias sindicais dos sapateiros do RS. **REad**. ed. 6, v. 3, n. 2, jul./ago. 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM. Disponível em: Acesso em: <https://www.campobom.rs.gov.br/index.php>. 30 abr. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO. Disponível em: <https://www.novohamburgo.rs.gov.br/historia>. Acesso em: 12 abr. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO. Disponível em: <https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/?titulo=Turismo>. Acesso em: 29 maio 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPIRANGA. Disponível em: Acesso em: <https://sapiranga.atende.net/cidadao/>. 25 jun. 2023.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. Volumes 1 e 2.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SMITH, Adam. **Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986.

10. RITUAIS ESCOLARES NA ESTAÇÃO BARÃO, RS: horas cívicas do grupo escolar professora Maria Edith Selbach (1937-1944)

Fernanda Rodrigues Zanatta¹
Terciane Ângela Luchese²

Considerações Iniciais

A variedade de documentos dos acervos escolares nos permite fazer incursões no tempo e no espaço escolar reorganizando as cenas passadas. A História Cultural nos possibilitou descortinar outras histórias, outros tempos e passagens que nos trazem grandes contribuições para a história da educação por meio de objetos, abordagens e documentos distintos. A partir daí, ampliaram-se as fontes de pesquisa e de consulta, com novos temas de análise, com a “emergência de novos objetos no seio das questões históricas com as fontes de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, entre outros” (CHARTIER, 1990, p. 14). Ou seja, novas possibilidades foram abertas e nos espaços escolares reconheceu-se uma gama variada de objetos e memórias que guardam possibilidades para narrar a história.

As instituições escolares produzem documentos que retratam a vivência escolar. Nesse cotidiano de atas, registros, anotações, impressos, imagens, objetos, quadros, entre outros, muitas memórias foram produzidas, muitas são compreendidas, e estão disponíveis para o historiador inquirir e compreender suas relações e vínculos com a instituição e os sujeitos escolares.

Neste estudo abordamos aspectos relacionados a rituais escolares que se encontram nos registros guardados nas escolas. Trazemos à cena a Estação Barão, RS, distrito de Montenegro, no ano de 1937 e o grupo escolar Professora Maria Edith Selbach. Falar da Estação Barão nos remete a pensar no som do trem que por ali passava, o som do motor, do apito, misturado com o badalar do sino, passando pelos trilhos e deixando o rastro da fumaça pelo ar... Por ali também chegavam professores e estudantes. A parada na Estação Barão também levava ao Grupo Escolar. Um tempo que muitos guardam nas

1 Doutoranda em Educação da Universidade de Caxias do Sul, bolsista PROSUC/CAPES. Mestra em Educação (PPGEdu/UCS). Membro do Grupo de Pesquisa em História, Imigração e Memória (GRUPHEIM).

2 Professora da Universidade de Caxias do Sul atuando nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em História. É bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. Lidera o Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM).

memórias, como a do trem que passava por Barão, a disciplina na escola, os exames finais e as horas cívicas. Nesse período e no contexto vivenciado foram comuns e faziam parte dos ritos escolares as horas cívicas e os exames finais, que podiam acontecer na mesma data, um antecedendo o outro, com ou sem a presença da comunidade. Os exames finais do grupo escolar Professora Maria Edith Selbach foram abordados e denotavam as políticas nacionalistas que envolviam os processos escolares:

A referência aos momentos dos exames finais demonstra uma rotina disciplinada e de patriotismo nacionalista que foi difundido e que fez sentido para o período, em especial considerando que a população local tinha, em sua predominância, ascendência de imigrantes alemães e italianos (ZANATTA; LUCHESE, 2023, p. 10).

Para esse estudo utilizou-se a análise documental histórica de documentos preservados no acervo passivo do Instituto Estadual de Educação Assunta Fortini, de Barão e também com estudos e pesquisas realizados sobre essa instituição. As análises vão ao encontro de práticas estabelecidas pelo processo de nacionalização do ensino com a observação das atas das comemorações cívicas a partir de 1937 até 1944, o que corresponde ao Estado Novo varguista, momento relevante para a história mundial, posto que é o período também da Segunda Grande Guerra. No jogo de escalas entre o local, o nacional e o internacional, os rituais das horas cívicas são colocados em evidência nessa análise. A instituição mencionada é o Grupo Escolar Professora Maria Edith Selbach que recebeu o nome de acordo com o decreto nº 312 de 14 de agosto de 1941, no qual deu-se a denominação de Grupo Escolar de Barão, situado em Montenegro, como “Professora Maria Edith Selbach”. Na figura a seguir, o primeiro prédio que sediou o grupo escolar:

Figura 1 – Prédio do Grupo Escolar de Barão na década de 1950



Fonte: Acervo Pessoal de Edy Rita Vier Calliari.

Ficou estabelecido no decreto pelo artigo 1º que a denominação Professora Maria Edith Selbach ao Grupo Escolar de Barão, em Montenegro, em homenagem a jovem docente falecida em acidente de trânsito, e que tinha sua atuação como professora na Estação Barão. Anteriormente o grupo chamava-se Grupo Escolar de Barão e Aula Pública de Barão. Na figura a seguir, a lembrança de falecimento da professora Maria Selbach:

Figura 2 – Lembrança de Falecimento da professora Maria Edith Selbach, 1939



Fonte: Acervo pessoal de Edy Rita Vier Calliari.

No contexto do grupo escolar buscamos perscrutar as horas cívicas. E conforme os registros encontrados do livro ata de comemorações (1937-1949) do acervo escolar as primeiras professoras do Grupo Escolar: Sílvia Barone, Maria Ophelia Oppermann, Erica Luiza Hartmann, José Vieira Marques Albernaz, Maria Vanini Terra e Maria Edith Selbach. Tais docentes foram as responsáveis pelo planejamento e organização das horas cívicas analisadas.

As horas cívicas no Grupo Escolar

Os momentos cívicos eram tempos de respeito, de amor e devoção à Pátria, tal qual um evento solene, onde além dos sujeitos escolares, participavam também as autoridades e pais da comunidade escolar conforme registrado nas atas escolares. O entoar de hinos e cantos, o declamar de poesias, a partir da preleção das professoras, remetiam a importância dos símbolos pátrios. As práticas nas horas cívicas, abordadas por turmas e de acordo com datas comemorativas, apresentavam um rito, com uma ordem, organização, uso de uniformes, modos de se ser e estar frente ao momento solene, com duração de um dia, ou até mais quando se tratava da Semana da Pátria.

Nos livros, as atas de momentos cívicos fazem referência ao patriotismo, ao amor à pátria e a relevância de figuras Manuel Luiz Osório, entre outros nomes, em práticas que vão de encontros ao “*culto aos heróis*” (BASTOS, 2005, p. 208). Repetidamente se entoavam os hinos Nacional, da Independência e/ou da Bandeira, seguido de chamada, preleção por uma das professoras e posteriormente explanados algumas poesias por alguns alunos. Nos feriados iniciavam-se às 8 horas da manhã os atos cívicos. Muito expressa nas linhas das atas das comemorações estava a nacionalização do ensino.

Paralelo aos dados históricos, analiso as práticas escolares para especificar como ocorreu a nacionalização do ensino neste município. Essa observação será possível no exame dos documentos escolares, uma vez que ali, será possível entender como, o quê, por quê e para quem se destinavam as normas escolares. Também dentro dessa análise é possível compreender qual o discurso ali presente e qual a cultura exposta (ZANATTA, 2011, p. 48-49).

O livro de comemorações revela o patriotismo desenvolvido no processo escolar. Percebe-se ao ler as atas, que os temas dos momentos cívicos provêm das orientações recebidas da Secretaria de Educação. Normalmente os momentos cívicos eram abertos com o marco do primeiro dia de aula de cada ano, bem como o encerramento era dado no último dia de aula, quando também eram divulgados os resultados dos exames finais, sendo esse um momento muito solene, tendo por algumas vezes a presença de autoridades e da comunidade escolar. Abaixo selecionamos do livro atas de comemorações do grupo escolar, os temas abordados durante as horas cívicas:

Quadro 1 – Temas das horas cívicas do Grupo Escolar de Barão (1937-1940)

Ano: 1937	Ano: 1938	Ano: 1939	Ano: 1940
Data/Tema	Data/Tema	Data/Tema	Data/Tema
21/04 Tiradentes	06/04 Centenário de José Bonifácio de Andrade e Silva	21/04 Tiradentes	13/04 Dia Pan-americano
1º/05 Descobrimto do Brasil e Dia do trabalho	21/04 Tiradentes	30/04 Marechal Floriano Peixoto	21/04 Tiradentes
13/05 Abolição da escravatura	1º/05 Dia do trabalho	1º/05 Dia do Trabalho	1º/05 Dia do Trabalho
24/05 Patrono do soldado – General Manuel Luiz	03/05 Descoberta do Brasil	03/05 Descoberta do Brasil	25/07 Dia do colono
Osório	13/05 Abolição da escravatura	13/05 Abolição da Escravatura	1º a 7/09 Semana da Pátria
11/06 A batalha do Riachuelo	1º a 7/09 Semana da Pátria	25/07 Dia do Colono	20/09 Guerra dos Farrapos
20/09 Proclamação da República Riograndense	12/10 Descobrimto da América e Dia da Criança	29/08 Cinquentenário de morte de D. Pedro II	27/09 Jesuitas
21/09 Dia da árvore	15/10 Dia do Professor	1º a 7/09 Semana da Pátria	10/11 Estado Novo
12/10 Descoberta da América	15/11 Proclamação da República	21/09 Primavera	15/11 Dia da Proclamação da República
15/11 Dia da Proclamação da República	19/11 Festa Cívica do Grupo Escolar	15/11 Proclamação da República	19/11 Dia da Bandeira
19/11 Dia da Bandeira		19/11 Dia da Bandeira	13/12 Exposição de Trabalhos Manuais
29/11 Encerramento do ano letivo		12/12 Exposição de Trabalhos	14/12 Encerramento do ano letivo

Fonte: Livro: atas das comemorações 1937-1949 do acervo IEE Assunta Fortini a partir da organização das autoras.

Entre os anos de 1937 a 1940 as datas das horas cívicas se repetem: Tiradentes, Dia do Trabalho, Proclamação da República, Dia da Bandeira... dentre outras que ocorrem no decorrer dos anos. A partir de 1939 o dia do colono passa a constar anualmente nas atas, assim como a partir de 1940 é comemorado o Dia do Pan Americano. A seguir verificamos as principais datas do período seguinte:

Quadro 2 – Temas das horas cívicas do Grupo Escolar de Barão (1941-1944)

Ano: 1941	Ano: 1942	Ano: 1943	Ano: 1944
Data/Tema	Data/Tema	Data/Tema	Data/Tema
25/03 Dia das crianças – uniforme de festa 21/04 Tiradentes 25/07 Dia do Colono 1º a 7/09 Semana da Pátria 20/09 Guerra dos Farrapos 10/11 Estado Novo 15/11 Dia da Proclamação da República 19/11 Dia da Bandeira 14/12 Encerramento do ano letivo	02/03 Abertura do ano letivo 25/08 Dia do Soldado 30/08 Semana da Pátria	1º/03 Abertura do ano letivo 14/04 Dia do Pan Americano 19/04 Aniversário do Presidente Getúlio Vargas 21/04 Tiradentes 1º/05 Dia do Trabalho 03/05 Descobrimto do Brasil 13/05 Libertação dos Escravos 25/08 Dia do Soldado 1º a 7/09 Semana da Pátria 25/09 Dia dos Farrapos 21/09 Primavera 22/09 Dia da árvore 14/10 Dia do professor 10/11 Estado Novo 15/11 Dia da Proclamação da República 19/11 Dia da Bandeira	1º/03 Abertura do ano letivo 25/03 Dia das crianças 14/04 Dia do Pan Americano 19/04 Aniversário do Presidente Getúlio Vargas 21/04 Tiradentes 1º/05 Dia do Trabalho 03/05 Descobrimto do Brasil 13/05 Libertação dos Escravos 24/05 Batalha de Tuiuti 11/06 Batalha Naval do Riachuelo 25/08 Dia do Soldado 1º a 7/09 Semana da Pátria 20/09 Revolução Farrroupilha 21/09 Primavera 22/09 Dia da árvore 14/10 Dia do professor 23/10 Dia da Asa 10/11 Estado Novo 15/11 Dia da Proclamação da República 19/11 Dia da Bandeira

Tema das horas cívicas do Grupo Escolar de Barão nos anos de 1941-1944.

Fonte: Livro: atas das comemorações 1937-1949 do acervo IEE Assunta Fortini. Organização das autoras

Conforme os temas estabelecidos nas horas cívicas, nota-se que muitos deles se repetem ao longo dos anos, visto que havia orientações recebidas pelas escolas

para abordá-los nesses momentos, como o dia da “Pan Americano” que a partir de 1943 passou a ser tema das horas cívicas e conforme estudo de Fernandes “O Dia do Pan-americano foi instituído em 14 de abril de 1942, tendo como objetivo celebrar a união dos povos da América e, desde então, passou a ser uma das datas cívicas mais importantes do calendário escolar” (FERNANDES, 2021, p. 265).

Como menciona Fernandes, com um calendário escolar cívico (2021, p. 264) “as professoras davam vida às datas, acontecimentos, personagem e símbolos da história nacional e estadual. Tais conteúdos eram estudados e memorizados a partir de explicações orais e escritas, redações, construções de frases, ditados, desenhos, poesias e músicas”. Ainda, como afirma Bastos

Na obra de reconstrução nacional, a escola deveria ser mobilizada para promover ações cívico-sociais e pedagógicas de formação do “novo homem”. As festividades escolares eram amplamente incentivadas pois desenvolviam a disciplina e o senso de deveres para com a pátria, ao mesmo tempo que evidenciavam a vinculação de ações escolares do Estado Novo (BASTOS, 2005, p. 204).

Os momentos cívicos enalteciam as datas comemorativas, mas também, havia a intenção formar modos de ser e estar, frente ao que se esperava dos alunos e futuros cidadãos, que – se desejava – pudessem respeitar valores e símbolos pátrios, seguir as normas sociais e governamentais. Para além dos estudantes, muitas das festividades cívicas envolviam as famílias e as comunidades.

Entre os anos de 1941 a 1944 outras datas passaram a ser tema das horas cívicas como o Dia do Estado Novo. No ano de 1942 houve poucos registros no livro. Consta que essas foram redigidas por uma secretaria da escola. Ainda no ano de 1942 há menção de uma campanha, liderada por uma aluna, para angariar fundos para auxiliar na retirada de avião que havia caído na Linha Francesa Alta. Provavelmente houve troca de professores e funcionários para haver essa lacuna nos registros.

Pela Portaria nº 2.235, de 4 de abril de 1940, foi regulada a educação cívica (QUADROS, 2006). As escolas seguiam as orientações encaminhadas. Quadros faz uma análise, apresentando o que foi regulamentado:

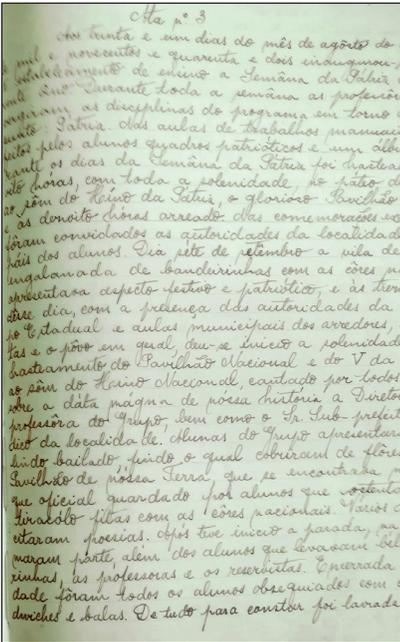
O plano de trabalho relativo à Semana da Pátria, de 1942 envolvia quatro ações:

- 1) trabalhos de classe, com duas unidades: a) Unidade 1 – A Pátria: palestras, leituras, dramatizações, excursões, exibições de filmes e notícias; b) Unidade 2 – O bom brasileiro: conceitos de patriotismo, confiança em si mesmo, honestidade, respeito pelos direitos alheios, coragem, bondade/amor, liberdade;
- 2) Cerimônias de comemoração: hasteamento da bandeira e canto do hino nacional, atos durante os quais os estudantes deviam ser instados a demonstrar “vibração intensa cívica”.

3) Programa das atividades: as comemorações da Semana da Pátria se iniciavam no dia 31 de agosto e se prolongavam até o dia 7 de setembro (QUADROS, 2006, p. 65-66).

As instruções enviadas e atas registradas dos momentos cívicos demonstram uma variedade de atividades sugeridas e praticadas no ambiente escolar, envolvendo diferentes áreas do conhecimento, buscando preparar e subsidiar com noções dos símbolos, da importância das datas e da simbologia destas para os brasileiros. Identificamos as normas ao que foi registrado no grupo escolar no ano de 1942: a ata nº 3 apresenta as comemorações da Semana da Pátria do ano de 1942 em consonância ao estabelecido:

Figura 3 – Ata número 03, de 31/08/1942 da Semana da Pátria do Grupo Escolar Professora Maria Edith Selbach, de Barão, RS

	<p>Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e quarenta e dois inaugurou-se neste estabelecimento ensino a Semana da Pátria do corrente ano. Durante toda a semana as professoras convergiram as disciplinas do programa em torno do assunto: Pátria. Nas aulas de trabalhos manuais foram feitos pelos alunos quadros patrióticos e um álbum durante os dias da Semana da Pátria, foi hasteado às oito horas, com toda a solenidade, no pátio do colégio, ao som do hino da pátria, o glorioso Pavilhão Nacional e às dezoito horas, arreado das comemorações externas foram convidadas as autoridades da localidade e os pais dos alunos. dia sete de setembro, a Vila de Barão, engalamada de bandeirinhas, com as cores nacionais apresentava aspecto festivo e patriótico, e às treze horas, desse dia, com a presença de autoridades da vila, Grupo Estadual e as aulas municipais dos arredores, reservistas e o povo em geral, deu-se início a solenidade, com o hasteamento do Pavilhão Nacional e do V da Vitória ao som do hino nacional, cantado por todos. Falaram sobre a data magna de nossa história, a diretora e a professora do grupo, bem como o sr subprefeito e o médico da localidade. Alunas do grupo escolar apresentaram lindo bailado, findo o qual cobriram de flores o glorioso Pavilhão da nossa Terra, que se encontrava no palanque oficial, guardado por alunos que ostentava a tiracolo fitas com as cores nacionais. Vários alunos recitaram poesias. Após, teve início a parada, na qual tomaram parte, além dos alunos, que levavam belas bandeirinhas, as professoras e os reservistas. Encerrada a solenidade, foram todos os alunos obsequiosos com café, sanduíches e balas. De tudo para constar foi lavrada presente ata que foi assinada pelo corpo docente do grupo e por uma aluna do quinto ano, representando o corpo discente. Grupo Escolar de Barão, 9 de setembro de 1942.</p> <p>Helenita Nauren Ilha, Diretora Ruth Schramm, Professora Isolene Garcia, pelo corpo discente</p>
--	--

Observa-se que a ata da Semana da Pátria contempla as indicações da legislação que orienta práticas nacionalistas, com diversificação de atividades, envolvendo convidados, momentos poéticos, cantos, hinos, decoração festiva, desfile, entre outras. Uma extensa programação durante a semana. Para além da dessa semana, outros momentos cívicos seguiam dentro da organização escolar e das normas prescritas, de acordo com as datas comemorativas conforme segue:

Quadro 3 – Temas das horas cívicas do Grupo Escolar de Barão (1945-1948)

Ano: 1945	Ano: 1946	Ano: 1947	Ano: 1948
Data/Tema	Data/Tema	Data/Tema	Data/Tema
1º/03 Abertura do ano letivo	10/03 Abertura do ano letivo	10/03 Abertura do ano letivo	1º/03 Abertura do ano letivo
14/04 Dia do Pan Americano	14/04 Dia do Pan Americano	14/04 Dia do Pan Americano	14/04 Dia do Pan Americano
19/04 Aniversário do Presidente Getúlio Vargas	21/04 Tiradentes	21/04 Tiradentes	21/04 Tiradentes
21/04 Tiradentes	30/04 Dia do Trabalho	30/04 Dia do Trabalho	30/04 Dia do Trabalho
1º/05 Dia do Trabalho	03/05 Descobrimto do Brasil	03/05 Descobrimto do Brasil	03/05 Descobrimto do Brasil
03/05 Descobrimto do Brasil	13/05 Libertação dos Escravos	13/05 Libertação dos Escravos	13/05 Libertação dos Escravos
13/05 Libertação dos Escravos	25/07 Dia do Colono	25/07 Dia do Colono	11/06 Batalha Naval do Riachuelo
21/07 Dia do Colono	25/08 Dia do Soldado	25/08 Dia do Soldado	24/07 Dia do Colono
25/08 Dia do Soldado	02/09 Semana da Pátria	1º/09 Semana da Pátria	25/08 Dia do Soldado
1º a 7/09 Semana da Pátria	07/09 Semana da Pátria	1º/09 Semana da Pátria	1º a 7/09 Semana da Pátria
20/09 Revolução Farroupilha	20/09 Revolução Farroupilha	20/09 Revolução Farroupilha	20/09 Revolução Farroupilha
21/09 Primavera	21/09 Dia da árvore	21/09 Dia da árvore	21/09 Primavera
22/09 Dia da árvore	15/11 Dia da Proclamação da República	15/11 Dia da Proclamação da República	22/09 Dia da árvore
15/11 Dia da Proclamação da República	19/11 Dia da Bandeira	19/11 Dia da Bandeira	15/11 Dia da Proclamação da República
19/11 Dia da Bandeira			19/11 Dia da Bandeira

Fonte: Livro: atas das comemorações 1937-1949 do acervo IEE Assunta Fortini. Organização das autoras.

Todos esses momentos contribuíram para a difusão do ensino cívico em escolas públicas e foram políticas marcantes nas memórias de muitos daqueles que a viveriam. Nas questões legais, as primeiras prescrições originaram

em outras determinações, mais específicas, a fim de organizar e reorganizar os momentos de civismo e as práticas escolares que reverberam em diversos decretos, de acordo também com as reformas de Capanema (LUCHESE, 2014). Ao realizar os momentos cívicos esperava-se que os alunos mudassem seu comportamento, tornando-se mais disciplinados, quando o fosse o caso e, obviamente, mais patriotas face a insistência em cultuar os símbolos pátrios.

Havia uma diferença nas orientações para os momentos cívicos, havendo uma classificação conforme a data a ser homenageada naquele momento, nas recomendações observava-se o tema, de acordo com o mês, as datas comemorativas e o público-alvo daquele momento. Bastos (2005) aprofundou essa análise ao apresentar os estudos sobre a Revista do Ensino, um impresso que circulou e orientou as escolas, especialmente as estaduais, com normas, roteiros, sugestões diversas para esses momentos cívicos, entre outras práticas pertinentes ao cotidiano escolar daquele contexto.

Normas de caráter geral disciplinavam a organização desses eventos, desde horário, local, participação e organização, cabendo ao diretor da escola a responsabilidade pelo cumprimento das determinações e ao delegado regional de ensino, a aprovação do programa – “não se permitindo a inclusão de novos números depois de aprovados”. Os fatos “dignos de nota” ocorridos durante as atividades deveriam ser comunicados pelo diretor à Delegacia de Ensino, bem como a “relação dos professores que não haviam comparecido e o motivo da ausência, incorrendo em censura os professores que não justificassem a falta”. As normas de caráter particular dividiram-se em duas partes: as relativas às festas cívico-nacionais e as relativas as outras comemorações – Páscoa, Primavera, Dia Pan-Americano, centenários ou aniversários de grandes homens nas artes e nas ciências – que deveriam ocorrer mensalmente, quando restritas ao âmbito escolar, e duas vezes ao ano, quando de “caráter público” (BASTOS, 2005, p. 206).

Todos esses movimentos em torno dos atos cívicos escolares traziam a proposta de “formar um novo homem” com essa disciplina e rituais junto aos alunos, mas ao mesmo tempo incitava a presença marcante do/a diretor/a e da/os professora/es, como sujeitos responsáveis por fazer acontecer as práticas orientadas, bem como engajar professores e comunidade escolar nessa proposta, que se estendia para além dos prédios escolares, através das decorações verde e amarelo, do chamamento das famílias, do hasteamento da Bandeira Nacional, do desfile cívico, marco maior da Semana da Pátria. O envolvimento do diretor e professor e toda a representação dos momentos cívicos perpassa os horários escolares, acontecendo inclusive aos domingos, durante a Semana da Pátria, o que demonstra o envolvimento comunitário do professor e diretor à frente desse momento e junto às demais autoridades locais. A figura a seguir é representativa destes momentos:

Figura 4 – Imagem de um momento de hora cívica do Grupo Escolar de Barão na década de 1940



Fonte: Acervo pessoal de Duilce Pacini.

Na imagem anterior, um momento de hora cívica, de encerramento do ano letivo, no Hotel Diemer, em Barão, próximo ao Grupo Escolar. Nesse momento, também se realizaram os exames finais. A diretora era Ofélia Opermann. Os estudantes, agrupados em meninos e meninas, estão acompanhados na imagem também por familiares, além de professores, diretora e Comissão Avaliadora dos Exames Finais. As vestimentas significam o momento importante vivido e solenizado. Ao fundo a Bandeira Nacional.

O Grupo Escolar, seguindo as políticas educacionais, reorganizou o ensino em Barão e expressou as características do processo escolar, segundo a gramática dos grupos escolares, ficando evidente o conjunto de ações relacionadas à nacionalização do ensino e de um conjunto de rituais cívicos marcando o calendário escolar, em consonância com o esperado dos sujeitos escolares do período.

Considerações finais

As chamadas “horas cívicas” registradas por meio das atas, mas também das imagens e orientações enviadas às escolas, bem como determinações, notícias em periódicos, são marcadores de comportamentos sociais e valores pretendidos e cultuados em torno da nacionalização do ensino.

O contexto que envolveu o período de nacionalização do ensino frente às práticas escolares está expresso nesses espaços de registros e nas memórias

arquivados em acervos escolares. Percebe-se que foi um período muito intenso e conciso no que tange ao objetivo de propagar as políticas de nacionalização, de “abrasileirar” especialmente os descendentes de imigrantes alemães e italianos, presentes também em Barão.

Na Estação Barão e no Grupo Escolar Professora Maria Edith Selbach, tais práticas também se propagaram e se registraram na história escolar e social. Os movimentos de nacionalização por meio da escola, tendo as horas cívicas como rituais e marcos, envolveram os sujeitos escolares, mas também a comunidade escolar, dentro e fora das paredes do grupo, dentro e fora do calendário escolar, pois envolvia finais de semana e feriados e na simplicidade de um grupo escolar pequeno, na Estação Barão. Ainda que com escassos recursos, o grupo desenvolveu os programas estabelecidos e “Esta forma escolar, mais simples, cumpriria o seu papel: nacionalizar pelo idioma, pelos símbolos, pelas festas, pelo ensino, sem depender de grandes investimentos e recursos públicos” (FERNANDES, 2021, p. 333).

Destaca-se nessas práticas a importância do diretor escolar frente a comunidade, pois as horas cívicas se tornaram eventos importantes e envolviam famílias e autoridades políticas e religiosas. Dentre esses momentos, a Semana da Pátria, um tempo marcante dentro dos objetivos nacionalistas, e a abertura do ano letivo, bem como o encerramento junto com os exames finais reuniram muitas pessoas para comemorar e prestigiar as solenidades. Aqui não se esgotam as possibilidades de análises que as fontes permitem, mas sim abrem-se outros olhares e possibilidades de novas pesquisas sobre esse tema tão marcante neste grupo. Eram momentos de prestígio para as autoridades, de relevância social para professores, de medos e angústias, especialmente para alunos, que precisavam se expor, seja nas apresentações, nos exames finais e na avaliação dos olhares que observavam comportamentos e modos de ser e de estar no Grupo Escolar e na Estação Barão.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Maria Helena Câmara. **A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)**. O novo e o nacional em revista. Pelotas: Seiva Publicações, 2005.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

FERNANDES, Cassiane Curtarelli. **História dos Grupos Escolares em Garibaldi e Farroupilha: matizes de práticas pedagógicas e escolares** (Rio Grande do Sul, 1926-1949) – 373fl. Tese (Doutorado em Educação) – Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.

LUCHESE, Terciane Ângela (org.). Abrasileirar os coloninhos: histórias e memórias escolares na região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1937-1945). In: QUADROS, Claudemir de (org.). **Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil**. Santa Maria: EDUFMS, 2014. p. 191-231.

QUADROS, Claudemir de. **Reforma, ciência e profissionalização da educação: o Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul**. 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS, 2006. 312 fl.

ZANATTA, Fernanda Rodrigues. **Diversidade cultural e políticas públicas educacionais: a proposta educacional de Barão/RS de 1930 a 1960**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2011.

Fonte consultada

LIVRO Ata das Comemorações – 1937-1949 – Acervo IEE Assunta Fortini de Barão, RS.

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

11. OS GRUPOS ESCOLARES EM CANOAS, RS: processos e percurso de implantação na primeira metade do século XX

José Edimar de Souza¹

Palavras iniciais

Os grupos escolares ficaram associados ao movimento republicano no Brasil. Nesse sentido, a partir de 1890, em São Paulo, foram criados os primeiros estabelecimentos de ensino identificados como Grupo Escolar. Sob influência de uma pretensa modernização do ensino e da tentativa do governo de garantir o sufrágio universal, pela elevação do nível de alfabetização da população nacional, nas primeiras décadas houve um intenso trabalho em prol da implantação, em diferentes capitais do país, de escolas, bem como de grupos escolares.

No Rio Grande do Sul, os grupos escolares foram implantados com a nomenclatura de Colégios Elementares, a partir de 1909, contudo, a partir de 1915, figuram ao lado destes Colégios os primeiros grupos escolares implantados na capital do Estado. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é analisar como se desenvolveu o processo de implantação dos grupos escolares no município de Canoas, na década de 1940. Canoas pertence a região metropolitana de Porto Alegre, foi emancipado de São Sebastião do Caí e Gravataí em 1939, e seu nome tem origem na relação da localidade com o início de seu povoamento, mais precisamente depois da construção da estação férrea local em 1874.

A história dos grupos escolares, dos processos de institucionalização e de escolarização se evidenciam como resultado desse estudo. Nesse sentido, procuram traduzir, pelo viés cultural os percursos iniciais e os primeiros tempos

1 Graduado em História, em Pedagogia, em Geografia, Bacharel em Biblioteconomia. Mestre e Doutor em Educação, com estágio de pós-doutorado em Educação. Professor e pesquisador da Área de Humanidades e dos programas de Pós-Graduação em Educação e em História da Universidade de Caxias do Sul – UCS. Pesquisador PqG Gaúcho. Membro da diretoria da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras (ANPHCTB), gestão 2021-2023. Membro da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE) gestão 2021-2023. Membro titular do Comitê de Assessoramento da FAPERGS (2022-2024). Consultor Ad Hoc titular da Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - SICT. Vice-líder do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM).

de funcionamento da organização do ensino primário elementar graduado distanciando-se do formato das escolas (aulas isoladas), conforme Souza (2015) e dos Colégios Elementares no nosso Estado, como enfatiza Grazziotin e Almeida (2016).

É na instituição que a construção cultural (empírica, material, acadêmica e política) promove experiências, subjetividades e representações. Nesse sentido, nos valem da perspectiva metodológica da História Cultural e da análise documental histórica para o desenvolvido desse estudo. É pela organização do espaço e os processos que se desenvolvem em distintos contextos que conseguimos compreender como as identidades se constituem. Halbwachs (2006, p. 17), argumenta que “uma organização política é moldada nas condições espaciais”, bem como compreende que a sua inscrição no espaço produz modos e formas estáveis e complexas de representações dos modos de vida em sociedade.

Nesse sentido, a partir de fontes documentais, bibliográficas e jornalísticas foi possível estabelecer algumas notas de resultados de pesquisa sobre os primeiros tempos da escolarização pública em Canoas.

Aspectos da institucionalização dos grupos escolares em Canoas

Sobre a história da educação em Canoas, no relatório da intendência da primeira administração municipal de Canoas, consta que em 1886, foi criada uma Aula Mista em Canoas. Em 1887, a professora Clotilde Batista, nomeada pela autoridade estadual e efetivada como primeira professora pública do município. Até 1892 outras duas aulas foram criadas. Em 1908, foi inaugurado o Instituto São José, com os Irmãos Lassalistas.

Em 1938, havia dez escolas em Canoas, dentre elas a André Leão Puente. A escola aparece neste relatório como, Grupo Escolar Emílio Meyer. Entre 1941 e 1943 foram criados três grupos escolares estaduais, além disso, havia os grupos escolares municipais.

Pfeil (1995) argumenta que Canoas era 2º Distrito de Gravataí, em 1938, em novembro é elevado à categoria de Vila. A instalação do 3º Regimento de Aviação aumentou a população e veio a contribuir para traçar novos rumos à comunidade. E no final do ano o comandante do 3º Regimento de Aviação, Dr. Victor Hugo Ludwig, foi um dos articuladores pelo movimento pro-emancipação. O município se originou a partir da junção do 6º Distrito de São Sebastião do Cay e o 4º Distrito de Gravataí.

Canoas foi lugar de repouso e veraneio e guardou muito de seus encantos naturais até a emancipação. Criado em 27 de junho de 1939, pelo Decreto nº 7839. Pela manifestação dos moradores de Canoas e de Santa Rita (4º Distrito

de Gravataí e 6º Distrito de Caí). E está situada a aproximadamente 19 km de Porto Alegre, tem área de 131 km² e população de 349.728 habitantes (IBGE de 2021), como se identifica no mapa da figura 1, abaixo:

Figura 1 – Mapa de Canoas no Rio Grande do Sul



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Canoas#/media/Ficheiro:Locator_map_of_Canoas_in_Rio_Grande_do_Sul.svg.

Quando da emancipação, no que se refere a instrução primária, uma das principais questões da administração foi com o aluguel e com a falta de prédios escolares. No final da década de 1930, funcionam com regularidade, 16 escolas, sendo 2 grupos escolares, 1 escola reunida e 13 outras do regime unitário, todas disseminadas em zonas de densa população escolar, atendidas por 21 professoras das quais 4 são “alunas-méstras” e as demais admitidas ao quadro do magistério municipal mediante concurso de provas (NOSSOS PREFEITOS, 1998).

Quadro 1 – Situação escolar em Canoas (1938)

Escola	Nível/modalidade	Sistema de Ensino
Instituto São José e Externato São Luís	Primário e secundário	Irmãos Lassalistas
Instituto Pestalozzi	Ensino Especial	
Grupo Escolar Emílio Meyer (atual G.E. André Leão Puento)	Primário	Estadual
Aula da Profa. Maria Antonieta Rosa	Primário	Municipal
Aula da Profa. Eponina Palmeiro Mariante	Primário	Municipal
Aula da Profa. Hilda Hilgert	Primário	Municipal
Aula da Profa. Maria Torgan	Primário	Municipal
Aula da Profa. Pasqualina Conte	Primário	Municipal
Aula da Profa. Corina Lampert de Oliveira	Primário	Municipal
Aulas da Profa. Sara del Cueto Reis	Primário	Municipal
Dez Escolas na Localidade de Santa Rita.		Municipal

Fonte: Livro dos prefeitos v. 1, 1938.

Observa-se no quadro 1 que as demais escolas isoladas na localidade de Santa Rita (atual município de Nova Santa Rita), compõe o número de 16 escolas previstas no relatório da primeira administração municipal. Em relação ao segundo grupo escolar, foi construído em Niterói e identificado como Grupo Escolar Augusto Severo.

Em relação ao programa de ensino, identifica-se que tanto os grupos escolares municipais quanto as escolas isoladas buscam se orientar pelo programa estabelecido pelo governo do Estado, aquele aplicado aos grupos escolares e escolas públicas estaduais. Em relação ao número de alunos atendidos nesse primeiro período do governo municipal, observa-se uma média de 969 alunos de ambos os sexos e com frequência anual, em média de 722 presenças.

Em relação ao primeiro grupo escolar do município, o mesmo foi instituído na década de 1930. O Decreto nº 4.959, de 5 de abril de 1932 instituiu um novo grupo escolar em canoas, por ato do interventor do Estado José Antônio Flores da Cunha, cuja inauguração ocorreu em 9 de junho de 1932, no casarão da rua Napoleão Laureano, de propriedade da família Kessler.

O 1º nome da escola era Henrique Emílio Mayer, teve como primeira diretora a Sra. Silva Fillipozzi e recebeu matrícula de 227 alunos. Em 6 de julho de 1939 A Secretaria de Saúde Pública lançou o decreto nº 7.852, conferindo o nome de “Grupo André Leão Puento” à então escola Henrique Emílio

Mayer. O nome da escola nasceu de uma homenagem feita a um professor chamado André Leão Puente cujas qualidades eram: a vocação pedagógica, o desejo de servir e a inteligente visão de mestre (XICO JÚNIOR, 2010).

A escola funcionava num velho casarão e as condições para uso eram péssimas, governo do Estado e Município se organizaram para construção de um novo prédio através do Decreto nº 183, de 23 de novembro de 1966, como se identifica na figura 2, abaixo:

Grupo Escolar André Leão Puente, primeira escola estadual de Canoas, construído em 1901. Depois passou a chamar-se Escola Estadual de 1º Grau André Leão Puente



Fonte: XICO JÚNIOR, 2010.

Nos relatos de Xico Júnior (2010) percebemos um pouco do cotidiano da escola, quando enfatiza que tratava-se de uma construção arquitetônica mais antiga cuja estrutura carecia de muitos reparos. Isso fica evidente também em alguns ofícios trocados entre a direção do grupo escolar e a diretoria de Instrução Pública. Além disso, os jornais locais também noticiavam com frequência sobre a precariedade de alguns prédios de estabelecimentos escolares, nesse caso, também do grupo escolar.

“Era uma uma construção da décadas anteriores, de nobreza arquitetônica que, demolida, restou um vazio, uma lembrança doída pelo descaso e a desimportância com a própria história em relação ao patrimônio histórico-arquitetônico da cidade. As suas paredes reuniam detalhes artísticos: as portas e os marcos das janelas de madeira de lei. Escadaria acimentada com corrimões desenhados artisticamente, portões de ferro telados, tudo rodeado por frondosas árvores nativas que enchem de aroma aquele ambiente de um romantismo que acabou ficando apenas na memória” (XICO JÚNIOR, 2010).

Ainda sobre os elementos do cotidiano e da cultura escolar, como argumenta Vinão Frago (2002), as culturas escolares são constituídas por um conjunto de rituais, hábitos e práticas dentro da instituição, que se consolidam na escola com o tempo, construindo uma tradição que já não depende apenas das instituições de ensino para continuarem a serem mantidas, assim, se moldam e são moldadas a partir da sociedade que cerca e influencia a instituição de ensino.

Outro documento localizado no arquivo da Biblioteca Pública Municipal de Canoas se refere a existência de um jornal escolar, que teria circulado no Grupo Escolar no ano de 1938, sob a responsabilidade editorial de estudantes e professores. Em 10 de novembro de 1938, “é lançado o número dois de ‘O Farrapo’ (Ano I), mensário dos Escolar ‘Emílio Meye’”. Trata-se de um jornal pequeno, mas de circulação interna e externa, bem impresso e cuja matéria surpreende pela seleção e utilidade. Preço: \$200.

Era assim organizado e dirigido: Professoras Silvia Boscot e Aracy Araújo, como orientadoras. Administração: Ivone Endres, diretora; Hilda Canal, redatora-secretária; Iracema Nunes, gerente; Wilmar Cruz, subgerente.

Ainda não conseguimos localizar mais evidências sobre o alcance e repercussão do jornal, apenas de duas edições. Contudo, identificamos alguns colaboradores desse semário. Colaboradores: Ivone Endres (7º ano), Maria Hilda Canal (5º ano), Silda Silveira (4º ano), Nair Teixeira (5º ano), Ildefonso Silveira (3º ano), Eny Morsch (5º ano), Sila Araújo (7º ano), Noêmia Xavier (6º ano), Elena V. Torgan (5º ano), Rubem Silveira (5º ano), Ilze Andrade (5º ano), Doralina Klauk (5º ano), Conceição de Jesus (4º ano) (NOSSOS PREFEITOS, 1998, p. 89).

O semanário apresentava textos sobre poesias, mensagens e atividades da escola. Outro aspecto é uma indicação do uso de uniformes e também da elaboração da fâmula alusiva da escola. A questão do uniforme também é destaque nos relatórios da primeira administração do município recém emancipado. Aspecto que circulou nos jornais locais como uma notícia expressiva e de “grande necessidade” para comunidade, uma vez que iria contribuir para que se identificasse nas ruas os jovens e crianças que eram estudantes das escolas públicas.

Em relação ao grupo escolar ainda, o mesmo estava instalado no terreno de Leopoldo Dexheiner Filho, com frente para rua Dr. Barcelos, medindo 3.359 m² e foi declarado de utilidade pública e desapropriado para construção da nova escola. Em 26 de junho de 1970 foi inaugurada a nova sede, com entrada

para rua Victor Kessler nº 291, endereço atual. Em 3 de outubro de 1977, pelo decreto nº 26.011 o governador do estado do Rio Grande do Sul Sinval Guazzelli decreta: “Art. 1º Fica reorganizado o Grupo Escolar André Leão Puente do Município de Canoas, o qual passará a ser Escola Estadual de 1º grau”.

O Decreto nº 32.129 de 24 de dezembro de 1985 institui: “Art. 1º – Fica Transformada em Escola Estadual de 1º e 2º Graus André Leão Puente, a Escola Estadual de 1º Grau André Leão Puente, em Canoas”.

Atualmente a escola passou a chamar-se “Escola Estadual de Ensino Médio André Leão Puente” e possui mais de 1.400 alunos nos três turnos: manhã, tarde e noite com 36 professores e 10 funcionários.

Percebe-se, a exemplo da instalação dos grupos escolares em outras regiões do Vale dos Sinos, que a força política na promoção do progresso nas localidades é algo recorrente em muitos municípios. Seja pelo aspecto que aborda Halbwachs (2006), como um elemento da construção social e cultural da institucionalização pública com as emancipações dos referidos municípios, mas também como um elemento que caracterizou e definiu uma cultura escolar nessas localidades, como já identificado em outro trabalho, Souza (2021), em que uma prática e um modo de escolarização foi projetado a partir do modelo dos grupos escolares.

Considerações finais

Destacamos, neste trabalho a partir da perspectiva teórica da história Cultural e da metodologia da análise bibliográfica e documental, a implantação do Grupo Escolar André Leão Puente, em 1941. Mesmo que a implantação da referida instituição tenha acontecido em um prédio alugado para “fazer funcionar o grupo”, há uma intensa manifestação dos governantes do município pela “necessidade de reforma dos prédios escolares”. Outro aspecto importante é considerar o modo como a população organizada solicitava, apoio para angariar recursos junto à comunidade para construção de um “amplo e moderno edifício de material, num terreno de propriedade da prefeitura, as despesas de mão de obra e, se necessário, algum material e demais despesas para o completo da edificação”.

Os grupos escolares são percebidos pelas relações humanas, aprendizagem do viver com o outro e diante das tentativas de projetar nos alunos uma relação com o Estado, com um sentimento nacional e moderno de trabalho, de compreender os ritos e a influência que as instituições e a passagem pela escola formal podem produzir culturalmente na sociedade daquele período.

Cabe considerar que o modelo dos Grupos escolares influenciou concomitantemente na concepção arquitetônica da escola básica, bem como na composição material da escola, adotando outro tipo de mobília escolar e vasto material didático. Além disso, possibilitou identificar o modo como sua historicidade e presença da escola pública favoreceu uma cultura escolarizada: associada à escrita e leitura, ao livro, à vivência escolar na região.

REFERÊNCIAS

GRAZZIOTIN, Luciane S. S.; ALMEIDA, Dóris B. (org.). **Colégios elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul**: memórias e Cultura escolar. Séculos XIX e XX. São Leopoldo: Oikos, 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

NOSSOS PREFEITOS. Série Documento. v. 1. Canoas: Prefeitura Municipal de Canoas, 1998.

PFEIL, Antonio Jesus. **Canoas**: anatomia de uma cidade. Canoas, Edição Independente, 1995.

SOUZA, José Edimar de. **As escolas isoladas**: práticas e culturas escolares no meio rural de Lomba Grande/RS (1940 a 1952). 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3660>. Acesso em: 26 maio 2022.

SOUZA, José Edimar de. Os processos de constituição dos grupos escolares em Campo Bom, Sapiranga e Novo Hamburgo/RS (1930-1934). **História & Ensino**, v. 2, n. 27, p. 239-265, 2021. Disponível: <https://doi.org/10.5433/2238-3018.2021v27n2p239>

VIÑAO, Antonio; FRAGO, Antonio Viñao. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas**: continuidades y cambios. Madrid; Ediciones Morata, 2002.

XICO JÚNIOR. [Francisco Antonio Pagot]. Eu Xico Júnior – Auto-história **[blog]**. Meu primeiro colégio: Grupo Escolar André Leão Puente, que a insensibilidade demoliu. Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil, 11 mar. 2010. Acesso em: 9 jul. 2023. <http://xicojuniorfap.blogspot.com/2010/03/ja-no-ano-de-1952-eu-como-meu-irmaos.html>

POSFÁCIO



Fonte: <https://www.vangoghmuseum.nl/en/collection/s0005V1962>

Na obra *The Potato Eaters*, Vincent van Gogh pinta com cores terrosas uma família descascando batatas coletivamente. Nesse ato comensal é retratado o encontro, o qual em termos de significado, extrapola as lógicas fisiológicas sobre a necessidade corporal das vitaminas e dos nutrientes. A comensalidade é necessariamente um ato de compartilhamento!

Assim como no quadro, nem sempre essa realidade é colorida e cheia de vida, como nas outras telas do pintor. A poeira, as dificuldades e as peculiaridades acabam por produzir a comida possível, mas que é repartida e a partir desse ato nutre a todos.

Este livro, contendo uma série de relatos historiográficos, também é um compartilhamento de algo que nutriram as diferentes realidades descritas. Portanto, bem como a tela, não buscou-se contar uma história única, com heróis que tiveram a oportunidade de ter seus registros oficiais resguardados. Estão contidos aqui textos que retratam, e nutrem a possibilidade de construção de versões históricas que ao serem publicizados darão energia e vigor a própria compreensão que temos dessas realidades.

Encontramos nas escritas, dois tipos de experiências. A primeira remete a necessidade que temos, enquanto sujeitos produtores de conhecimento, de registrar sobre os movimentos históricos que nos constitui. Deste modo, compreendemos, que do ponto de vista local, tais registros abrem a possibilidade de pensarmos o mundo no qual vivemos de forma plural. A ideia de cultural local, é bastante evidente nos textos, fazendo com que um mesmo objeto, em comum, possa ser apropriado de múltiplas formas. Assim, alimentar-se desses conhecimentos produzidos passa a ser fundamental para constituir nossa identidade.

A segunda experiência, remete a possibilidade de melhorarmos quem somos a partir do compartilhamento daquilo que acontece dentro da cozinha do fazer historiográfico. Aprendemos a fazer pesquisa não apenas com nossos próprios acertos e erros, mas também com prática de outros pesquisadores. Quanto mais relatos de pesquisa temos oportunidade de conhecer, mais nosso fazer se constitui como algo mais preocupado e minucioso. Entendemos que a unidade temática da obra possibilita colocar em contraste, como diferentes pesquisadores em pesquisas semelhantes encontraram soluções metodológicas e analíticas diversas, o que acaba por produzir um compartilhamento muito nutritivo e necessário.

Por fim, é importante ressaltar a relevância que as escolas primárias possuem no contexto dos processos de migração e ocupação do território local. Mesmo com todas as contradições sociais existentes nesses contextos, é importante ressaltar que a existência dessas instituições caracteriza um esforço social ainda inacabado. Há aqui uma relevância muito forte nos sentidos culturais circulantes a respeito da necessidade de ampliação do esforço de fortalecimento dessas instituições que cada vez mais são atravessadas por diferentes interesses ideológicos, mas que ao longo de vários anos continuam cumprindo com seu papel social.

Essas relações de institucionalização e apropriação acabam produzindo um cenário histórico, e cultural, complexo no qual as contradições sociais acabam por se expressar também no processo de institucionalização da educação formal nos grupos escolares retratados. A leitura dos textos possibilita o compartilhamento de aprendizagens, de relações e a mútua nutrição de nossas reflexões.

Osório, setembro de 2023.

Leandro Forell²

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

Fabiana Gazzotti Mayboroda³

Centro Universitário Cenecista de Osório – UNICNEC

- 2 Possui graduação em EDUCAÇÃO FÍSICA pela Universidade Feevale (2002), mestrado em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009) e doutorado em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014). Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: programa escola aberta, políticas públicas de esporte e lazer, políticas públicas e trabalho voluntário.
- 3 Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da ESEFID da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestra em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS, 2017), na linha de pesquisa: História, Políticas Públicas e Educação. Possui graduação em Pedagogia – Habilitação em Supervisão e Administração Escolar, com ênfase em Psicopedagogia, pela Universidade Feevale (2005). Especialista em Educação Integral e Integrada na Escola Contemporânea pela FACED/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2013). Pertence a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação/ANPED. Participa do Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF/UFRGS), do Grupo de pesquisa EBRAMIC/UNISINOS – Educação no Brasil: memória, instituições e cultura escolar

é vice-líder do GEPRACO/UERGS – Grupo de Estudos em Práticas Cotidianas Educativas. Atuou na área da Educação como: Assessora Pedagógica da Secretaria de Educação, Professora da Sala de Recursos Multifuncional e Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil, dos Anos Iniciais e dos Anos Finais pela Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul. Atualmente pesquisa sobre Formação de Professores, Educação Infantil e Supervisão Escolar, utilizando ferramentas da Antropologia. É Coordenadora da Pós-Graduação do Centro Universitário Cenecista de Osório – UNICNEC, além de atuar como professora adjunta nos cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão do Centro Universitário.

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

ÍNDICE REMISSIVO

C

Comemorações 67, 98, 99, 110, 113, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 165

Cultura escolar 8, 9, 15, 38, 66, 75, 86, 103, 105, 106, 115, 117, 120, 125, 131, 170, 171, 172, 174

E

Ensino primário 7, 13, 31, 36, 38, 39, 93, 106, 107, 119, 120, 166

Escola agrícola 74, 76, 79, 80, 81, 82

Escolarização 9, 13, 14, 20, 26, 61, 62, 64, 69, 71, 75, 85, 86, 90, 97, 100, 101, 103, 106, 109, 117, 165, 166, 171

F

Festividades 8, 15, 109, 110, 111, 119, 120, 122, 125, 126, 129, 130, 131, 157

G

Grupos escolares 3, 4, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 17, 20, 29, 37, 41, 44, 45, 59, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 75, 77, 78, 79, 86, 89, 93, 94, 95, 98, 99, 102, 103, 105, 106, 107, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 126, 131, 132, 135, 161, 163, 165, 166, 167, 168, 171, 172, 174

H

História da educação 4, 9, 10, 11, 14, 15, 31, 35, 44, 59, 69, 73, 75, 76, 89, 102, 119, 120, 151, 165, 166

I

Indígenas 21, 22, 24, 28, 60

Industrialização 29, 36, 51, 52, 55, 57, 64, 74, 136, 143, 145, 150

L

Liberdade 42, 94, 100, 119, 126, 127, 136, 138, 150, 157

N

Nacionalização do ensino 70, 78, 79, 116, 152, 154, 161, 162, 163

R

Revolução Farroupilha 9, 10, 123, 124, 125, 127, 156, 159

S

Semana da Pátria 68, 71, 98, 121, 122, 123, 128, 129, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162

V

Vale dos Sinos 8, 9, 14, 85, 135, 138, 140, 141, 143, 145, 147, 149, 171

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

SOBRE O LIVRO

Tiragem: Não comercializada

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 12,3 x 19,3 cm

Tipologia: Times New Roman 10,5 | 11,5 | 13 | 16 | 18

Arial 8 | 8,5

Papel: Pólen 80 g (miolo)

Royal | Supremo 250 g (capa)